



CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Sujeitos sem voz:
Agenda e Discurso sobre
o Índio na Mídia em Pernambuco

Patricia Bandeira de Melo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Wilma Peregrino de Moraes.

Recife, agosto de 2003



CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Sujeitos sem voz:

agenda e discurso sobre o índio
na mídia em Pernambuco

Patricia Bandeira de Melo

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em Comunicação
pela Universidade Federal de Pernambuco, sob a
orientação da Prof^a Dr^a. Wilma Peregrino de Moraes.

Data da defesa: 17 de outubro de 2003
Local: auditório do PPGCOM – Centro de Artes
e Comunicação da UFPE
Hora: 9h30

Banca examinadora:
Prof. Dr. Antônio de Fausto Neto (Unisinos – RS)
Prof^a. Dr^a. Cristina Teixeira de Melo (UFPE)
Prof^a. Dr^a. Wilma Peregrino de Moraes (UFPE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Sujeitos sem Voz:
Agenda e Discurso sobre
o Índio na Mídia em Pernambuco

Patricia Bandeira de Melo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Profa. Dra. Wilma Peregrino de Moraes.

Recife, agosto de 2003

Dedicatória

Dedico esta dissertação ao meu filho Pedro Antero Bandeira de Melo, um pequeno menino que nasceu junto com este trabalho. Foi dele que roubei horas preciosas de amor e zelo para estudar. Desde que nasceu até a data de defesa desta dissertação, todos os seus dias tiveram que ser divididos com livros, pesquisas e ausências prolongadas. Você, meu filho, merece a dedicatória deste esforço, pois foi o amor que nos une que me permitiu enfrentar todas as dificuldades íntimas que atravessamos ao longo dos últimos dois anos. Antes de ser mestre em comunicação, agradeço a Deus ter a possibilidade de ser doutora na arte de ser mãe.

Agradecimentos

A construção desta dissertação foi um trabalho árduo para mim. Embora tenha uma vivência de jornalismo de batente – fui repórter do Jornal do Commercio por sete anos, além de ter realizado estágios em outros veículos de comunicação de Pernambuco – teorizar sobre a prática se torna difícil quando participamos dos dois lados da construção da notícia: na condição de repórter e na condição de assessor de imprensa. Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, eu sabia que queria estudar a exclusão das vozes das minorias do discurso jornalístico. Faltava-me, porém, base teórica suficiente que me permitisse transformar o fato em pesquisa.

Três professores do PPGCOM foram fundamentais na construção desta dissertação, trazendo-me o referencial teórico necessário para sua elaboração. Inicialmente, a professora Wilma Moraes, a quem escolhi como orientadora, que me fez estreitar o espectro da pesquisa, até chegar ao segmento indígena como grupo social relevante para justificar o meu objeto de estudo. Sua orientação e paciência até que eu me adaptasse novamente ao meio acadêmico foram fundamentais para a evolução de minhas idéias.

O professor Luiz Momesso trouxe as primeiras leituras para que eu pudesse crescer metodologicamente e dar visibilidade à minha idéia. A professora Cristina Texeira fechou este ciclo, trazendo um toque final ao participar, juntamente com o professor Momesso, de minha banca de exame de qualificação. Foi depois de passar pelo crivo da banca de qualificação que confirmei que de fato meu trabalho tinha existência acadêmica.

Uma pesquisadora de fora do PPGCOM, porém, foi responsável pela compreensão delicada da condição do índio em Pernambuco. A professora Vânia Fialho indicou livros, conversou e fez a leitura inicial deste trabalho, tornando-se fundamental para que eu pudesse construir grande parte desta pesquisa.

A todos os familiares e amigos que entenderam minha ausência prolongada – especialmente meus pais que deram os primeiros passos junto a mim para que eu tivesse os ensinamentos básicos que me fariam ser quem sou – agradeço a paciência por esperar este momento que se concretiza. Aí novamente entra em cena a professora Wilma. Sua capacidade de orientar de modo pontual, simples e sereno, dando a fundamentação teórica necessária para a elaboração deste trabalho, levou-me a este resultado final que entrego à banca examinadora para análise.

Resumo

O jornalismo passou a exercer um papel fundamental na produção de conhecimento e na formação de consensos na sociedade. Na esfera pública, os meios de comunicação tornaram-se um segmento legitimado para debater assuntos de maior ou menor influência no cotidiano. Mesmo com um aparente consenso sobre a necessidade de pôr fim ao processo de exclusão social, paradoxalmente, a imprensa muitas vezes serve para reforçar o *status quo*. Esta dissertação visa a explicar como a ideologia está presente em todos os segmentos de nossa vida, de forma subjacente, atingindo também os meios de comunicação. A imprensa acaba, assim, por refletir em seu discurso a ideologia dominante, baseando-se no senso comum da sociedade.

A partir desta análise, apresentamos as conclusões que foram tiradas acerca da presença de grupos excluídos na pauta da imprensa – ou seja, na esfera pública – e de que forma se dá o discurso midiático sobre o indígena. Para empreender a análise proposta, tomamos como referencial teórico a Teoria do *Agenda-setting*, que estuda a notícia como um fato marcado ideologicamente de modo subliminar e imperceptível. Ainda como arcabouço teórico da pesquisa, esta dissertação parte da perspectiva da Análise do Discurso Francesa, que nos ajuda a observar o discurso como a expressão de várias vozes sociais (polifonia). O silenciamento de determinados sujeitos e as características do discurso jornalístico são analisadas segundo estas duas perspectivas teóricas.

O objeto de estudo desta dissertação é o discurso jornalístico sobre o indígena na imprensa em Pernambuco. Para isso, foi feita uma retrospectiva da chegada dos portugueses ao País, do início do silenciamento do discurso indígena na história, a formação da identidade brasileira e o pensamento vigente sobre o índio no imaginário social.

Abstract

The Journalism has a fundamental function to product knowledge and to connect our society. In public sphere, the media became a legitimized place to debate issues with greater or smaller influence nowadays. Even after a pretended thought about the necessity to end the social exclusion, in fact, the media works to maintain the *status quo*. This thesis aims the explanation how ideology is present in our lives, reaching the means of communication too. So, the media reflects in its discourse the dominant ideology, based on common sense of the society.

In this analysis, we present the conclusions we can have about the excluded groups in media agenda – or in public sphere – and how media discourse talks about indigenous people. To make the analysis, we based this thesis in two theories: the Agenda-setting Theory, and France Discourse Analysis. The first one talks about news as a fact that is marked ideologically, but not perceptible. Yet as a theory in this issue, we study the France Discourse Analysis, that sees the discourse as an expression of a lot of social voices (polyphony). The silence from some subjects and the characters of the media discourse are analyzed behind these two theories.

The object of this thesis is media discourse about indigenous people in Pernambuco press. To do so, we made a retrospective about the arriving of Portuguese People in Country, the beginning of indigenous silence in the History, the Brazilian identity formation and the thought about indigenous social imagination.

Índice

Introdução

- I. Hipótese, objetivo e *corpus* da pesquisa
- II. Justificativa da escolha do índio como segmento a ser pesquisado
- III. Referencial teórico
- IV. Metodologia

1. Ideologia, senso comum e os meios de comunicação social

- 1.1. Esfera pública, espaço que não se concretiza
- 1.2. Representações sociais e manipulação da história
- 1.3. Campos sociais e segmentos excluídos

2. A notícia

- 2.1. Agenda dos meios de comunicação, espaço para hierarquias
- 2.2. Imprensa: efeito de agenda
- 2.3. Seleção de notícias: formação da agenda midiática
- 2.4. O sujeito autor, o *gatekeeper* e o *newsmaking*
- 2.5. Critérios de noticiabilidade: produzindo o jornal a partir dos valores-notícia
- 2.6. Urgência do texto: atendendo às necessidades básicas do leitor comum
- 2.7. Gêneros jornalísticos: as formas de apresentação da notícia

3. O sujeito e o discurso

- 3.1. O sujeito e o outro
- 3.2. Heterogeneidades discursivas
- 3.3. O sujeito ativo
- 3.4. O sujeito passivo, aquele de quem se fala: o silêncio do sujeito
- 3.5. Falando em discursos
- 3.6. O discurso jornalístico

4. Comunidades indígenas: o índio como sujeito passivo da história

- 4.1. A formação da identidade brasileira
- 4.2. O senso comum e o imaginário sobre o índio
- 4.3. O discurso religioso na História do Brasil: a campanha da fraternidade 2002
- 4.4. Quadro histórico-geográfico dos índios em Pernambuco

5. O índio na mídia em Pernambuco: discurso e representação

- 5.1. Processo de Análise
 - 5.1.1. Indicadores do discurso
 - 5.1.1.1. Verbos Introdutores de Opinião
 - 5.1.1.2. O Discurso Relatado: o Uso de Aspas

5.1.1.3. Marcas de Heterogeneidade

5.1.2 Tipos de Fonte

5.1.2.1. Fonte Ativa

5.1.2.2. Fonte Passiva

5.1.3. Tipos de Discurso

5.1.3.1. Discurso Lúdico

5.1.3.2. Discurso Autoritário ou Discurso do Poder

5.1.3.2. Discurso Polêmico

5.2. Análise dos quadros estatísticos

5.3. O índio como fonte jornalística: discurso e agendamento na imprensa em Pernambuco

Conclusão

Bibliografia

Anexo I: Índice tematizado de notícias

Anexo II: *Corpus* específico da pesquisa

Introdução

I. Hipótese, objetivo e *corpus* da pesquisa

O jornalismo passou a ter um papel fundamental na produção de conhecimento e na formação de consensos. Dentro da esfera pública, os meios de comunicação tornaram-se a arena de debates de assuntos de maior ou menor influência no dia-a-dia. A seleção dos fatos a serem noticiados, a forma de divulgação e o debate gerado por sua difusão são elementos da imprensa moderna, que chega hoje de forma massiva a toda a sociedade.

A imprensa tem uma característica que define a sua legitimidade na sociedade: sua tarefa é delegada pelos vários segmentos sociais, tornando-a um veículo de representação discursiva desses segmentos. Na realidade, porém, observa-se que alguns setores parecem ter uma dimensão maior, conseguindo se sobressair no espaço dos meios de comunicação.

Embora haja um aparente consenso de que é preciso pôr fim à exclusão social, paradoxalmente, a imprensa muitas vezes reforça o *status quo*. O esforço de vários segmentos – sobretudo entidades não-governamentais e outras instituições de caráter social - ainda não foi suficiente para reduzir o quadro de exclusão social. A hipótese deste trabalho é de que alguns segmentos sociais são relativamente impotentes e têm pouca ou nenhuma influência sobre os meios de comunicação, sendo sistematicamente excluídos e silenciados no discurso jornalístico.

Entre os sujeitos que se enquadram nesta perspectiva, estão as comunidades indígenas. Tanto em nível nacional como regional, o índio parece não estar conseguindo se expressar de modo ativo através dos meios de comunicação, ou seja, parece integrar o *agenda-setting* da mídia dentro de outros temas considerados mais relevantes pela imprensa. O objeto de estudo desta dissertação é o discurso midiático, com um recorte específico sobre o discurso do índio na imprensa pernambucana.

No veículo de comunicação, faz-se a transposição de fatos narrados repletos de significados, que remetem aos vários sistemas de valores em circulação na sociedade. Se o jornal diário não é – e nem poderia ser – a realidade que vivemos todos os dias,

mas a representação desta realidade, o que lemos na edição diária nem sempre é a quebra de estigmas. Ao contrário, a imprensa acaba por reproduzir e reforçar os valores dominantes. O objetivo desta dissertação é justamente identificar as formas de representação discursiva das comunidades indígenas pernambucanas na imprensa escrita do Estado, verificando a presença de temas relacionados aos índios na agenda midiática.

O *corpus* da pesquisa engloba textos jornalísticos de julho de 2001 a abril de 2002, publicados nos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. Como o espectro da pesquisa é amplo, reunindo 127 textos jornalísticos, decidimos escolher um total de 23 do total de notícias catalogadas, visando a contemplar de modo equilibrado os vários gêneros jornalísticos existentes – reportagem, editorial, foto-legenda, artigo, nota, nota comentada e carta à redação – e os temas do agendamento verificados no período pesquisado, de modo a obter uma análise o mais objetiva e ampla possível. Em anexo à dissertação, segue um índice tematizado das notícias do período estudado e as cópias dos textos jornalísticos analisados.

II. Justificativa da escolha do índio como segmento a ser pesquisado

A escolha dos índios pernambucanos neste estudo se deve ao fato de representarem a quarta população indígena do Brasil, perdendo apenas para as comunidades existentes nos estados do Amazonas, do Mato Grosso (norte e sul) e do Pará, o que coloca este segmento como representativo de uma parcela da população do Estado e do País. No caso desta pesquisa, não foi escolhida uma etnia específica, analisando de modo geral a representatividade social e o discurso do índio na imprensa pernambucana.

É curioso observar que, no período definido para o *corpus* da pesquisa (quando foi realizada a coleta de textos jornalísticos na imprensa de Pernambuco), ocorreu o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2002 pela Igreja Católica, que teve como tema a questão indígena no Brasil: *Fraternidade e Povos Indígenas*. Esta iniciativa contribuiu para ratificar a escolha do nosso objeto de estudo. Assim, achamos sensato verificar também, nos textos jornalísticos publicados durante o lançamento da campanha, se a Igreja conseguiu influenciar o agendamento da

imprensa com relação aos problemas indígenas e sua relação com o branco¹, de modo a reforçar o objetivo de análise proposta.

Três outros fatos significativos também ocorreram durante a coleta de dados: o líder xucuru Chico Quelé foi assassinado, os quatro rapazes acusados pela morte do índio Galdino, em Brasília, foram julgados, e houve a tentativa de prisão do índio Paulinho Paiakan, acusado de estuprar uma professora no Pará. Outros episódios de repercussão – como a prisão do acusado da morte do cacique Xicão, também xucuru – ocorreram no período da pesquisa. Todos estes fatos ajudaram a construir o *corpus* da dissertação, tornando-se indicativos da importância da escolha do segmento indígena como elemento de pesquisa.

III. Referencial teórico

Ao realizarmos esta pesquisa, partimos da premissa de que todo discurso é heterogêneo constitutivamente, ou seja, compõe-se de várias vozes para sua formação. Também no discurso jornalístico, os vários segmentos sociais expressam suas representações e valores, compondo o texto midiático. Embora a edição do jornal busque dar uma homogeneidade a este texto, a própria mídia tem uma “função citativa” que denuncia seu caráter heterogêneo.

Além deste caráter básico de reunir e viabilizar discursos, o discurso jornalístico tem uma compreensão tematizada do dia-a-dia: os fatos acontecem e são compreendidos a partir de grandes temas que são pré-definidos pela mídia. Este agendamento sugere que assuntos são incluídos e excluídos da pauta jornalística, segundo o nível de impacto do fato e o grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no evento noticiável.

Esta dissertação se compõe de análises quantitativa e qualitativa, a partir de duas perspectivas teóricas apresentadas: a Teoria do *Agenda-setting* e a Análise do Discurso Francesa (AD). A Teoria do *Agenda-setting* se fundamenta no princípio de que a imprensa seleciona e lista uma série de temas e os hierarquiza, de modo a definir o que é e o que não é notícia, formando a agenda midiática. Já a Análise do Discurso Francesa (AD) é uma linha de pesquisa da Lingüística que estuda discursos a

¹ Ressalvo que estou utilizando o termo “branco” no decorrer desta dissertação como um termo referencial para efetivar uma determinação sociocultural, uma identidade em contraste com a identidade indígena, ou seja, para separar índios e não índios, como faz Maria Helena Ortolan Bastos (2001).

partir de uma perspectiva ideológica, psicológica e estrutural. A AD estuda enunciados e sua percepção dentro das várias formações discursivas, de acordo com a prática discursiva do sujeito que fala.

Para que estas duas teorias fossem utilizadas adequadamente no processo de análise, alguns conceitos fundadores – como ideologia, senso comum, processo de construção da notícia, sujeito e discurso – tiveram que ser pesquisados e apresentados nesta dissertação. Este trabalho está, assim, dividido nos seguintes capítulos:

Capítulo 1 – Ideologia, senso comum e os meios de comunicação social

Tem como objetivo explicar como a ideologia está presente em todos os segmentos de nossa vida, de forma subjacente, atingindo também os meios de comunicação. A imprensa acaba, assim, por refletir em seu discurso a ideologia dominante, baseando-se no senso comum da sociedade. Neste capítulo, trabalhamos com Louis Althusser, Michèle Barrett, Mikhail Bakhtin, Pierre Bordieu, Marilena Chauí, Michel Foucault, Jürgen Harbermas, Antonio Gramsci, Denise Jodelet, Sandra Jovchelovitch, Sheva Maia da Nóbrega, Adriano Duarte Rodrigues, Slavoj Žižek, Hughes Portelli, entre outros autores.

Capítulo 2 – A notícia

Aqui, a Teoria do *Agenda-setting* é esclarecida segundo seus elaboradores. A compreensão da notícia e como ela se apresenta nos meios de comunicação, como a ideologia permeia o trabalho do jornalista na produção do seu texto, como se dá a seleção de notícias e quais os critérios de noticiabilidade. Alguns autores estudados neste capítulo são Mauro Wolf, Michael Kunczik, Miquel Rodrigo Alsina, Teun van Dijk, Cremilda Medina, Cristina Teixeira de Melo, Isaltina de Mello Gomes, Wilma Moraes, Lorenzo Gomis, Mar de Fontcuberta, Sérgio Luiz Gadini, Jorge Pedro de Sousa, Nelson Traquina, João Carlos Correia, José Marques de Melo, Sonia Fernández Parratt, G. Martín Vivaldi.

Capítulo 3 – O sujeito e o discurso

Como o sujeito é analisado, dentro da perspectiva da Análise do Discurso Francesa. O discurso como a expressão de várias vozes (polifonia), sejam elas expressas ou constitutivas. O silenciamento de determinados sujeitos e as características do discurso jornalístico segundo a AD. Nesta parte, trabalhamos com Eni Orlandi, Dominique Maingueneau, Jacqueline Authier-Revuz, Sírío Possenti, Michel Pêcheux, Norman Fairclough, José Luiz Fiorin, entre outros autores.

Capítulo 4 – Comunidades indígenas: o índio como sujeito passivo da história

A chegada dos portugueses ao Brasil e o início do silenciamento do discurso indígena. A formação da identidade brasileira e o pensamento vigente sobre o índio no imaginário brasileiro. Como o discurso religioso participou do processo de dominação do indígena e como a Igreja Católica modificou este discurso, visando pautar a mídia para a questão dos índios. Os autores pesquisados neste capítulo foram Rodrigo de Azeredo Grunewald, João Pacheco de Oliveira, Edson Silva, Eni Orlandi, Maura Penna, Vânia Fialho e Souza, Regina Vieira, Sônia Maria Ramires Almeida, Gilda Araújo e Mary Francisca do Careno, José Maurício Andion Arruti, Alfredo Bosi.

Capítulo 5 – O índio na mídia em Pernambuco: discurso e representação

Aqui, será descrito o processo de análise dos textos jornalísticos selecionados, quando será feito um estudo do discurso midiático, a partir das duas perspectivas teóricas (Análise do Discurso Francesa e Teoria do *Agenda-setting*). Quando o índio é notícia e como se dá o discurso sobre ele na imprensa será o foco deste capítulo. Para este estudo, duas categorias de análise foram elaboradas: fonte ativa e fonte passiva, que serão alicerçadas por outros critérios de análise estudados no decorrer da dissertação. Os vários autores estudados para a construção deste capítulo incluem Eni Orlandi, Luiz Antônio Marcuschi, Antônio Fausto Neto, Maria José Alfaro Freire, Maria Helena Ortolan Matos.

Capítulo 6 – conclusão

A partir desta análise, apresentamos as conclusões que foram tiradas acerca da presença de grupos excluídos na pauta da imprensa – ou seja, na esfera pública – e de que forma se dá o discurso midiático sobre o indígena.

IV. Metodologia

O método de análise desta dissertação partiu de conceitos já fundamentados nos Estudos do Jornalismo – a noção de fonte jornalística – e da Análise do Discurso – a noção de sujeito. A partir da conexão entre estas definições foi elaborado o conceito de fonte ativa e fonte passiva. Esta definição, associada ao estudo sobre discursos, servirá para organizar o processo de análise realizado nesta pesquisa.

A explicitação de toda a metodologia está claramente esboçada no capítulo 5 desta dissertação. É importante, porém, salientar que o processo analítico desta dissertação foi construído a partir dos elementos estudados ao longo da pesquisa, numa tentativa de reunir pressupostos teóricos que favorecessem a análise possível da presença discursiva do índio na imprensa de Pernambuco.

1. Ideologia, senso comum e os meios de comunicação social

A ideologia é uma força quase imperceptível que permeia as relações sociais, uma representação de mundo, a partir da visão da classe dominante. A ideologia não representa, assim, a totalidade do pensamento de uma época, mas a parte que se sobressai por ser fruto das idéias de um ou de alguns grupos que detêm o poder político, cultural e econômico. Segundo Marilena Chauí, "o que torna possível a ideologia é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras"(CHAUÍ, 1980: 87). De acordo com ela, "o que faz da ideologia uma força quase impossível de ser destruída é o fato de que a dominação real é justamente aquilo que a ideologia tem por finalidade ocultar" (CHAUÍ, 1980: 87).

Assumindo o papel de ser a "imagem e semelhança" do pensamento que predomina em toda a sociedade, a ideologia está impregnada em todo lugar, nos discursos, no comportamento social. Essa definição marxista de ideologia indica porque ela prevalece sob o véu que a mascara. Ainda segundo Marilena Chauí (1980), "a ideologia resulta da prática social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade, e vimos que essa representação é sempre necessariamente invertida" (CHAUÍ, 1980: 92). A consciência humana está impregnada de conteúdo ideológico, o que ocorre no processo de interação social. Para Mikhail Bakhtin (1992a):

"A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo". (BAKHTIN, 1992a: 35-36).

Tudo que é ideológico possui um significado e se relaciona com algo que se encontra fora de si mesmo. Para Bakhtin, sem signos não existe ideologia. Ele afirma que “cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN, 1992a: 33). Sendo fragmento, parte da realidade, e não sua totalidade, a ideologia escamoteia essa realidade na medida em que faz os membros da sociedade acreditarem que as idéias dominantes somam o todo dos pensamentos autônomos dos vários segmentos sociais, e não o que verdadeiramente são: o pensamento dos grupos que se sobressaem política e economicamente e que, através da ideologia, fazem prevalecer a ordem social vigente como fruto de forças alheias à vontade humana – ou seja, submetida às forças sobrenaturais que, segundo Marilena Chauí, seriam “deuses, Natureza, Razão, Estado, destino, etc.”(CHAUÍ, 1980: 86-87). Karl Marx e Frederick Engels, em *A Ideologia Alemã*, ressaltam (MARX & ENGELS, apud CHAUÍ, 1980):

“as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual (...) Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e distribuição de idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época” (MARX & ENGELS, 1965: 14, apud CHAUÍ, 1980,93).

Este conceito é reforçado por Slavoj Zizek, para quem “estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo - 'verdadeiro' ou 'falso' (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) - é funcional com respeito a alguma relação de dominação social ('poder', 'exploração') de maneira intrinsecamente não transparente: *para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta*” (ZIZEK, 1996: 13-14). E, fazendo-se oculta, a ideologia se encobre, disfarçando-se de verdade. Assim, a ideologia é uma comunicação distorcida da realidade, que se propaga através de um texto (fala ou

escrita) impregnado de interesses inconfessos – de dominação e de prevalência de vontades. Neste discurso, existe uma lacuna que separa seu sentido público “oficial” e sua verdadeira intenção. (ZIZEK, 1996: 16). E a intenção da ideologia é se fazer passar por um pensamento consensual do conjunto da sociedade, quando na verdade retrata apenas os valores e idéias do grupo dominante, fazendo-os vingar e prevalecer sobre todas as outras formas de pensamento. Para Bakhtin, “a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (BAKHTIN, 1992a: 47). Ele alerta ainda:

“Esta dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Onde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante” (BAKHTIN, 1992a: 47) [destaque nosso].

No conjunto dos meios produtivos da sociedade, também os meios de comunicação estão maculados pela ideologia e pelo embate de forças entre os vários segmentos sociais, entre eles o segmento indígena. Segundo Chauí, “a ideologia consiste na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domine no plano espiritual (das idéias)” (CHAUÍ, 1980: 93-94). Em decorrência da divisão de classes da sociedade e da prevalência de umas sobre as outras, o que se observa é que as idéias difundidas como sendo da maioria são, na verdade, o pensamento imposto pelo grupo dominante, assumidas como válidas, verdadeiras e racionais pelos vários outros setores, mesmo os que possuem diferenças culturais, como os indígenas (ver capítulo 4). De acordo com Chauí:

"Para que todos os membros da sociedade se identifiquem com essas características supostamente comuns a todos, é preciso que elas sejam convertidas em idéias comuns a todos. Para que isso ocorra é preciso que a classe dominante, além de produzir suas próprias idéias, também possa distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação, da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis" (CHAUÍ, 1980: 94) [destaque nosso].

Mesmo que ocorram movimentos sociais para tentar reverter um quadro de dominação, sempre prevalece a ideologia dominante porque os intelectuais responsáveis por se colocarem contra a burguesia muitas vezes acabam por defender idéias que são aceitas pelas classes subalternas, que se acham incapazes de dirigir seu próprio pensamento. Esse fenômeno de permanência das idéias dominantes mesmo nos momentos de luta contra a classe dominante é a característica fundamental do que Gramsci chama de hegemonia, ou "o poder espiritual da classe dominante" (CHAUÍ, 1980: 97). A hegemonia é justamente a conservação da validade das idéias e valores dos dominantes, até quando se tem a percepção da dominação e se luta contra ela. Michèle Barrett assim define a hegemonia gramscista:

"A melhor maneira de entender a hegemonia é como a organização do consentimento: os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recurso à violência ou à coerção" (BARRETT, 1996: 238, in ZIZEK 1996) [destaque nosso].

Como instrumento de dominação, a ideologia está no pensamento de todos os membros da sociedade, e aparece como sendo o pensamento próprio de cada um. Segundo Chauí, "falar em ideologia dos dominados é um contra-senso, visto que a ideologia é um instrumento de dominação".² (CHAUÍ, 1980: 115). Isso ocorre, por

² Marilena Chauí afirma que "esses enganos nos fazem sair da concepção marxista de ideologia para cairmos na concepção positivista de ideologia" (CHAUÍ, 1980, 115). Segundo ela, somente se pode contrapor ideologia e crítica à ideologia (op. cit.).

exemplo, nos jornais, onde jornalistas se iludem ao pensar na liberdade de imprensa como uma forma de lutar contra a ideologia dominante. Michael Kunczik (1997) afirma que "uma das grandes ilusões de muitos principiantes é a idéia de que os jornalistas sejam livres e independentes" (KUNCZIK, 1997: 18). É que não se pode perder de vista que os jornalistas são empregados dos meios de comunicação e a eles têm que se submeter e acatar os níveis de hierarquia. Aceitar os níveis de autoridade é obedecer à ideologia dos meios de comunicação, fazendo, assim, com que as idéias do grupo dominante prevaleçam na mídia como idéias universais, legitimando uma linha de pensamento e facilitando o processo político, cultural e econômico vigente. Hughes Portelli (1977) ressalta que, segundo a análise de Gramsci sobre hegemonia, existem três tipos de grupos sociais no interior do bloco histórico³:

"por um lado, a classe fundamental que dirige o sistema hegemônico; por outro lado, os grupos auxiliares que servem de base social à hegemonia e de viveiro para seu pessoal; enfim, excluídas do sistema hegemônico, as classes subalternas" (PORTELLI, 1977: 80).

Seguindo esta classificação gramscista, podemos identificar claramente os meios de comunicação entre os grupos auxiliares que "servem de base social à hegemonia". Louis Althusser, baseado em Gramsci, incluiu os meios de comunicação social como um Aparelho Ideológico de Estado (AIE), distinguindo-o dos Aparelhos Repressivos de Estado por não usar a violência no processo de convencimento. Pela visão althusseriana (ALTHUSSER, 1970, in ZIZEK, 1996), a mídia se constitui em uma instituição ideológica que funciona pela ideologia, ou seja, reproduz a ideologia dominante, visando assegurar uma harmonia, às vezes tensa, entre as classes e o poder estatal. Eficiente na difusão das idéias dominantes, a mídia desempenha o

³ De acordo com Portelli (1977), o conceito de bloco histórico, fundamental para o pensamento gramscista, é de que ele seria o conjunto das relações entre estrutura e superestrutura (ou seja, das classes dependentes das forças produtivas e da classe dominante, que detém as forças políticas de uma sociedade), vinculadas organicamente pelos intelectuais, especialistas responsáveis pela organização da superestrutura ideológica, jurídica e política da sociedade em questão num dado período em que uma classe dirigente se mantém na dominação. Com a queda dessa classe, a desagregação da hegemonia e a substituição por outro grupo dominante, tem início um novo bloco histórico e assim sucessivamente.

papel de contribuir na coerção das classes subalternas através da difusão do pensamento dominante. Para Sousa, a Teoria da Hegemonia de Gramsci ajuda a entender o papel da mídia como contribuinte da superestrutura ideológica dominante:

“Toda a sociedade contribuiria para que a hegemonia ideológica sobrevivesse e se expandisse, uma vez que essa hegemonia decorreria da capacidade modeladora da ideologia dominante enquanto sistema de interpretação e de significação usado globalmente pelo meio social. Neste campo, a comunicação jornalística, ao dar visibilidade apenas a certos acontecimentos e certas idéias e ao participar nos processos de interpretação e de significação construídos sobre esses acontecimentos e sobre essas idéias seria uma das mais importantes forças de sustentação e amplificação da ideologia dominante e hegemônica”. (SOUSA, 1999: 75) [destaque nosso].

Para Stuart Hall, é fundamental o estudo da ideologia para a compreensão da estrutura social de poder. Em 1980, Hall descreveu assim as funções dos meios de comunicação social:

“1. Provimento e construção seletiva do conhecimento social através do qual percebemos o mundo, as realidades vividas de outros, e reconstruímos imaginariamente a sua vida e a nossa num mundo global inteligível. Assiste-se, assim, a integração dos fragmentos informativos num todo;

2. Refletir e refletir-se nessa pluralidade, provendo um inventário constante dos léxicos, estilo de vida e ideologias objetivadas. Estas ideologias são entendidas como estruturas ideológicas de pensamento e de significação que se impõem às pessoas sem que estas se consciencializem do fato. Assim, a comunicação social classificaria e ordenaria os diferentes tipos de conhecimento

social, providenciando contextos referenciais que contribuem para dar sentido ao mundo;

3. Organizar, orquestrar e unir o que se representou e classificou seletivamente. Produzem-se consensos e constrói-se a legitimidade". (SOUSA, 1999: 77).

Sousa salienta que, segundo Hall, para que essas funções se concretizassem, “a comunicação social reproduziria os discursos dominantes através dos quais se dá significado à realidade, perpetuaria as idéias dominantes através da linguagem e dos sistemas simbólicos e estruturaria os acontecimentos selecionados mediante esquemas ideológicos” (SOUSA, 1999: 77). Sousa cita mais uma vez os estudos de Hall, recordando que, em *The Rediscovery of ideology: Return of the repressed in media studies*, Stuart Hall definiu os meios de comunicação como produtores e reprodutores de ideologias, apesar de suas pretensões de independência. Na verdade, a imprensa participa na produção e na reprodução da estrutura social: difundindo idéias de forma sistemática, os meios de comunicação acabam por estabelecer a ideologia como senso comum. Segundo Chauí, a ideologia (transformada em senso comum):

"se populariza, torna-se um conjunto de idéias e de valores concatenados e coerentes, aceitos por todos os que são contrários à dominação existente e que imaginam uma nova sociedade que realize essas idéias e valores. (...) Ou seja, o momento essencial de consolidação social da ideologia ocorre quando as idéias e valores da classe emergente são interiorizados pela consciência de todos os membros não dominantes da sociedade".(CHAUÍ, 1980: 108).

Para Antonio Gramsci (1978), o senso comum é a vivência do mundo fenomênico, quando temos contato apenas com a manifestação, a aparência das coisas, sem manter uma ligação de fato com a essência da coisa em si. Esse senso comum constitui-se numa forma de pensamento vigente, que domina um ou vários estratos

sociais. Segundo Gramsci, um grupo social "se move como um conjunto orgânico, tem, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção emprestada por outro grupo e afirmada em palavras e que julga seguir, porque a segue em *tempos normais*, ou seja, quando o comportamento não é independente e autônomo, mas, precisamente, submisso e subordinado". (GRAMSCI, 1978: 23-24).

O senso comum se constitui no pensamento que é compartilhado por todos, mesmo os que não tiveram acesso à educação formal, sobre assuntos que circulam na sociedade, formando idéias pré-estabelecidas sobre fatos, acontecimentos, pessoas. Denise Jodelet (s/d) destaca que o senso comum em que se transforma a ideologia é "o conhecimento 'espontâneo', 'ingênuo' que tanto interessa na atualidade às ciências sociais, esse que habitualmente se denomina *conhecimento de senso comum*, ou *pensamento natural*, por oposição ao pensamento científico" (JODELET, s/d: 473) [tradução nossa]. Ela ressalta:

"Este conhecimento se constitui a partir de nossas experiências, mas também das informações, conhecimentos e modelos de pensamento que recebemos e transmitimos através da tradição, da educação e da comunicação social. Deste modo, este conhecimento é, em muitos aspectos, um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado" (JODELET, s/d: 473) [tradução e destaque nossos].

1.1 Esfera pública, espaço que não se concretiza

Para circular, a ideologia precisa dos meios de comunicação, e é a imprensa que faz os discursos dos vários segmentos sociais serem de conhecimento público. A imprensa ocupa um espaço de destaque na formação da esfera pública. De acordo com Jürgen Habermas, (HABERMAS, apud GOMES, W., 1998), a esfera pública seria "o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam conseqüências concernentes a uma coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente de forma aberta e racional" (HABERMAS, apud GOMES, W., 1998: 155). Para Sandra Jovchelovitch (2000a), "Habermas define a esfera pública

como um espaço em que cidadãos se encontram e falam uns com os outros de forma que garanta acesso a todos. É a esfera onde o princípio da transparência e prestação de contas se desenvolve" (JOVCHELOVITCH, 2000a: 69). Assim, idéias somente passariam a ter valor quando expressadas através da comunicação, ou seja, através do discurso que consegue circular. Neste espaço, aberto à argumentação, quem participasse do debate ingressaria na esfera pública despojado de condições sociais privilegiadas, cargos, títulos ou posição social. Segundo Wilson Gomes:

"A paridade preliminar da esfera pública implica que nela o sujeito se introduz sem portar consigo os privilégios e vantagens extra-discursivos da realeza e das posições da hierarquia social, isto é, na condição de pessoa privada; ingressa aí na condição de homem livre, sujeito de razão e consciência". (GOMES, W., 1998: 156).

Contrário ao pensamento de Althusser, para Habermas a imprensa não serviria para consolidar a ideologia dominante, mas seria uma forma de garantir a emancipação dos indivíduos de todas as formas de dominação, ou seja, da ideologia dominante. Enfatizando o livre discurso, ele defende a comunicação como uma força atuante no terreno da crítica à ideologia, rompendo com o consenso existente, e assumindo um compromisso com a verdade, através da validação consensual. De acordo com Gomes, a imprensa ocuparia um lugar estratégico como instituição e instrumento da esfera pública. Existiria uma vinculação entre mídia e público, só havendo de fato a imprensa quando a transmissão regular de informações fosse acessível a todos, independente de classe ou segmento social. Associada à idéia de opinião pública, a imprensa seria instrumento de legitimação de decisões políticas perante o fórum público. Entretanto, Gomes destaca que, há muito, a esfera pública não existe do modo concebido por Habermas. "Criou-se a ilusão de que a esfera pública moderna ter-se-ia mantido nas nossas sociedades, quando na verdade ela há muito deixou de existir enquanto tal, conservando-se apenas na aparência de uma *pseudo-esfera pública, encenada, fictícia, cuja característica maior parece consistir em ser dominada pela comunicação e cultura de massas*" (GOMES, W., 1998: 162).

O projeto inacabado do Iluminismo – que deveria, entre outras coisas, ter consolidado a esfera pública – permitiu que a imprensa (vista inicialmente como um "instrumento

privilegiado da esfera pública" GOMES, W., 1998: 164) – se tornasse não em um meio de debate dos vários discursos presentes na sociedade, mas em "um meio de circulação de opiniões estabelecidas às quais se espera uma adesão, o mais amplamente possível, de um público reduzido a uma massa chamada de tempos em tempos a agir plebiscitariamente" (GOMES, W., 1998: 164), situação essa corroborada em tempos eleitorais ou em momentos de crise econômica. O que se conclui é que a esfera pública, tal como é pensada inicialmente por Habermas, já não existe, embora tenha sido inspiradora na constituição de vários mecanismos da democracia moderna, como o voto universal, a liberdade de opinião, o governo parlamentar. Para Gomes:

"Na verdade, aqui se pode flagrar a entrada em cena de outra forma de publicidade, entendida não mais como exposição discursiva das posições num debate acessível a todos os concernidos e conduzido com razoabilidade, mas como exposição de posições e produtos para os quais se deseja formas concretas de adesão. A diferença entre as duas posições consiste sobretudo em que da segunda estão excluídos seja o debate quanto a racionalidade: as posições são verbalizadas para convencer, não para demonstrar dialogicamente. Este convencimento prescinde da discussão e da racionalidade, porque não quer conseguir convicção lógica: precisa, sim, da simpatia da boa vontade, da adesão não importando se a sua origem é racional ou meramente emocional - por isso serve-se da sedução". (GOMES, W., 1998, 165) [destaque nosso].

Se a idéia de Habermas sobre esfera pública e mídia se firmasse, esta teria como exigência que os públicos não fossem excludentes, que todos tivessem acesso para dar visibilidade aos seus discursos e sistemas de valores, dando espaço para que todos pudessem falar e ser contestados, não havendo como, ocultamente, firmar a ideologia do grupo dominante. A imprensa, entretanto, ao se referir às minorias ou aos grupos excluídos, tem reservado um espaço/tempo e dado um tratamento determinado pela predominância discursiva da classe dominante. O discurso midiático - que deveria ser o terreno da crítica à ordem vigente para romper com o consenso

que não seja resultado de debate público - se transformou em um reforço da ideologia dominante e, assim, da permanência da exclusão de minorias.

Para Michel Foucault (1996), a produção do discurso em toda sociedade é controlada e selecionada, visando impedir a sua materialidade. Foucault alerta que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996: 09). Ele destaca:

“Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (...). O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996: 10).

Foucault traz como exemplo o discurso do louco, que desde a Idade Média não pode circular como os outros; é um discurso considerado nulo, não é bem recebido. Esta separação – entre o discurso que tem poder, logo visibilidade, e o que não tem – é que dá, segundo Foucault, a ordem do discurso: os que têm poder, falam, os que não têm, silenciam. O controle do discurso que circula é feito a partir daquele que fala, o seu autor, e da autoridade que lhe é investida:

“Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 1996: 37).

Assim, quando se fala, fala-se de um lugar social: o índio, quando fala, não se despoja de sua origem, ele fala a partir dela. E para que seu discurso tenha consistência e visibilidade, precisa circular e ter uma ordem que o delimite. Assim, a crença de Habermas no despojamento do sujeito de suas condições sociais

privilegiadas, cargos, títulos ou posições não se efetua na hora em que se expressa na esfera pública, na imprensa; o discurso é marcado pelo lugar social de onde fala o sujeito. O que se supõe é que não há o livre discurso.

1.2 Representações sociais e manipulação da história

Quem fala, representa o papel do lugar social ao qual pertence ou se insere. Assim, quando um índio busca expressar idéias, faz isso como integrante de uma comunidade indígena. As representações sociais têm como base a existência da comunicação, uma vez que existem para simbolizar – através do diálogo, do discurso, dos rituais, da cultura – uma dada realidade. A compreensão de um signo consiste em aproximá-lo de outros signos já conhecidos, de modo a apreendê-lo nesse contexto. Esse processo de aproximação e reconhecimento traduz a representação social. Segundo Sandra Jovchelovitch (2000a), "as representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. Neste sentido, elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além de sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público" (JOVCHELOVITCH, 2000a: 81). A ideologia, perpetuando-se no senso comum, determina a linha de pensamento dos membros da sociedade nesse processo de representação, consistindo-se num:

"Conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para

as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção". (CHAUÍ, 1980: 114).

Conhecimentos fundados na superioridade de raça, classe ou sexo ou no interesse de um grupo quantitativamente minoritário, mas que detém o poder, tendem a se tornar hegemônicos, favorecendo a servidão e a instrumentalização do homem, na medida que se transformam em senso comum. Segundo Bader Burihan Sawaia (1993), o estudo de Moscovici sobre representações sociais indica as três fases de evolução da ideologia: "a fase científica, da criação de uma nova teoria; a fase representacional, que envolve a sua difusão através da sociedade e a criação de representações sociais; e por último a fase ideológica, caracterizada pela apropriação da representação por algum grupo ou instituição e pela sua reconstrução como conhecimento criado pela sociedade como um todo e legitimado por seu caráter científico" (SAWAIA, 1993: 78).

De acordo com ele, o termo ideologia é utilizado para definir "o conjunto de representações que se torna partilhado coletivamente pela reificação por meio da sua apropriação por órgãos estatais ou escolas de pensamento e não pelo consenso e interação" (SAWAIA, 1993: 78). Segundo Pierre Bourdieu, o mundo das representações é "um campo de manifestação de lutas sociais e de um jogo de poder" (BOURDIEU, apud PESAVENTO, 1995: 18). Para Bourdieu, "a palavra concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que o enuncia e pretende agir sobre o real, agindo sobre a representação desse real" (BOURDIEU, apud PESAVENTO, 1995: 18).

A idéia de Bourdieu sobre a palavra já era anteriormente defendida por Mikhail Bakhtin (1992a). Segundo Bakhtin, "tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. Sem signos não existe ideologia" (BAKHTIN, 1992a: 31). Embora Bakhtin considere a palavra "o fenômeno ideológico por excelência" (BAKHTIN, 1992a: 36), ele atribui à palavra a condição de certa pureza e neutralidade, na medida em que pode pertencer a vários e diferentes discursos ao mesmo tempo, inclusive contraditórios entre si. Isso porque o discurso de partidos diferentes, de classes

sociais diversas ou mesmo de grupos étnicos específicos diferem em seus sentidos, mas utilizam o mesmo instrumento: a palavra. Bakhtin ressalta:

“Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa. (BAKHTIN, 1992a: 36-37).

Bakhtin explica bem a condição de pureza e neutralidade da palavra ao afirmar que ela se constitui num material flexível, ou seja, que está presente em todo e qualquer discurso. Ele ressalta:

“é preciso fazer uma análise profunda e aguda da palavra como signo social para compreender seu funcionamento como instrumento de consciência. É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico (BAKHTIN, 1992a: 37) [destaque nosso].

Bakhtin reforça que, como unidade da língua, “as palavras não são de ninguém e não comportam um juízo de valor. Estão a serviço de qualquer locutor e de qualquer juízo de valor, que podem mesmo ser totalmente diferentes, até mesmo contrários” (BAKHTIN, 1992b: 309). Somente através do enunciado concreto a palavra adquire aspectos expressivos, ou seja, passa a expressar valor. Bakhtin analisa a palavra sob três aspectos: como palavra neutra da língua, por não pertencer a ninguém; como palavra do outro, pois pertence ao discurso enunciado alheio; e como palavra minha,

pois carrega a minha intenção discursiva através da minha expressividade. Ele ressalta:

“Todas as propriedades da palavra que acabamos de examinar – sua pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e, finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente – todas essas propriedades fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias” (BAKHTIN, 1992a: 38) [destaque nosso].

Sendo um instrumento de dominação, a ideologia, através da palavra – ou, mais precisamente, do discurso – manipula não apenas o presente, mas o passado e o futuro. Isso porque fabrica um passado conveniente e prevê um futuro baseado no presente também já manipulado. Para Chauí, "porque a ideologia não tem história, mas fabrica histórias imaginárias que nada mais são do que uma forma de legitimar a dominação da classe dominante, compreende-se por que a história ideológica (aquela que aprendemos na escola e nos livros) seja sempre uma história narrada do ponto de vista do vencedor ou dos poderosos". (CHAUÍ, 1980: 123), o que será observado mais adiante com relação à história do Brasil e os índios (capítulo 4). Chauí ressalta:

"não possuímos a história dos escravos, nem a dos servos, nem a dos trabalhadores vencidos - não só suas ações não são registradas pelo historiador, mas os dominantes também não permitem que restem vestígios (documentos, monumentos) dessa história. Por isso os dominados aparecem nos textos dos historiadores sempre a partir do modo como eram vistos e compreendidos pelos próprios vencedores" (CHAUÍ, 1980: 123-124).

O vencedor consegue fazer prevalecer seu discurso no momento em que a história é contada. Ele dificulta a existência da "história dos vencidos", pois, sendo estes

derrotados, perderam o direito de contar sua versão dos fatos. A ação dos poderosos, dos vencedores, consiste justamente em tentar eliminar os vencidos, sua memória e os traços de sua existência, que somente emerge através de ações de resistência (nos lapsos discursivos, melhor explicados à página 95). "Não é assim, por exemplo, que os estudantes negros ficam sabendo que a Abolição foi um feito da Princesa Isabel? As lutas dos escravos estão sem registro e tudo que delas sabemos está registrado pelos senhores brancos. Nem para o índio. Nem para os camponeses. Nem para os operários" (CHAUÍ, 1980: 124). Marilena Chauí afirma:

"História dos 'grandes homens', dos 'grandes feitos', das 'grandes descobertas', dos 'grandes progressos', a ideologia nunca nos diz o que são esses 'grandes'. Grandes em quê? Grandes por quê? Grandes em relação a quê? No entanto, o saber histórico nos dirá que esses 'grandes', agentes da história e do progresso, são os 'grandes e poderosos', isto é, os dominantes, cuja 'grandeza' depende sempre da exploração e dominação dos 'pequenos'. Aliás, a própria idéia de que os outros são os 'pequenos' já é um pacto que fazemos com a ideologia dominante. Graças a esse tipo de história, a ideologia burguesa pode manter sua hegemonia mesmo sobre os vencidos, pois estes interiorizam a suposição de que não são sujeitos da história, mas apenas seus pacientes" (CHAUÍ, 1980: 124-125).

A manipulação faz artimanhas com os sonhos coletivos e com as tradições herdadas, trapaceando na criação de mitos e crenças. Não se pode reduzir o imaginário à ideologia, mas é preciso ter em mente que a formação deste imaginário é perpassado por interesses. De acordo com Sandra Jatahy Pesavento (1995), "não se pode esquecer que o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema" (PESAVENTO, 1995: 23). O imaginário social seria expresso através de símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas. Ela acrescenta:

"O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o 'verdadeiro' e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. (...) Não será este o verdadeiro caminho da História? Desvendar um enredo, desmontar uma intriga, revelar o oculto, buscar a intenção?" (PESAVENTO, 1995: 24).

Aquilo que se representa, a partir do senso comum, é, pois, não fruto de um consenso extraído da homogeneidade de idéias acerca do objeto representado, mas sim forjado em condições socialmente desiguais, como defende Sheva Maia da Nóbrega (1990). Resultante da divisão social do trabalho, ou seja, da divisão da sociedade em classes - e, conseqüentemente, em grupos e segmentos diferentes, divergentes e em condições socioeconômicas desiguais - as representações sociais servem para transmitir para grande parcela dos membros da sociedade o conhecimento selecionado pelos pensadores da ideologia dominante como o conhecimento que deve ser difundido e aceito como consistente e majoritário, aquele que deve prevalecer. Para Sheva:

"As representações são imersas em um movimento contínuo das incessantes e infatigáveis ondas de comunicação. Elas circulam nos discursos onde dançam as palavras numa coreografia de idéias e imagens, que se materializam nas condutas" (NÓBREGA, 1990: 16). [destaque nosso].

Assim, o que se constata é que o sentido de um discurso expresso em um texto, na palavra veiculada pelos meios de comunicação, é sempre dado e percebido a partir de um extradiscurso, sendo necessária a relação entre o texto e o contexto social, econômico e político em que ele se dá, operando a linguagem como o meio de representação. Para Sandra Pesavento:

"Todo fato histórico - e, como tal, fato passado - tem uma existência lingüística, embora o seu referente (o real) seja exterior ao discurso. Entretanto, o passado já nos chega enquanto discurso, uma vez que não é possível restaurar o real já vivido em sua integridade. Neste sentido, tentar reconstituir o real é reimaginar o imaginado, e caberia indagar se os historiadores, no seu resgate

do passado, podem chegar a algo que não seja uma representação" (PESAVENTO, 1995: 17) [destaque nosso].

As representações sociais são, desta forma, meios encontrados pelos vários grupos sociais para orientar as ações do cotidiano. Se, porém, um determinado segmento se sobressai - a classe dominante - é previsível que também se sobressaia sua linha de pensamento, a ideologia dominante. Assim, os conteúdos que circulam na sociedade - através, inclusive, dos meios de comunicação social - são marcados pelo jogo de forças e pressões, de modo que prevalecem discursivamente confirmando e mantendo as relações sociais convenientemente.

De acordo com Mary Jane Spink (1993), "na história das mentalidades, a constatação de que muitas das nossas verdades sobre o mundo social são historicamente datadas; o relativismo decorrente das reinterpretações geradas pelas reflexões a partir de movimentos políticos de minorias (negros, mulheres, gays etc.) que passam a reescrever a história a partir de sua própria ótica" (SPINK, 1993: 128) comprovam que não temos nenhuma certeza de que a interpretação escolhida é mais verdadeira que outras possíveis leituras da realidade.

A mídia se transformou em instrumento fundamental de coesão social, uma vez que lida com a produção, reprodução e circulação de representações sociais que transpõe as barreiras geográficas. Miquel Rodrigo Alsina define a notícia como "uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível" (ALSINA, 1989: 18). Entretanto, as representações sociais desfizeram o vínculo com o mundo real, tornando-se simulacros. E é a partir desses simulacros que se constróem as identidades sociais na pós-modernidade. No mundo onde prevalecem as imagens a partir do crescimento dos meios eletrônicos de massa, cada vez mais o indivíduo se afasta do real e percebe a si e aos outros como imagens que circulam, que se publicizam na mídia, criando um mundo imaginário que é composto de "técnica e ficção." (JUNQUEIRA, 1999: 06). E, enquanto a imprensa se modifica, modifica a realidade e vice-versa. De acordo com Sérgio Luiz Gadini (1999):

"os discursos midiáticos - enquanto espaços de produção de sentidos entre interlocutores - têm a possibilidade de reinventar, questionar, construir ou, mesmo, desestruturar a lógica social da organização da vida dos grupos humanos" (GADINI, 1999: 12) [destaque nosso].

1.3 Campos Sociais e segmentos excluídos

Como já dissemos, se é na esfera pública que os vários segmentos ganham visibilidade, essa visibilidade só é garantida através dos meios de comunicação social, que publicizam os discursos dos vários grupos, inclusive o discurso das comunidades indígenas. É preciso, porém, compreender bem como se dá a divisão da sociedade em segmentos ou grupos sociais. Apesar da divisão da sociedade em classes ter explicado o funcionamento da dominação de alguns grupos sobre outros, sua definição não foi suficiente para explicar na totalidade o processo de circulação dos atores sociais entre os vários segmentos: por exemplo, o pai, militar e membro de uma determinada religião circula entre os segmentos família, Exército e Igreja; o mesmo ocorre com o indígena, pai, marido, pajé, que circula nos segmentos família e cúpula de um grupo indígena. A concepção de estratificação social reelaborada por Pierre Bourdieu observa que o conceito de classe é restrito, sendo mais fecunda a definição de grupo social de Gramsci, onde seus membros podem circular segundo outros aspectos além do econômico. Segundo Bourdieu (1999):

"a classe social não é apenas um 'elemento' que existiria em si mesmo, sem ser em nada afetado ou qualificado pelos elementos com os quais coexiste, mas é também uma 'parte', ou seja, um elemento constituinte, determinado por sua integração numa estrutura, vemos que a ignorância das determinações específicas que uma classe social recebe do sistema de suas relações com as outras classes pode levar-nos a estabelecer identificações falsas e a omitir analogias reais. (...) Por exemplo, a classe superior de uma cidade pequena apresenta a maioria das características das

classes médias de uma cidade grande; isto não significa apenas (...) que os membros dos círculos mais fechados da sociedade da província seriam freqüentemente excluídos dos círculos equivalentes de uma cidade grande, mas quer dizer, acima de tudo, que, colocados em posições sociais estruturalmente diferentes, eles se distinguem por inúmeras condutas e atitudes dos indivíduos com os quais podem partilhar certas características econômicas, sociais e culturais” (BOURDIEU, 1999: 04-05) [destaque nosso].

Bourdieu defende que a posição de uma pessoa ou de um segmento social na estrutura da sociedade não pode ser definida com rigor estático – classes superior, média ou inferior – uma vez que é preciso se considerar o que ele chama de *trajeto social*, ou seja, as posições de ascensão ou declínio dentro da estrutura social. Além disso, duas classes sociais possuem propriedades em comum, apesar de possuírem diferenças significativas. Bourdieu afirma que:

“Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-la em distinções significantes. É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das marcas de distinção, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com esta posição) operando sobre os ‘valores’ (no sentido dos lingüistas) necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma

ordem propriamente cultural” . (BOURDIEU, 1999: 14) [destaque nosso].

A conceituação de campo social de Adriano Duarte Rodrigues (1990), que, ao nosso ver vem complementar o pensamento de Bourdieu, define o campo como um todo unido por um ímã, cujo sistema de valores lhe dá as características de grupo ou segmento social. De acordo com ele:

“Um campo social constitui uma instituição social, uma esfera de legitimidade. O religioso, a família, o militar, o político, o científico, o econômico são indiscutivelmente campos sociais.(...) Definem esferas de legitimidade que impõem com autoridade indiscutível atos de linguagem, discursos e práticas conformes, dentro de um domínio específico de competência. A legitimidade é assim o critério fundamental de um campo social. Reconhece-se pelo fato de poder ocupar o lugar de sujeito de enunciação: ‘a família exige’, ‘a economia deve e exige’, ‘a política impõe’ são enunciados que colocam instituições sociais no lugar de sujeito de um dizer ou de um fazer e remetem para a capacidade de impor com legitimidade indiscutível algo ao conjunto do tecido social” (RODRIGUES, A., 1990: 143-144) [destaque nosso].

Dentro do conjunto de campos sociais, a comunicação surge como um campo cuja legitimidade é delegada pelos demais campos. Enquanto cada segmento busca se legitimar à medida que tem parte de seu discurso expresso e difundido na mídia, os meios de comunicação se legitimam exatamente por ser o responsável por esta difusão. O espaço que oferece para que os diversos campos sociais apresentem suas representações discursivas é que dá ao campo comunicacional sua garantia de existência. Bakhtin defende que a consciência humana passa a ter forma a partir dos signos criados por um grupo organizado no curso das relações sociais. Para ele, “os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e

ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social" (BAKHTIN, 1992a: 35-36).

Baseado na teoria marxista, Bakhtin considera que o ser humano confronta seus interesses sociais nos limites de uma comunidade semiótica, onde ocorre a luta de classes. Ele ressalta que "classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua" (BAKHTIN, 1992a: 46). Entretanto, mesmo valendo-se da mesma língua, as palavras que dela fazem parte adquirem valores contraditórios na disputa discursiva entre as classes e segmentos sociais. "O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Essa plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância", defende Bakhtin (BAKHTIN, 1992a: 46), uma vez que é exatamente esta característica viva da língua, de sua multiplicidade, que gera a tensão da luta social, à medida que os discursos são manifestados e utilizados para cooptar grupos e disputar espaços.

Para Sérgio Luiz Gadini, cada grupo humano possui um corpo de lembranças comuns, fatos marcantes registrados, que criam a "memória de grupo" (GADINI, 1997: 09). Como campo legitimado pela capacidade de apresentação dos discursos dos outros campos, a mídia reproduz o conjunto de valores expresso pelos vários grupos sociais existentes na sociedade, servindo de campo de mediação dos vários discursos (a esfera pública definida por Habermas). Entretanto, a presença do discurso de um determinado segmento será tanto mais forte e evidente quanto mais forte for este segmento. Assim, ao invés de tornar-se espaço para a apresentação equânime dos vários discursos na busca de um consenso – independente de posições sociais ou hierarquias, como imaginou Habermas – a imprensa parece dar mais visibilidade aos campos que se sobressaem política e economicamente, ou seja, torna-se difusora da ideologia dominante. Bourdieu afirma que:

"Tendo a pensar que a estrutura da maioria dos campos, da maioria dos jogos sociais, é de tal ordem que a competição - a luta

pela dominação - é inevitável. Ela é evidente no campo econômico, mas até no campo religioso verifica-se que essa descrição é correta. Na maioria dos campos, podemos observar o que caracterizamos como uma competição pela acumulação de diferentes formas de capital (capital religioso, capital econômico etc.) e, do modo como são as coisas, a comunicação não distorcida a que Habermas se referiu é sempre uma exceção" (BOURDIEU & EAGLETON, 1991, in ZIZEK, 1996: 271) [destaque nosso].

A institucionalização dos noticiários se converteu em uma atividade sancionada pela sociedade. Miquel Rodrigo Alsina ressalta que a “relação entre o jornalista e seus destinatários está estabelecida por um contrato fiduciário social e historicamente definido” (ALSINA, 1989: 31) [tradução nossa]. Ele destaca:

“Este contrato se baseia em atitudes epistêmicas coletivas que se vão forjando pela implantação do uso social dos meios de comunicação como transmissores da realidade social de importância pública. Os próprios meios são os primeiros que levam a cabo uma contínua prática de autolegitimação para reforçar este rol social” (ALSINA, 1989: 31) [tradução nossa].

Entretanto, progressivamente, a opinião pública vem ficando dependente desse novo campo de legitimidade, os meios de comunicação, que para Rodrigues é o campo que cada vez mais torna-se autônomo em relação aos demais campos sociais, “como esfera obrigatória da visibilidade e da notoriedade. Nele se refletem todos os restantes campos sociais, e a legitimidade do poder alimenta-se através dele pela publicidade que assegura às restantes dimensões da prática social” (RODRIGUES, A., 2002: 03 in MOUILLAUD & PORTO, 2002). Ainda para o autor:

“É este o objetivo que o poder acalenta em relação ao campo dos media: discipliná-la, convertê-la e mantê-la como regime policial das opiniões livres, não sujeitas à repressão física, como caixa de

ressonância amplificadora da sua voz, como dispositivo de inscrição capilar da sua ordem, domesticando-a através da prática de uma escrita registradora conforme ao senso comum, às idéias feitas, às idéias populistas, numa palavra, a tudo quanto lisonjeia e mobiliza a vertente pulsional de que o poder moderno se alimenta". (RODRIGUES, A., 1990: 168-169) [destaque nosso].

A fixação de um consenso, na medida que se divulga, legitima e sanciona a ideologia dominante, dá ao campo social midiático o papel, já atribuído por Althusser, de Aparelho Ideológico de Estado. Ao mesmo tempo, as classes subalternas ou os grupos sociais com poder reduzido têm acesso restrito aos meios de comunicação ou chances limitadas de expressão de seus valores, permanecendo sob a dominação. Ou seja, mesmo na pós-modernidade e diante de conceitos da nova realidade da divisão social de classes, os meios de comunicação prevalecem como AIE, na definição althusseriana, difundindo a ideologia do segmento dominante. E a redefinição da divisão da sociedade em classes serve para compreendermos que, mesmo circulando em mais de um campo social, não há garantia para o sujeito de dar visibilidade ao seu discurso, permanecendo na condição de subalterno, se o campo ao qual preferencialmente está inserido não tiver dimensão suficiente para ganhar espaço nos meios de comunicação.

2. A notícia

O que vai ser lido no jornal do dia seguinte nem sempre é uma incógnita, uma caixa de segredos a ser aberta nas primeiras horas do dia. Para Sérgio Luiz Gadini, “o jornalismo implica sempre num recorte temático que redesenha o mundo social, a partir de um determinado enfoque desses eventos” (GADINI, 1997: 14). Porém, para começar a tratar do agendamento e da delimitação do temário da imprensa, é importante definir o que é notícia. Segundo Jorge Pedro Sousa (1999), notícias, no sentido jornalístico do termo, seriam:

“artefatos lingüísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e fabrico onde interagem, entre outros, diversos fatores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural e do meio físico/tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos e aportam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia. Registre-se ainda que embora as notícias representem determinados aspectos da realidade quotidiana, pela sua mera existência contribuem para construir socialmente novas realidades e novos referentes”. (SOUSA, 1999: 02).

O texto jornalístico é uma organização discursiva onde são expressas diversas versões sobre um fato. Como produtora de sentidos, deve-se compreender a notícia como um relato de fatos do mundo real, mas não da sua totalidade: parte do todo é narrado. Esta parte é escolhida, selecionada. Por isso, é essencial ver na linguagem não uma descrição da realidade, mas sua representação. Recolher dados, selecioná-los, hierarquizá-los, posicionando-os no texto segundo critérios de importância, resume o processo de produção do texto jornalístico. Com base em perspectivas ora pessoais, ora culturais e sociais – tendo como pano de fundo a ideologia, como visto no capítulo anterior – o jornalista hierarquiza as informações no processo produtivo – ou seja, faz do texto jornalístico, além de representacional da realidade, um texto autoral, apesar

das tentativas de se camuflar a presença do jornalista nesta produção. Sousa (1999) faz a seguinte classificação das interferências na produção da notícia:

- “1) ação pessoal – as notícias resultam parcialmente das pessoas e das suas intenções;*
- 2) ação social – as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional em que foram construídas e fabricadas;*
- 3) ação ideológica – as notícias são originadas por forças de interesse que dão coesão aos grupos, seja esse interesse consciente e assumido ou não;*
- 4) ação cultural – as notícias são um produto do sistema cultural em que são produzidas, que condiciona quer as perspectivas que se têm do mundo quer a significação que se atribui a esse mesmo mundo (mundivivência);*
- 5) ação histórica – as notícias são um produto da história, durante a qual interagiram as restantes cinco forças que enformam as notícias que temos (ações pessoal, social, ideológica, cultural e tecnológica)” (SOUSA, 1999: 03).*

A notícia, para Sousa, pode ser classificada, segundo a visão anglo-saxônica, da seguinte maneira:

- 1. *hard news* – notícias “duras”, “fortes”, relacionadas aos acontecimentos narrados;
- 2. *soft news* – notícias “brandas”, relacionadas a fatos sem muita importância e somente divulgadas quando há interesse pelo veículo de comunicação;
- 3. *hot news* – seriam notícias que, sendo também *hard news*, estão relacionadas a episódios recentes, “quentes”;
- 4. *spot news* – são as notícias referentes a fatos imprevistos, que fogem do controle do processo de agendamento da mídia (que será visto a seguir);
- 5. *running stories* – são notícias relacionadas a fatos cujo acontecimento está se desenvolvendo enquanto se processa sua divulgação.

Na seleção de fatos que são excluídos ou viabilizados como notícia, Sousa alerta que, embora estes acontecimentos, para serem noticiados, devam ser singulares,

concretos e observáveis, na realidade o que se verifica é que também a mídia impõe uma ordem ao tempo, ou seja, faz um agendamento do cotidiano, tentando capturar os fatos de modo a reduzir os riscos de imprevistos. O planejamento e a previsibilidade resultante dele norteiam a coleta de informações para a produção do texto jornalístico. Daí a Teoria do *Agenda-setting*.

Em 1972, McCombs e Shaw expuseram pela primeira vez em um artigo um novo paradigma que veio situar o processo de seleção de notícias pela mídia, baseados em estudo da campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos de 1968. Segundo eles, os meios de comunicação definem o que é e o que não é notícia a partir de um temário pré-estabelecido, o chamado *agenda-setting*. O agendamento seria, assim, a rotina diária dos veículos de comunicação, no que se refere à escolha, corte e peso dos fatos a serem narrados pela mídia.

2.1 Agenda dos meios de comunicação, espaço para hierarquias

De acordo com Nelson Traquina (1999), o termo agenda refere-se a “uma lista de questões e acontecimentos que são vistos num determinado ponto no tempo e classificados segundo uma hierarquia de importância” (ROGERS & DEARING, 1988: 565, apud TRAQUINA, 1999: 15). Definido inicialmente com o objetivo de analisar o ambiente político criado pelas campanhas eleitorais no campo jornalístico, a hipótese do *agenda-setting* é apresentada da seguinte forma por McCombs e Shaw:

“A capacidade dos media em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração de nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass media” (MCCOMBS & SHAW, 1977: 7, apud TRAQUINA, 1999: 16).

Segundo Traquina (1999), o processo do *agenda-setting* compõe-se de três elementos: o primeiro seria os estudos da agenda midiática (*media agenda-setting*), definido como os estudos do conteúdo dos meios de comunicação; os estudos da agenda pública, conceituado como a pesquisa sobre a importância dada pelos

indivíduos para os vários acontecimentos e assuntos que permeiam nosso dia-a-dia; e os estudos sobre a agenda das políticas governamentais (*policy agenda-setting*), que se constitui no estudo da agenda de ações das instituições governamentais. As pesquisas indicaram a ligação existente entre as agendas jornalística e pública. O efeito observado é de que a agenda pública é determinada pela agenda dos meios: questões que estão direta ou indiretamente ligadas às pessoas acabam por fazer parte do seu universo a partir de sua veiculação pela imprensa. Mar de Fontcuberta (1993) reforça este pensamento, afirmando que a tematização praticada pela mídia – ou seja, a escolha de determinados temas em detrimento de outros – se constitui em um mecanismo de formação da opinião pública. Traquina cita vários exemplos, entre os quais o da Guerra do Golfo:

“Na Guerra do Golfo, a cobertura massiva, com destaque para a CNN, colocou o Kuwait (sic) no centro das atenções mundiais e o ‘vazio’ (de atitudes pré-existent) facilitou a imposição dos enquadramentos. No entanto, é também necessário não esquecer que a colocação da invasão de Kuwait por parte do Iraque na agenda pública requereu igualmente uma potente promoção (envolvendo a mobilização de importantes recursos) por parte de news promoters poderosos”. (TRAQUINA, 1999: 25) [destaque nosso].

O *agenda-setting* é a pré-determinação do que deve ser notícia nos meios de comunicação, correspondendo ao estabelecimento do temário que deve todos os dias ser focado como reportagem. Traquina (1999) alerta que o poder do agendamento da mídia acaba por definir o que é e o que não é importante para o público. E o uso do poder por determinadas pessoas, grupos sociais ou instituições é marcante na classificação do temário escolhido para ser noticiado, uma vez que a cada forma de discurso social corresponde um conjunto de temas. Segundo Shaw (SHAW, apud WOLF, 2001), "em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media*

incluem ou excluem do seu próprio conteúdo" (SHAW, 1979: 96, apud WOLF, 2001: 144). De acordo com Bernard Cohen (COHEN, apud TRAQUINA, 1999), a imprensa:

"pode, na maioria das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar. O mundo parece diferente, dependendo do mapa que lhe é desenhado pelos redatores, editores e diretores do jornal que lêem" (COHEN, 1963: 72, apud TRAQUINA, 1999: 20) [destaque nosso].

Traquina afirma ainda que as conclusões de McCombs indicam que “os atributos enfatizados pelo campo jornalístico podem influenciar diretamente a direção da opinião pública. Tanto a seleção das ocorrências e/ou das questões que constituirão a agenda, como a seleção dos enquadramentos para interpretar essas ocorrências e/ou questões são poderes importantes que o paradigma do *agenda-setting* agora identifica depois de mais de vinte anos de vida intelectual” (TRAQUINA, 1999: 26). Para Fontcuberta (1993), as pessoas falam o que fala a televisão, o rádio e a imprensa e ignoram o que está próximo a eles, mas que não foi classificado como notícia pelos meios de comunicação. Ou seja, a mídia é um dos principais impulsionadores da circulação do conhecimento. Voltando a citar McCombs e Shaw:

“O agenda-setting é consideravelmente mais que a clássica asserção que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção dos enquadramentos para pensar esses objetos são poderosos papéis do agenda-setting”. (MCCOMBS & SHAW, 1993: 62, apud TRAQUINA, 1999: 26) [destaque nosso].

McCombs e Shaw reformulam o pensamento de Cohen, descrito anteriormente, da seguinte forma:

“O clássico somatório de Bernard Cohen (1963) do agenda-setting – os media podem não nos dizer o que pensar, mas serão

incrivelmente bem sucedidos ao dizer-nos em que pensar – foi virado do avesso. Novas investigações, explorando as conseqüências do agenda-setting e do enquadramento dos media, sugerem que os media não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar nisso, e conseqüentemente o que pensar”. (MCCOMBS & SHAW, 1993: 65, in TRAQUINA, 1999: 27) [destaque nosso].

Traquina alerta para alguns questionamentos importantes: “que atores do campo político são os principais *new promoters*? Até que ponto são os atores do campo político e não outros agentes sociais as principais fontes?” (TRAQUINA, 1999: 27). Segundo ele, a agenda pessoal – aquilo que preocupa, que dirige os pensamentos e esforços de um indivíduo – é orientada pelas experiências pessoais e pelas conversas interpessoais. Entretanto, o que sai na mídia norteia estas conversas e acaba por ter uma forte ingerência na formação das agendas pessoais, ou seja, sobre o que é importante para cada um, o que para Traquina representa a “redescoberta do poder do jornalismo” (TRAQUINA, 1999: 28). De acordo com Malena Rehbein Rodrigues, “a agenda interpessoal reforça a dos media, pois as pessoas acabam conversando o que é colocado como principal pelos meios de comunicação” (RODRIGUES, M., 1997, 03).

Estes *new promoters* representam, na verdade, os membros dos segmentos sociais que possuem influência sobre os meios de comunicação, representantes de grupos que, pelo lugar social que ocupam e ao qual se referiu Foucault (1996), podem dar mais visibilidade a determinados discursos e agir na formação do *agenda-setting* dos meios de comunicação. Segundo Fontcuberta (1993), o conteúdo da mídia depende do jogo de interesses dos próprios meios e dos vários setores da sociedade. Apenas no que chamamos de *concessões* dadas pela imprensa é que segmentos sociais excluídos conseguem entrar na agenda da mídia e “furar” o *agenda-setting* pré-estabelecido pelos segmentos dominantes da sociedade, o que chamamos de lapsos discursivos (ver capítulo 3 – p. 95).

É bem verdade que os meios de comunicação podem ser espaço para debate e, em alguns casos, funcionam como agentes de vigilância e controle dos poderes e das organizações. Segundo Sousa (1999), “os meios jornalísticos são um instrumento vital

de troca de informações e de estimulação da cidadania, em que o jornalista-mediador assume ou deve assumir um papel essencial. Pelo menos, será este o enquadramento ‘ideal’ da imprensa” (SOUSA, 1999: 05). Para Wilma Morais (1997), “o jornalismo enquanto técnica de produção e interpretação de informações, é uma das ferramentas sociais de construção da realidade que mais força tem para interferir diretamente sobre os fatos, potencializando, com isto, sua capacidade de formação e controle da opinião pública” (MORAIS, 1997: 144). [tradução nossa].

Sousa ressalta, entretanto, que para os estudos culturais – entre eles a teoria da hegemonia, de Gramsci – os veículos de comunicação são instrumentos de perpetuação e consolidação do poder. De acordo com o pesquisador, “os meios jornalísticos são também usados em função de interesses particulares, como os interesses de determinados poderes, podendo, igualmente, contribuir para a amplificação dos poderes e para a sustentação do *status quo*”. (SOUSA, 1999:05). Este pensamento é compartilhado por Teun A. van Dijk (1990), para quem as notícias, mesmo criando uma ilusão de credibilidade, acabam por legitimar o quadro social dominante. Ainda com relação a essa questão, Sousa salienta:

“Destaca-se sobretudo a idéia de que os meios jornalísticos são estruturas que tendem a representar as relações sociais dominantes de poder, naturalizando-as, tornando difícil imaginar outras relações de poder no seio da sociedade e, por consequência, trabalhando no sentido de inviabilizar quaisquer mudanças sociais”.
(SOUSA, 1999: 05).

2.2 Imprensa: efeito de agenda

Para Wolf (2001), a influência dos meios de comunicação sobre o público varia segundo o veículo. Televisão e jornal, assim, possuem um poder diferenciado sobre o telespectador/leitor. O agendamento é mais fortemente marcado pela imprensa escrita, que trabalha com mais espaço e detalhamento dos fatos. Segundo Wolf, porém, é difícil comparar os dois veículos, uma vez que não existem estudos que tenham utilizado a mesma metodologia. McCombs defende uma “eficácia temporalmente graduada e diferenciada dos vários *mass media*” (MCCOMBS, apud WOLF, 2001: 161). Ele ressalta:

“Os jornais são os principais promotores da agenda do público. Definem amplamente o âmbito do interesse público, mas os noticiários televisivos não são totalmente desprovidos de influência. A televisão tem um certo impacto, a curto prazo, na composição da agenda do público. O melhor modo de descrever e distinguir essa influência será, talvez, chamar ‘agenda-setting’ à função dos jornais e ‘ênfase’ (ou spot-lighting) à da televisão. O carácter fundamental da agenda parece, frequentemente, ser estruturado pelos jornais, ao passo que a televisão reordena ou ressystematiza os temas principais da agenda” (MCCOMBS, 1976: 6, apud WOLF, 2001: 161-162) [destaque nosso].

De acordo com Wolf, a imprensa escrita tem a função de produzir informação secundária ou tematizada, que “amplia a notícia, contextualizando-a e aprofundando-a” (WOLF, 2001: 164), eficácia essa atribuída por ele ao jornalismo escrito e não à televisão. Enquanto a notícia veiculada pelos jornais se estrutura em torno da memória acerca dos acontecimentos, a televisiva está centrada na atualidade. De acordo com Lorenzo Gomis (1991), uma das funções da mídia é oferecer um presente social contínuo: precisa ser novo para nos impressionar e velho para que se possa conhecê-lo e relatá-lo, na medida em que o assimilamos e incorporamos ao nosso repertório de informações, ou seja, o presente se ancora no passado, o novo se ancora no antigo. A interferência de personagens a partir dos fatos relatados causa mudanças no fato já ocorrido, refletindo no discurso que é reconstruído a cada novo presente jornalístico. Segundo GOMES, I., MELO, C. & MORAIS (1998):

“Os meios apresentam como ações não terminadas, em tempo presente, o que ocorreu antes, formando sincronicamente um período com fatos passados, outros que podem estar sucedendo no momento e outros ainda que se espera que ocorram em um futuro próximo” (GOMES, I., MELO, C. & MORAIS, 1998: 05).

Ao fazer seu vínculo com o mundo, “o discurso jornalístico presentifica aspectos e realidades do cotidiano, atendendo às demandas de seu público-alvo” (GADINI, 1999:

14). Deste modo, qualquer discurso cria efeitos de sentido no imaginário social, causa reações e interesses e agenda o cotidiano, de acordo com a hipótese de *agenda-setting*. Para Gadini, os meios de comunicação veiculam um discurso resultante da colagem de vozes e sentidos, gerando uma compreensão singular do dia-a-dia, ou seja, "configuram uma compreensão de situações tematizadas" (GADINI, 1999:15). Jovchelovitch reforça, citando Rowe & Schelling: "a mídia destrói as bases da memória popular e descola símbolos e sentidos dos contextos em que são produzidos" (ROWE & SCHELLING, 1991, apud JOVCHELOVITCH, 2000b: 91).

Não é apenas a quantidade de informações que configura a tematização e, conseqüentemente, o efeito de *agenda-setting*. O caráter público do tema e a sua relevância social, ou seja, que importância ele tem para ser divulgado, são delimitadores para a definição do que deverá ser tema no jornal. Wolf explica:

"Nem todos os temas ou acontecimentos são susceptíveis de tematização; são-nos apenas aqueles que revelam uma importância político-social. Por isso, os mass media tematizam dentro de limites que esses temas e esses acontecimentos não definem, num território que não delimitam, que apenas reconhecem e alqueivam.

Quanto ao efeito de agenda-setting, a tematização apresenta-se, pois, como uma possibilidade limitada pela selecção dos assuntos passíveis de ser tematizados. Enquanto, em princípio, é possível pensar-se num efeito de agenda-setting a propósito de qualquer série de assuntos, contanto que seja extensivamente coberta pelos mass media, a tematização (com conseqüente agenda-setting) só deveria ser possível em domínios já providos de uma relevância 'institucional' própria". (WOLF, 2001: 164).

De acordo com Karel Kosík (1963), "só mediante a abstração, a tematização e a *projeção*, tomando-se como ponto de partida este mundo da realidade pleno e inexaurível, se isolam determinadas zonas, facetas e esferas que o naturalismo ingênuo e o positivismo consideram como as *únicas* autênticas, como a única realidade, enquanto suprimem aquilo que *resta* como pura subjetividade" (KOSÍK,

1963: 30). É isso o que faz a mídia, na medida que seleciona o que divulga como sendo a realidade, e não sua representação. Para GOMES, I., MELO, C. & MORAIS (2000), "a representação da realidade pode estar numa imagem sugerida que pode ser referenciada através de figuras de linguagem nascidas de um enunciado verbal, capazes de criar um mundo visual paralelo e particular nas mentes dos receptores" (GOMES, I., MELO, C. & MORAIS, 2000: 02). Gerando em nossas mentes a idéia de uma realidade, a imprensa faz, na verdade, a representação de parte desta realidade.

2.3 Seleção de notícias: formação da agenda midiática

Para que se estruture a agenda dos meios de comunicação, é preciso um reconhecimento da agenda pessoal dos destinatários da notícia. Medir a quantidade de vezes em que um assunto surge no jornal não é suficiente para explicar a sua inserção na agenda. Segundo Zucker (1978), "poucos anos após um assunto ocupar uma posição relevante nos *mass media*, já a maior parte das pessoas tem uma idéia acerca dele e, portanto, é menos susceptível de ser influenciada quanto à data em que a *issue* (questão) se tornou, pela primeira vez, relevante nos *mass media*" (ZUCKER, 1978, apud WOLF, 2001: 172) [tradução nossa]. Para Wolf, isso significa que os conhecimentos adquiridos pelo leitor já integram sua enciclopédia, sua memória, o repertório de informações que está sob seu domínio.

Os temas considerados importantes na agenda individual variam segundo cada pessoa; cada um tem preocupações que não são necessariamente coincidentes. Wolf destaca que "nem todos os temas têm a mesma saliência e o mesmo limiar de relevância para os destinatários; em relação a esta condição de partida, o 'grande esforço' levado a cabo pelos *mass media* para colocarem em agenda temas diversamente salientes, constitui uma fase de grande importância mas de êxito incerto, ligado a múltiplas variáveis" (WOLF, 2001: 175). Para Lang-Lang (1981), é de se supor que o processo de "construção da agenda seja um processo colectivo, com um certo grau de reciprocidade" (LANG-LANG, 1978: 465, apud WOLF, 2001: 175). As fases relevantes para a formação do *agenda-setting*, segundo Wolf, são as seguintes:

"1. Os mass media dão um tal relevo a um acontecimento, uma acção, um grupo, uma personalidade, etc, que eles passam para o primeiro plano. Tipos diferentes de temas requerem quantidades e

qualidades diferentes de cobertura para atraírem atenção. Esta é a fase da focalização, mas é apenas a primeira, necessária mas não suficiente, por si própria, para determinar a influência cognitiva;

2. o objecto focalizado pela atenção dos mass media deve ser enquadrado, deve ser interpretado à luz de um qualquer tipo de problema que ele simboliza: é a fase do framing, isto é, da ‘imposição’ de um quadro interpretativo àquilo que foi intensivamente coberto;

3. na terceira fase, estabelece-se uma ligação entre o objecto ou acontecimento e um sistema simbólico, de forma que o objecto se torna parte de um panorama social e político reconhecido; é a fase em que os mass media são decisivos para associarem acontecimentos pouco importantes, descontínuos, a uma vivência constante, que se desenrola como solução de continuidade;

4. finalmente, o tema adquire peso, se puder personificar-se em indivíduos que dele se constituam ‘porta-vozes’. A possibilidade de dar forma à agenda reside, em grande parte, na habilidade desses indivíduos para comandarem a atenção dos mass media, num processo de empolamento que volta a propor todo o ciclo de fases” (WOLF, 2001, 175-176).

A escolha dos fatos a serem noticiados se submete a critérios diversos, seguindo uma escala de fatores como: “proeminência/celebridade, importância do fato pelas consequências, raridade, vida, interesse humano, rivalidade, conflito ou luta, utilidade, entretenimento” (MEDINA, 1978: 68). Cremilda Medina admite que esses critérios são subjetivos e ressalta:

“Toda matéria jornalística parte de uma pauta que pode ser intencional, procurada ou ocasional (acontecimento totalmente imprevisto) e essa pauta tem em si a primeira força do processo, que pode ser chamada angulação.(...)A empresa que, por sua vez, está ligada a um grupo econômico e político (em bases bem características na América Latina), conduz o comportamento da mensagem da captação do real à sua formulação estilística. Nem

sempre é fácil chegar a este componente, porque ele não se apresenta claramente. Estudar a presença difusa e subjacente da empresa jornalística na mensagem expressa ou mesmo no comportamento do repórter que aí trabalha é uma tarefa de pesquisas que envolvem instrumental econômico, sociológico e psicológico” (MEDINA, 1978: 73-74) [destaque nosso].

Para Sandra Jovchelovitch (2000b), mesmo que os efeitos contraditórios da mídia em nossas sociedades sejam enfatizados, "sua tendência para produzir significados e valores hegemônicos não deve ser subestimada" (JOVCHELOVITCH, 2000b: 90). Para ela:

"A mídia é ela mesma um ator chave no exercício do poder, particularmente naquelas sociedades onde a mídia, a indústria e o governo estão nas mãos da mesma família e onde a ausência de uma esfera pública forte impede o escrutínio dos interesses privados que dirigem a indústria das comunicações" (JOVCHELOVITCH, 2000b: 90).

A pauta, seja ela ocasional, procurada ou intencional, é marcada pela agenda dos meios de comunicação; a escolha do que será notícia no dia seguinte não ocorre aleatoriamente, obedece a um temário pré-estabelecido. Segundo Sandra Jovchelovitch, "há a questão de em que medida a mídia impõe definições sobre a vida pública quando apóia abertamente algumas políticas e seus defensores e exclui outros" (JOVCHELOVITCH, 2000b: 91). Ou seja, ao fomentar algumas práticas e idéias, rechaça outras em sua agenda, deixando que os assuntos excluídos somente entrem em seu temário através de concessões: o exótico ou inusitado, em datas comemorativas ou de protesto ou como parte de um outro temário maior e já constitutivo do *agenda-setting*. Até mesmo o espaço destinado à notícia, o formato dela na página e o título indicam a proeminência jornalística dada ao fato.

2.4 O sujeito autor, o *gatekeeper* e o *newsmaking*

Embora o jornalismo deseje ser referencial, como se o fato contasse a si mesmo, por trás de qualquer dizer há um sujeito – o repórter, o editor, o dono do jornal – apesar

da tentativa da imprensa de apagar esse sujeito, numa estratégia discursiva de legitimar o discurso midiático, que aparece como imparcial e objetivo. A escolha dos fatos que serão cobertos pelos repórteres é função do editor, que coordena e julga a viabilidade de cobertura. De acordo com Cremilda Medina, o editor é (ou deveria ser) “o sujeito ‘bem informado’, sensível à demanda, que antevê a oportunidade de determinadas coberturas, que sabe selecionar as informações essenciais que o repórter traz, que sugere perguntas e, acima de tudo, que *angula* a matéria” (MEDINA, 1978: 79). Ela afirma:

“Muitas vezes, a empresa jornalística oferece ao repórter, ao redator, ao editor, modernos recursos de processamento dos dados, mas o conteúdo, da pauta à edição, está marcado por um modelo paternalista de decisão na escolha dos temas, no encaminhamento da edição e, portanto, no resultado final. A tecnologia apressou o fluxo noticioso, agilizando os processos de codificação, mas esse fluxo não se põe a serviço integral da demanda social. A informatização proporciona o eficiente aprofundamento das fontes de informação, mas por enquanto ela só serve aos interesses econômicos da circulação no mercado” (MEDINA, 1978: 138).

Reforçamos que, a partir da definição de *agenda-setting*, ou seja, da fixação de uma agenda de temas pelos meios de comunicação – onde assuntos são incluídos e excluídos - percebe-se que a mídia não é (e nem poderia ser) a realidade que vivemos todos os dias, mas a representação dessa realidade, com fragmentos recortados e remontados do cotidiano. No veículo de comunicação, faz-se a transposição de fatos narrados, repletos de significados. Ao contrário das teses defendidas em manuais de redação e na publicidade dos vários meios de comunicação na defesa do mito da imparcialidade (que não se concretiza), partimos da assertiva de que o texto jornalístico é pleno em parcialidade: verificamos a presença autoral do jornalista (e toda a carga ideológica e cultural que carrega) e da empresa para a qual trabalha em reportagens, notas e editoriais. A imparcialidade “transformou-se em mito e vem permitindo aos veículos de comunicação camuflar a tendenciosidade das notícias veiculadas” (GOMES, I., MELO, C. & MORAIS, 1998: 01). As autoras ressaltam:

"A aparente neutralidade das informações proporciona uma ilusão de imparcialidade e, em consequência, conquista a credibilidade da opinião pública" (GOMES, I., MELO, C. & MORAIS, 1998: 01).

Segundo Sérgio Luiz Gadini (1999), os meios de comunicação "desempenham hoje bem mais um papel de mecanismos de constituição dos universos simbólicos. Apresentam-se, pois, como elementos cada vez mais indispensáveis no processo de identificação, apreensão e compreensão das relações sociais pelos indivíduos" (GADINI, 1999: 12). A ação discursiva da imprensa tem uma compreensão singular dos eventos tematizados, fazendo sempre um "recorte temático" que reconfigura o mundo social, a partir do enfoque escolhido para tratar os fatos. Gadini acrescenta:

"Falar em jornalismo é, então, falar em fragmentos de realidade, resultante de um jogo de fatores e códigos de produção discursiva". (GADINI, 1999: 14).

No texto jornalístico, o redator se transforma em uma *antena* que recebe informações e as emite para o leitor/espectador, tarefa que é impossível de acontecer de forma neutra: na condição de *gatekeeper* – o “guardião da entrada de notícias” –, escolhe, seleciona, passando por critérios sujeitos à subjetividade e à ideologia. Conceito elaborado por Kurt Lewin, em 1947, o *gatekeeper* é uma espécie de selecionador ou de guardião, um indivíduo ou grupo que filtra e controla a informação. Ele tem o poder de decidir se a informação será publicada ou bloqueada. Embora o conceito tenha surgido para analisar as dinâmicas dentro dos grupos sociais (especialmente sobre as mudanças de hábitos alimentares), White (1950) trabalhou a mesma concepção para verificar como se desenvolve o fluxo de notícias dentro dos meios de comunicação, observando os pontos que permitem a rejeição ou a publicação da informação. Wolf relata:

"A pesquisa de White revela que 'das 1333 explicações para a recusa de uma notícia, cerca de 800 atribuíam-na à falta de espaço e cerca de 300 referiam ou uma sobreposição com histórias já seleccionadas, ou falta de interesse jornalístico ou falta de

qualidade da escrita. Outros 76 casos diziam respeito a acontecimentos em áreas demasiado afastadas do jornal e, por isso, presumivelmente desprovidas de interesse do leitor (...). Estatisticamente, no que respeita às explicações fornecidas pelo jornalista e relatadas por White, estas normas profissionais superavam as distorções subjectivas' (HIRSCH, 1977: 22, apud WOLF, 2001: 181). Pesquisas posteriores realçaram igualmente o facto de, na selecção e na filtragem das notícias, as normas ocupacionais, profissionais e organizativas parecerem ser mais fortes do que as preferências pessoais". (WOLF, 2001: 181) [destaque nosso].

Para DeGeorge (1981), o espaço e o formato ocupado pela notícia no jornal são reflexos do agendamento e da “mão” do *gatekeeper*. Ele afirma:

“A capacidade dos meios de comunicação social para produzirem mudanças através dos efeitos cognitivos pode ser atribuída ao permanente processo de seleção realizado pelos gatekeeper nos media, os quais, em primeiro lugar, determinam que acontecimentos são jornalisticamente interessantes e quais o não são e lhes atribuem diferente relevância em função de diversas variáveis, como a extensão (em tempo ou em espaço), a importância (tipos de títulos, localização no jornal, frequência de aparecimento, posição no conjunto das notícias) e o grau de conflituosidade (a forma como se apresenta o material jornalístico) de todos os itens que devem passar o crivo. Algumas notícias são tratadas detalhadamente, outras merecem uma atenção supérflua; enquanto outras serão completamente ignoradas. Da mesma forma, os meios audiovisuais podem servir-se de uma ‘estória’ desde o seu início ou podem prescindir dela. (...) O agenda-setting postula que a audiência adota este tipo de afirmação temática e que, fazendo-o, incorpora um conjunto igual de relevâncias nas

suas próprias agendas”. (DEGEORGE, 1981: 219-220, apud SOUSA, 1999: 82) [destaque nosso].

Na verdade, o processo de seleção obedece não a critérios objetivos, mas a um esquema que envolve o contexto profissional, burocrático e organizativo ao qual está inserido o jornalista. Wolf afirma que:

“As pesquisas são unânimes em esclarecer que, na selecção, as referências implícitas ao grupo de colegas e ao sistema das fontes, predominam sobre as referências implícitas ao próprio público. Enquanto este é pouco conhecido pelos jornalistas, o contexto profissional-organizativo-burocrático circundante exerce uma influência decisiva nas escolhas dos gatekeepers: o já clássico estudo de Breed (1955) sobre controlo social nas redacções – analisando os mecanismos de manutenção da linha editorial e política dos jornais – confirma que essa linha, raramente explicitada e discutida, é apreendida por ‘osmose’ e é imposta, sobretudo, através do processo de selecção dos jornalistas no interior da redacção. A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência constituído pelos colegas ou pelos superiores”. (WOLF, 2001: 182).

De acordo com Wolf, Breed distingue seis motivos que dão conformidade à orientação do jornal: “a. a autoridade institucional e as sanções; b. os sentimentos de dever e estima para com os superiores; c. as aspirações à mobilidade profissional; d. a ausência de fidelidades de grupo contrapostas; e. o carácter agradável do trabalho; f. o facto de a notícia se ter transformado em valor” (WOLF, 2001: 182). Para Wolf, as razões que justificam a escolha e a forma dada às reportagens são fundamentais para explicar a “transição dos estudos sobre manipulação explícita da informação para a questão da ‘distorção inconsciente’ (*unwitting bias*) que se verifica *constantemente* na cobertura informativa” (WOLF, 2001: 183).

A imagem da realidade social criada pelos meios de comunicação está diretamente relacionada à organização e à produção desses meios. Isso significa que, para além da manipulação planejada, pensada a partir de pressões externas, existe uma distorção inconsciente por parte do jornalista, que está relacionada às práticas profissionais, à rotina de produção, aos valores individuais e partilhados pelo grupo de redação, enfim, à ideologia. Wolf destaca:

“As distorções inconscientes que, dia após dia, realçam uma determinada representação da realidade social, marginalizando alguns dos seus aspectos em favor de outros, são um elemento que entra em jogo na dinâmica da difusão de efeitos cognitivos ligados àquela imagem da realidade. (...). *Dos mass media - que constituem um núcleo central da produção simbólica, na sociedade actual – é necessário conhecer-se não apenas os sistemas de valores, de representações, de imaginário colectivo que eles propõem, mas também o modo, os processos, as restrições e as limitações em que tudo isso acontece.*” (WOLF, 2001: 184) [destaque nosso].

As características da organização e da estrutura do veículo de comunicação determinam a forma de reprodução da realidade social. Os estudos indicam a existência da *distorção inconsciente* orientando tanto a seleção dos fatos que serão notícias como o modo de sua apresentação. Wolf ressalta que isso não se restringe aos casos excepcionais, mas “alarga-se ao andamento rotineiro” (WOLF, 2001, 185) da cobertura do veículo de comunicação. Assim, o *newsmaking* seria o produtor de informação, que segue uma rotina de produção que, por si, já é delimitadora e seletiva. A cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos são dois aspectos fundamentais na análise em questão. Para Tuchman (1977):

“O *objectivo* declarado de qualquer órgão de informação é fornecer relatos dos acontecimentos significativos e interessantes. Apesar

de ser, evidentemente, um propósito claro, este objectivo é, como muitos outros fenómenos aparentemente simples, inextricavelmente complexo. O mundo da vida quotidiana – a fonte das notícias – é constituído por uma superabundância de acontecimentos (...). São esses acontecimentos que o órgão de informação deve seleccionar. A selecção implica, pelo menos, o reconhecimento de que um acontecimento é um acontecimento e não uma casual sucessão de coisas cuja forma e cujo tipo se subtraem ao registo. O objectivo de seleccionar tornou-se mais difícil devido a uma característica posterior dos acontecimentos. Cada um deles pode exigir ser único, fruto de uma conjunção específica de forças sociais, económicas, políticas e psicológicas que transformaram um acontecimento neste acontecimento em particular (...). Do ponto de vista do órgão de informação, é impossível aceitar essa pretensão quanto a todos os acontecimentos. Como qualquer outra organização complexa, um meio de informação não pode trabalhar sobre fenómenos idiossincrásicos. Tem de reduzir todos os fenómenos a classificações elaboradas propositadamente, como os hospitais que 'reduzem' cada doente a um conjunto de sintomas e de doenças (...). Essas exigências, que são devidas à superabundância de factos que acontecem, indicam que os órgãos de informação, para produzirem notícias, devem cumprir três obrigações:

- 1. devem tornar possível o reconhecimento de um facto desconhecido (inclusive os que são excepcionais) como acontecimento notável;*
- 2. devem elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham em conta a pretensão de cada facto ocorrido a um tratamento idiossincrásico;*
- 3. devem organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planificada. Estas obrigações estão relacionadas entre si (TUCHMAN, 1977: 45, apud WOLF, 2001: 188-189) [destaque nosso].*

Na produção de notícias temos a cultura profissional, que abarca desde a formação do jornalista como ser humano, indo de estereótipos, símbolos, táticas, representações de papéis, rituais, convenções até a concepção do produto notícia. Para Garbarino (1982), “a ideologia traduz-se, pois, numa série de paradigmas e de práticas profissionais adoptadas como naturais” (GARBARINO, 1982: 10, apud WOLF, 2001, 189). O jornalista faz parte de uma empresa com estrutura hierárquica que exerce o controle e influencia a produção intelectual. Michael Kunczik salienta que “uma das grandes ilusões de muitos principiantes é a ideia de que os jornalistas sejam livres e independentes” (KUNCZIK, 1997: 18).

No aspecto organizativo da empresa de comunicação de massa, há restrições ligadas à organização do processo produtivo nas redações, onde são criadas convenções “que determinam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo, desde a utilização das fontes até à selecção dos acontecimentos e às modalidades de confecção, e contribuem para se precaver contra as críticas do público” (GARBARINO, 1982: 12, apud WOLF, 2001: 189).

2.5 Critérios de noticiabilidade: produzindo o jornal a partir dos valores-notícia

Em que consiste a noticiabilidade de um fato? Ao conjunto de critérios – a cultura profissional, a formação pessoal do jornalista, o processo produtivo – que levam o jornalista a escolher dentro de um número imprevisível de acontecimentos aqueles que serão notícia. São as ações de carácter pessoal, social, ideológica, cultural e histórica que geram a interferência na produção da notícia aos quais já nos referimos. Para Altheide (1976), “as notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal” (ALTHEIDE, 1976: 113, apud WOLF, 2001: 190). Para Shoemaker (SHOEMAKER, 1991, apud SOUSA, 1999):

“Os critérios de noticiabilidade geralmente incluem, sob a forma de uma lista, fatores como a oportunidade, a proximidade, a importância, o impacto ou a consequência, o interesse, o conflito ou a controvérsia, a negatividade, a frequência, a dramatização, a crise, o desvio, o sensacionalismo, a proeminência das pessoas envolvidas, a novidade, a excentricidade e a singularidade (no sentido de pouco usual). (SHOEMAKER, 1991: 21-22, apud SOUSA, 1999: 48).

Mas a noticiabilidade implica em um outro conceito: valores-notícia. Segundo Wolf, “esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (WOLF, 2001: 195). Os valores-notícia não indicam apenas o que deve ser transformado em reportagem na edição do dia seguinte, mas também a sua forma de apresentação: o que deve ser realçado ou omitido na preparação do texto para o público. A *distorção involuntária*, ligada às rotinas de produção e aos valores profissionais, perpassa todas as etapas de trabalho na redação. De acordo com Wolf:

“O rigor dos valores-notícia não é, pois, o de uma classificação abstracta, teoreticamente coerente e organizada; é, antes, a lógica de uma tipificação que tem por objectivo atingir fins práticos de uma forma programada e que se destina, acima de tudo, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos.

Por isso, os valores-notícia devem permitir que a selecção do material seja executada com rapidez, de um modo quase ‘automático’, e que essa selecção se caracterize por um certo grau de flexibilidade e de comparação, seja defensável post mortem e, sobretudo, que não seja susceptível de demasiados impedimentos” (WOLF, 2001: 197-198).

Para Kunczik, os valores-notícia resultam de “suposições intuitivas dos jornalistas com referência àquilo que interessa a um público determinado, àquilo que chama a sua atenção” (KUNCZIK, 1997: 243). Um indicativo da existência prática dos valores-notícia é a especialização temática presente nos jornais. É a forma de apresentação real dos valores-notícia na prática organizativa, que permite dividir o jornal em partes, editorias e setores temáticos específicos: economia, política, esportes, cultura, sindicalismo, ciência, meio ambiente, educação. “Estes temas fornecem a maior parte das notícias e espera-se que forneçam acontecimentos dotados de noticiabilidade credível (realible newsworthiness)” (GOLDING-ELLIOTT, 1979: 100, apud WOLF, 2001: 200).

Segundo João Carlos Correia, “a linguagem jornalística tende a reproduzir o que é socialmente aceitável e predictível. Os valores-notícia refletem critérios de seleção do inesperado que é sempre o negativo do que é tido por adquirido” (CORREIA, 2002, 02). Tanto Kunczik (1997) quanto Wolf (2001) relacionam os critérios que determinam o processo de seleção de notícias. Partindo da perspectiva de Wolf, temos os seguintes critérios:

critérios substantivos das notícias (conteúdo);
disponibilidade do material/produto informativo;
público;
concorrência.

No primeiro item, temos dois fatores: a importância e o interesse da notícia. Entretanto, esses fatores não são suficientes, uma vez que é preciso objetivar o que vem a ser a importância e o interesse. Para Wolf, quatro variáveis determinam o critério da importância: o grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável (segundo Wolf (2001), Kunczik (1997) e Sousa (1999), quanto mais o acontecimento refere-se a países ricos e desenvolvidos ou pessoas de elite, mais provável que se torne notícia); o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional (eventos que podem atuar sobre os interesses do País ou Estado recebem destaque); quantidade de pessoas envolvidas no fato (quanto mais elevado o número, mais chances de se tornar notícia); e relevância do acontecimento com relação a uma

evolução futura (eventos de duração prolongada são mais facilmente transformados em notícia).

Dentre as variáveis acima, destacamos a primeira como a mais significativa. De acordo com Wolf, “alguns dos factores que definem, operativamente, o valor-notícia ‘importância’ de um acontecimento, são, portanto, o grau do poder institucional, o relevo de outras hierarquias não institucionais, a sua ‘visibilidade’ (isto é, a possibilidade de serem reconhecidas fora do grupo de poder em questão), a amplitude e o peso dessas organizações sociais e económicas” (WOLF, 2001: 202). Para ele, que destacou dentro dos critérios substantivos os fatores *importância* e *interesse*, no momento do processo seletivo, o fator de *interesse* resulta de posições subjetivas, portanto, menos vinculadas do que o fator *importância*. Assim, vale o bordão: se o cachorro morde o homem não é notícia, mas se o homem morde o cão, com certeza será. O interesse que indica o valor-notícia baseia-se, assim, no insólito, no curioso, seguindo o interesse humano, o heróico e o excepcional. É o que Kunczik classifica de “qualidade do inesperado” (KUNCZIK, 1997: 245).

No segundo item, o critério é econômico e espacial: quanto a empresa jornalística terá que despendar para o deslocamento físico do repórter para que ele faça a cobertura do fato? Se as informações são acessíveis e se estão disponíveis dentro de uma distância considerada de fácil acesso, estará obedecendo a esse critério. Mas, o mais importante a se observar é que notícias como a do homem que mordeu o cachorro – que caracterizam a alteração da rotina, o inesperado – têm mais chance de ser notícia. E se o fato é negativo, aumentam as possibilidades de ganhar espaço no veículo. A infração, o desvio, a ruptura sempre são destacados. Sobre isso, Kunczik afirma: “quanto mais negativo for o fato em suas conseqüências, mais provável será que ele se torne matéria de notícia(...). As notícias negativas são mais inesperadas do que as positivas” (KUNCZIK, 1997: 246-247).

Ainda no item relativo ao produto, a atualidade do fato – mesmo que seja atual apenas para os jornalistas e que já seja fartamente conhecido para as fontes da informação – é passível de divulgação. Outro ponto neste item é a questão da

repetitividade: se um fato é considerado repetitivo ou semelhante a outros já publicados, não é considerado noticiável.

No critério relacionado ao público, Wolf ressalta que “os jornalistas conhecem pouco o seu público; mesmo que os órgãos de informação promovam pesquisas sobre as características da audiência, os seus hábitos e as suas preferências, os jornalistas raramente as conhecem e pouco desejam fazê-lo” (WOLF, 2001: 212-213). Na Alemanha, segundo Kunczik, o público que busca, por exemplo, entretenimento nas páginas dos jornais, é pouco conhecido pelos jornalistas, que têm uma imagem depreciativa dos leitores:

“os jornalistas os vêem como pessoas inócuas, sem opiniões firmes, ávidas de sensações, de baixo nível de inteligência, primitivas e interessadas apenas superficialmente nas coisas intelectuais. O leitor desqualificado é usado como justificativa pelo resultado do que está sendo feito” (KUNCZIK, 1997: 107).

Dentro do último item, a concorrência, traz à tona a questão da existência de vários veículos de comunicação que, competindo entre si, lutam para trazer, na edição do dia seguinte, um diferencial, um pormenor em seu noticiário que faça o seu jornal mais completo. Segundo Gans, “os *mass media* competem na obtenção de exclusivos, na invenção de novas rubricas e na feitura de pequenas ‘caixas’ sobre os pormenores” (GANS, 1979: 177, apud WOLF, 2001: 214).

Obedecendo a estes critérios – uns mais, outros menos, segundo o fato ao qual se deve decidir em narrar ou não – o jornalista precisa preencher todos os dias as páginas do jornal impresso ou ocupar os blocos do telejornal. Para isso, o *newsmaking* – ou o construtor da notícia, que comanda o processo seletivo do material – leva o veículo a privilegiar quem traz a informação com garantias: as fontes institucionais e as agências de notícias, o que acaba por levar os meios de comunicação à homogeneidade e à uniformidade do que venha a ser notícia, em virtude da dependência dos veículos a um número reduzido de agências em todo o mundo.

Esta homogeneidade no seio da cultura profissional jornalística vai além das fronteiras territoriais, tornando o conteúdo dos meios de comunicação social repetitivo. Sobre esta questão, Kunczik avalia que o alto grau de consonância entre os veículos de comunicação acaba por prejudicar uma possível multiplicidade de ângulos da notícia, ou mesmo da escolha dos fatos noticiados. Noelle-Neumann (NOELLE-NEUMANN, 1973, apud KUNCZIK, 1997: 251) ressalta que, mesmo que o público tenha a capacidade de escolher entre os vários veículos de comunicação, o processo de escolha se faz restrito pela grande consonância entre os meios, que utilizam os mesmos critérios de seleção de notícias e as mesmas fontes de informação.

As fontes, aliás, são hierarquizadas segundo sua capacidade de dar informações como representantes de um grupo ou de uma instituição. De acordo com Kunczik, “a supressão de certos temas se deve à integração da imprensa local à estrutura de poder local” (KUNCZIK, 1997: 172). Na prática, isso pode significar privilégios para alguns segmentos da sociedade em detrimento de outros, cuja força como fonte é praticamente inexistente. Embora os meios de comunicação sejam capazes de determinar que problemas sociais devem ser enfatizados no processo de escolha dos fatos a se transformarem em notícia, pode também excluir fatos que deveriam subir na escala de problemas a serem tema do noticiário. De acordo com Kunczik, “pode-se fazer com que certos problemas sociais se tornem invisíveis” (KUNCZIK, 1997: 253).

Em Wolf, destaca-se que “as noticiais são, entre outras coisas, ‘o exercício do poder sobre a interpretação da realidade’” (SCHLESINGER, 1972: 4 e GANS, 1979: 81, apud WOLF, 2001: 223). A estrutura social e de poder indicam a importância da fonte (o que será melhor explorado no capítulo 5). Kunczik reforça Wolf, afirmando que a relação de alguns jornalistas com seus informantes beira à intimidade, e ressalta: “eles têm uma crença quase cega naquilo que lhes é dito, porque os jornalistas acham que essas pessoas têm mais conhecimento que eles mesmos” (KUNCZIK, 1997: 173). Segundo Gans:

“Aqueles que detêm o poder económico ou político podem, facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes;

aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até as suas acções produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos” (GANS, 1979: 81, apud WOLF, 2001: 224) [destaque nosso].

Wolf acrescenta:

“Por sua vez, esta estruturação das fontes contribui para reforçar a ideologia da notícia como facto excepcional, ruptura da norma, desvio” (WOLF, 2001: 224).

Kunczik alerta para a condição organizativa dos receptores das notícias – eles mesmos possíveis fontes de informação:

“Entre os componentes principais do ambiente de uma organização que produz mensagens em massa encontram-se os receptores não-organizados – leitores, ouvintes de rádio, telespectadores –, que são relativamente impotentes e não têm influência sobre os meios de comunicação. Os receptores organizados, como os partidos políticos, a Igreja, os sindicatos, as organizações de trabalhadores etc. são, em comparação, muito mais poderosos e influentes do que os que não estão organizados” KUNCZIK, 1997: 18).

Entretanto, o processo de seleccionar fatos para transformá-los em notícias exige que o jornalista dê a esta escolha um carácter de objetividade. Assim, ele legitima a seleção na medida em que recorre a artifícios e técnicas que encobrem a real subjetividade da escolha. De acordo com Kunczik, algumas das formas para dar credibilidade à escolha do fato a ser noticiado estão:

1. apresentação de opiniões contrárias no mesmo texto jornalístico – isso causa a sensação no leitor/espectador de que as várias perspectivas do fato foram abordadas;
2. apresentação de evidência corroborativa – para dar confiabilidade ao fato narrado, outros fatos adicionais são veiculados de modo associado;
3. emprego de aspas – a opinião de várias pessoas, especialmente de fontes consideradas de alto nível, dão força ao fato narrado. Além disso, ao citar a opinião do outro, o jornalista se exime de expressar sua própria opinião abertamente, fazendo isso de modo disfarçado e encoberto pela opinião alheia.

Na edição propriamente do material selecionado, acontece algo significativo: a descontextualização e recontextualização dos fatos. Para obedecer ao formato do veículo, os acontecimentos são contados de forma fragmentada, partida, e inseridos dentro do modelo de jornal pré-existente. Segundo Wolf, “a fragmentação dos conteúdos e da imagem da realidade social situa-se, exactamente, entre esses dois movimentos: por um lado, a extracção dos acontecimentos do seu contexto; por outro, a reinserção dos acontecimentos noticiáveis no contexto constituído pela ‘confecção’, pelo formato do produto informativo.

A rigidez do formato (uma duração preestabelecida e estável, uma ordem no esquema prefixada e respeitada) acaba por constituir o parâmetro ao qual são adaptados os conteúdos dos noticiários” (WOLF, 2001: 244). A edição, assim, constitui-se num processo em que os acontecimentos são adequados e adaptados de forma a se transformar numa representação sintética, breve, mas coerente, com fatos salientados de modo a dar visibilidade à notícia. Wolf destaca:

“De um discurso, serão retomadas apenas as passagens mais significativas e só essas serão utilizadas; de um acontecimento, serão montados os momentos mais importantes” (WOLF, 2001: 245).

2.6 Urgência do texto: atendendo as necessidades básicas do leitor comum

Editar um jornal impresso ou um telejornal se reveste de um caráter de urgência inerente à imprensa. Assim, preparar uma reportagem é lutar contra o tempo de edição e garantir o espaço no veículo. Segundo Moraes (1997), “se confirma a argumentação primeira de que a notícia se constrói ante a necessidade dos meios de preencher espaços vazios em função da urgência do tempo. Essa necessidade influirá também na decisão tomada acerca do tratamento que deve ser dado a cada assunto” (MORAIS, 1997:148). [tradução nossa].

Para atender a esta luta contra o tempo, o jornalista deve preparar seu texto jornalístico dando respostas a seis perguntas básicas: *quem, quê, quando, onde, como e por quê*. Atendendo a estas questões, ele terá escrito o chamado lide da notícia, onde são passadas as informações básicas do fato para o leitor comum. Mas quem é o leitor comum? Para Moraes, o leitor médio ou comum é aquele que tem nos jornais diários sua referência da atualidade. Segundo ela:

“Este leitor comum de quem falo é aquele que recebe a informação modelada pelos meios e, muito provavelmente, responde a esta interpretação modelada sem haver participado dela ou sequer questionado acerca de seu interesse. Em certo sentido, o leitor médio tem a característica – ou a tendência – de aderir ao texto recebido, de forma que a informação passada se concretize e alcance a opinião desejada pela imprensa. Portanto, o leitor médio estará sempre condicionado a estabelecer relações a partir do já difundido e antes tomado pela imprensa como notícia”. (MORAIS, 1997: 152). [tradução nossa].

2.7 Gêneros jornalísticos: as formas de apresentação da notícia

O fato pode ser narrado em vários formatos e estilos na mídia, especialmente na imprensa escrita. Entretanto, o sistema convencional de categorização de gêneros está no foco do debate por ser considerado insuficiente para acomodar a grande quantidade de variações no formato de apresentação dos textos jornalísticos, inclusive com a mistura de formas e a influência dos meios audiovisuais (como o uso de infografias, por exemplo) e, mais recentemente, da informação *on line* via Internet. Enfim, as fronteiras entre os formatos de apresentação das notícias não estão mais claros.

Apesar da discussão sobre a definição dos gêneros, uma classificação mínima é academicamente necessária, pois ajuda as pesquisas no campo jornalístico no sentido de definir que formatos de texto para apresentação das notícias estão sob análise. Várias teorias foram desenvolvidas, desde a Teoria do Esquema de Discurso, defendido por Van Dijk, Teoria dos Gêneros, como define Lorenzo Gomis, e Teoria dos Sistemas de Texto, de Héctor Borrat, entre várias outras de origem norte-americana, alemã e espanhola. Nesta pesquisa, seguimos a seguinte categorização de gêneros, com base no estudo dos professores José Francisco Sanchez e Fernando López Pan (PARRATT, s/d: 04/05) e do professor José Marques de Melo (1994):

Gêneros de Jornalismo/Jornalismo Informativo – tem como característica a atualidade, que obriga a publicação da notícia em um prazo curto, segundo a periodicidade do meio de comunicação. Segundo José Marques de Melo, “os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações)” (MELO, J., 1994: 64). São os seguintes os estilos aqui incluídos e que se encontram em nossa pesquisa:

Reportagem - trata-se da narração de um fato com a apresentação das várias opiniões e personagens envolvidos na questão, na busca do equilíbrio entre os vários discursos concernentes à matéria, ou seja, ao assunto

desenvolvido pela reportagem. Marques de Melo (1994) define a reportagem como uma narração ampliada de um fato que repercutiu socialmente e, por isso, foi percebido pela imprensa. Luiz Amaral (1997) define a reportagem como a representação de um fato ou acontecimento, a partir da observação feita pelo jornalista. Ela segue o formato básico aprendido nas escolas de comunicação, o lide, que consiste em narrar a matéria a partir do que é considerado mais importante, novo ou curioso, seguindo o esquema dos 5 *W* e 1 *H*, criado pelos americanos, para a apresentação da notícia: quem ou com quem aconteceu o fato (*who*), o que aconteceu (*what*), quando (*when*), onde (*where*), por quê (*why*) e como se deu este fato (*how*). Segundo o Manual de Redação e Estilo de O Globo (1998), a reportagem pode ser tanto a cobertura de um fato importante e de impacto do dia como um assunto que não tenha ligação direta com a edição do dia. Para G. Martín Vivaldi (1993), a reportagem, no sentido amplo, equivale à informação. Estritamente, seria a exposição de um fato seguindo um formato pré-estabelecido, de acordo com o conceito de pirâmide invertida (que consiste em narrar os acontecimentos a partir do que é mais importante e descer gradualmente aos fatos de menor interesse sobre a mesma questão) e dos 5 *W* e 1 *H*;

Retranca – é parte da reportagem, escrita em texto anexo a uma reportagem maior, onde um assunto expresso anteriormente no texto anterior remete o leitor para este segundo texto, mais detalhado, o que pode acontecer em uma ou mais retrancas. Também conhecido pelo nome de box (do inglês, quadro);

Foto-legenda – também chamada de texto-legenda, tipo de legenda mais extensa, associada a uma foto. Segundo Luiz Amaral, é “a legenda mais ampla” (AMARAL, 1997: 55), uma vez que se constitui de um texto mais longo que o de uma legenda comum (chegando aproximadamente a um parágrafo de texto). Segundo o Manual de Redação e Estilo de O Globo (1998), “é a legenda seguida de informações que lhe permitem ter existência independente como notícia” (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DE O GLOBO, 1998: 50).

Gêneros de Jornalismo Especializado/Jornalismo Opinativo – textos cuja especificidade se dá por seus destinatários, ou seja, a quem se destina o texto. Aqui estão incluídos críticas, crônicas especializadas e resenhas, que não foram objeto de nossa pesquisa. O jornalismo opinativo classificado por Marques de Melo (1994) integra tanto este perfil de texto jornalístico como os descritos abaixo.

Gêneros de Autor/Jornalismo Opinativo – a característica fundamental é a transmissão de um modo pessoal ou institucional ao texto. É importante ressaltar que, tanto neste gênero como no anterior, a interpretação do fato pode estar presente:

Editorial - consiste num texto opinativo, que assume o papel de descrever a opinião do jornal, uma vez que, mesmo sendo escrito por uma só pessoa (o editorialista), segue a política e, conseqüentemente, a linha de pensamento teoricamente assumida pelo jornal. Para Luiz Amaral, “a sua força está ligada à conduta do jornal” (AMARAL, 1997: 77) e tem como finalidade apresentar um posicionamento jornalístico sobre um acontecimento (geralmente polêmico) que está sendo narrado no jornal do dia sob a forma de reportagem. Marques de Melo (1994) considera o editorial a “opinião oficial da empresa” (MELO, J., 1994: 95). De acordo com o Manual da Redação da Folha de S. Paulo, o editorial “deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende” (MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 2001: 64);

Artigo - também consiste num texto opinativo, mas de caráter pessoal, ou seja, o seu autor assume a responsabilidade pelas idéias expressas no texto, não correspondendo necessariamente à linha de pensamento do jornal. Para G. Martín Vivaldi (1993), o artigo consiste em texto amplo, com formas diversas segundo o seu autor, que valoriza ou explica um fato ou uma idéia atual, segundo as convicções do articulista. Marques de Melo (1994) considera o artigo o gênero capaz de democratizar a opinião no jornalismo;

Nota - consiste em um pequeno texto normalmente integrante de uma coluna assinada por um jornalista da empresa jornalística. Marques de Melo (1994) ressalta que a coluna surge a partir de informações de bastidores. Luiz Amaral (1997) define a coluna como “uma espécie de área privativa” (AMARAL, 1997: 95), onde notícia e comentário, humorismo e tom grave são dados em textos curtos. De acordo com G. Martín Vivaldi (1993), o jornalista colunista escreve de modo interpretativo e valorativo sobre os fatos noticiosos. Gozando de liberdade de expressão, o colunista acrescenta às notícias divulgadas no jornal “o lado pitoresco do acontecimento, o detalhe curioso de uma decisão” (AMARAL, 1997: 95). A coluna chega, entretanto, a ser também um espaço onde a direção do veículo jornalístico se aproveita para dar lugar às notícias de interesse próprio ou, como destaca Luiz Amaral, “a vala comum de notícias menores de interessa da direção da empresa, de suas relações, das agências de relações públicas e publicidade e dos amigos do colunista” (AMARAL, 1997: 96). A nota também aparece no jornal fora das colunas assinadas, como um resumo de matérias consideradas menos relevantes pelo editor e que, por isso, são transformadas em notas, nestes casos, editadas ao lado ou abaixo de reportagens de maior relevância (neste caso, seria classificada no gênero de jornalismo);

Nota comentada - tem as mesmas características do estilo anterior, sendo um pequeno texto integrante de uma coluna do jornal, mas seguido de comentários do jornalista colunista que identificam mais claramente a linha de pensamento do repórter e/ou do meio de comunicação que o veicula;

Carta à redação – este gênero se constitui em um espaço de opinião reservado ao leitor. Pode-se incluí-lo, assim, em gênero opinativo, mas que busca refletir o pensamento do leitor do jornal, ou seja, é o espaço reservado para a crítica, concordância e expressão de opinião de pessoas alheias ao processo produtivo do jornal.

3. O sujeito e o discurso

Somente uma teoria que abarque os conceitos marxistas sobre ideologia e sujeito se mostra capaz de estudar discursos para além das concepções do Estruturalismo. Isso porque o significado do que se diz não está fundado no signo, na palavra em si, mas no sentido histórico e ideológico que ele carrega quando o discurso se dá. A ideologia determina a linguagem e, seguindo a perspectiva de Althusser, a linguagem se coloca “como uma via por meio da qual se pode depreender o funcionamento da ideologia” (MUSSALIM, 2001: 104). Para a Análise do Discurso Francesa (AD), o discurso é uma manifestação da ideologia e o sujeito é aquele que enuncia de um determinado lugar social que ocupa. O discurso, para Althusser, é um “aparelho ideológico” através do qual ocorrem os conflitos entre posicionamentos distintos.

Partindo desta premissa, se o sujeito é o locutor de um dado discurso, o índio é o locutor de um discurso relacionado à sua comunidade, o jornalista idem. Para os teóricos da AD, este sujeito não é livre no momento em que fala, em suas escolhas discursivas. Embora se imagine enunciar livremente, o indivíduo está inserido num contexto histórico, social, antropológico e psicológico que delimita e norteia sua fala. Iludido, o sujeito se pensa capaz de definir e fazer opções na seleção do que vai dizer. Na verdade, para a AD, o indivíduo está assujeitado a um contexto que limita o seu discurso: quem se expressa em sua fala é uma ideologia. Segundo Foucault (1971), “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem, e que ao primeiro raio de sol lancem sua primeira claridade” (FOUCAULT, 1971: 59).

Ainda para os teóricos da AD, o sujeito não é autor do próprio discurso nem leitor-intérprete absoluto do texto que lê. Ele é assujeitado ideológica, estrutural e psicologicamente e a língua é um produto histórico, sociológico e psicológico. A liberdade de se expressar, de compreender e de defender valores e idéias não acontece de fato: o indivíduo está submetido às relações concretas do seu cotidiano, ao seu inconsciente e à estrutura (gramática) da própria língua. Mas, como se dá este

assujeitamento? O indivíduo reconhece-se como submetido ao seu meio, à estrutura da língua e à sua formação humana?

Todo ser humano, desde a infância, passa por um processo de formação como cidadão. Neste processo, concorre o modelo educacional ao qual é submetido, o seu entorno social (que lhe dá um arcabouço ideológico) e a própria língua que aprende como meio para se comunicar (e suas estruturas gramaticais). Este processo enquadra o homem dentro de uma formação discursiva que vai marcar o seu pensamento. Mais: vai determinar que seu discurso não é seu, é o amálgama de vários outros discursos que circularam e circulam na sociedade. Segundo José Luiz Fiorin (2002):

“A cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo. Essa formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem lingüística. É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage lingüisticamente aos acontecimentos. Por isso, o discurso é mais o lugar da reprodução que o da criação. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer” (FIORIN, 2002: 32).

Fiorin afirma ainda que “o discurso não é pois, a expressão da consciência, mas a consciência é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida” (FIORIN, 2002: 35). Tanto Fiorin como Sírío Possenti (1993) alertam para o fato do sujeito estar sempre repetindo discursos outros em sua fala, apesar de não estar consciente disso. Segundo Possenti, “quando se pensa que se diz uma coisa nova, logo se pode descobrir que se diz uma coisa antiga, imemorial, um chavão, repete-se um enunciado de uma ideologia” (POSSENTI, 1993; 17).

3.1 O sujeito e o outro

Dentro da perspectiva da Análise do Discurso, o discurso é do outro, somos marcados pela presença da fala do outro que contamina nosso dizer, pois não somos autores de nossa enunciação: falamos o que já foi dito e reproduzido em vários discursos. Para Possenti:

“O indivíduo que fala é sempre porta-voz. Você não fala, é um discurso anterior que fala através de você(...). Os enunciados que compõem os discursos são poucos, e são ditos muitas vezes, daí a falação, mas também a repetição. Os enunciados não têm origem, são em grande parte imemoriais, e os sentidos que carregam são consequência dos discursos a que pertenceram ou pertencem, e não de serem ditos por você ou por outro nesta instância da enunciação” (POSSENTI, 1993: 17).

Para compreender o sentido do que se fala, é preciso saber a qual formação discursiva pertence o enunciado, podendo ter mais de um sentido se pertencer a mais de uma formação. A formação discursiva consiste na materialização da formação ideológica, psicológica e lingüística do sujeito, ou seja, a que grupo ou classe social pertence, em que campo social circula e de que forma está hegemonicamente inserido na sociedade. Como ressalta Fiorin, “não devemos esquecer-nos de que assim como a ideologia dominante é a da classe dominante, o discurso dominante é o da classe dominante” (FIORIN, 2002: 32). Ele complementa:

“As visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem. As idéias e, por conseguinte, os discursos são expressão da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos” (FIORIN, 2002: 33).

De acordo com Ângela Cristina Trevisan Felippi (1999), “o sujeito é entendido como efeito discursivo, não causa nem origem do discurso. O sujeito se constitui no ato enunciativo e constitui também o outro, o sujeito-alocutário”. (FELIPPI, 1999: 08). Para Jacqueline Authier-Revuz (1990), o discurso de um sempre estará marcado pela

presença do discurso do outro, discurso pré-existente que é apenas repetido e reafirmado pelo sujeito. É o discurso produto do interdiscurso.

3.2 Heterogeneidades discursivas

A alteridade – a presença do “outro” em nosso discurso - é inconsciente a ponto do sujeito não conseguir perceber marcas que indiquem a presença deste outro no discurso que assume como seu. Fiorin enfatiza a importância da alteridade no discurso, assinalando:

“A alteridade é uma dimensão constitutiva do sentido. Não há identidade discursiva sem a presença do outro. Poderíamos até constituir o seguinte mote: fora da relação com o outro, não há sentido”. (FIORIN, 1994: 36).

Fiorin (2002) salienta que todos os discursos têm uma “função citativa” (expressão de Edward Lopes) em relação a outros discursos. Para a Análise do Discurso, o sujeito tem apenas a ilusão de controle sobre seu enunciado, ao se pensar capaz de fazer escolhas, ter intenções e tomar decisões no momento da fala. Segundo Jacqueline Authier-Revuz (1990), esta ilusão é necessária para o equilíbrio do eu, que, para a AD (baseada na Psicanálise freudiana) é descentrado, fendido, assujeitado pelo meio. Sua fala é produto inconsciente da fala do segmento ao qual está inserido.

Esta visão é fruto dos estudos de Michel Pêcheux sobre o sujeito. Baseado em trabalhos anteriores de Michel Foucault, de Mikhail Bakhtin e de Jacques Lacan, Pêcheux defendeu a polifonia como fundamento dos discursos. O trajeto de um discurso faz com que, no caminho, “arraste” com ele elementos de outros discursos, formando um discurso outro que já não é o mesmo formulado anteriormente, rico em várias vozes subliminares que tornam o discurso polifônico. A existência da polifonia é constitutiva dos discursos, onde fica registrada uma memória discursiva que traz uma carga de ideologia e história. Segundo Felippi:

“A idéia de polifonia, de Bakhtin, vem dos estudos desse autor sobre dialogismo, que decorre da interação verbal que se estabelece entre o enunciador e o enunciatário, no espaço do texto. É constitutivo da linguagem e de todo discurso. É a rede interativa que articula as vozes de um discurso (...). Os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais e podem produzir efeito de polifonia ou monofonia, esse quando o diálogo é mascarado e uma só voz faz-se ouvir (FELIPPI, 1999: 08).

A língua é o lugar em que o outro se estabelece mesmo sem que se possa sentir. Não há como produzir textos e sentidos sem a presença do outro. Ou seja, não existe monofonia, mas um discurso polifônico que se disfarça. Fiorin fala da simulação a que está submetido o discurso: ele finge ser do indivíduo, quando na verdade é um produto social de uma cadeia de discursos. Edward Lopes conclui:

“Combinando uma simulação com uma dissimulação, o discurso é uma trapaça: ele simula ser meu para dissimular que é do outro” (LOPES, 1978: 100, apud FIORIN, 2002: 42).

Bakhtin foi precursor da idéia de que todo discurso tem a presença de um outro, de outras vozes que “falam” através dele e que o constituem. O dialogismo foi o ponto que Bakhtin defendeu como base para a formação do discurso e sua percepção como fundamento da heterogeneidade. A interação de várias enunciações, o diálogo, é a base de qualquer discurso: não há monofonia e a polifonia – a presença de várias vozes no discurso – pode não estar marcada, determinada, mas é constitutiva do discurso.

Fiorin observa que, ao tentarmos excluir o outro do nosso discurso – através da desqualificação e do desmerecimento que fazemos do seu discurso – usamos palavras presentes em ambos os enunciados, mas que não falam a mesma coisa. Como já dissemos, para Bakhtin (1992a) a palavra é neutra porque pode integrar e pertencer

a qualquer discurso, e seu sentido se adequa à função ideológica do enunciado no momento em que passa a ser usada pelo sujeito. Ou, como afirma Pêcheux, as palavras “mudam seu sentido de acordo com as posições de quem as usa” (PÊCHEUX *et al.*, 1979: 33, apud FAIRCLOUGH, 2001: 52). Segundo Authier-Revuz (1990), a palavra é plena, carregada, atravessada pelos discursos que compuseram a formação social do sujeito, reproduzindo as teias que compõem esta formação. Possenti (2002) observa que “a significação depende dos discursos em que as palavras e enunciados ocorrem” e “que são certas palavras que fazem, em boa medida, com que textos sejam considerados racistas, machistas etc”. (POSSENTI, 2002: 41).

Segundo Dominique Maingueneau (1987), “todo discurso define sua identidade em relação ao outro. Isso quer dizer que o discurso apresenta uma heterogeneidade constitutiva” (MAINGUENEAU, 1987: 81-93, apud FIORIN, 1994: 33). Tanto Maingueneau como Jacqueline Authier-Revuz estudaram a heterogeneidade constitutiva dos discursos e a definiram metodologicamente em duas instâncias:

1. heterogeneidade constitutiva não-mostrada;
2. heterogeneidade constitutiva mostrada.

As heterogeneidades constitutivas inscrevem o outro no nosso discurso de modo evidente, marcado, mostrado, ou de modo não-mostrado, onde a inscrição do outro no discurso é implícita, “não localizável e não representável” (AUTHIER-REVUZ, 1990: 32). A heterogeneidade mostrada apresenta-se identificada no discurso. O outro é referido diretamente através de aspas, discurso indireto livre, imitação, ironia. Expressões como “segundo fulano”, “para fulano”, “como diz fulano” etc. marcam a heterogeneidade mostrada, apontando o momento em que o outro aparece, “fala” no discurso.

A heterogeneidade não-mostrada se afirma em sua constituição: em seu discurso, o sujeito enuncia a fala do outro de forma inconsciente e sem marcar explicitamente o momento do dizer alheio, uma vez que ele mesmo não se apercebe desta alteridade.

Maingueneau ressalta que “mesmo na ausência de qualquer marca de heterogeneidade mostrada, toda unidade de sentido, de qualquer tipo que seja, pode ser inscrita numa relação essencial com uma outra, a do ou dos discursos em relação às quais o discurso de que ela depende define sua identidade” (MAINGUENEAU, 1987: 88, apud FIORIN, 1994: 33). Jacqueline Authier-Revuz (1990) salienta que:

“Heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso de sua constituição” AUTHIER-REVUZ, 1990: 32).

3.3 O sujeito ativo

Possenti (2002) conjuga à Análise do Discurso Francesa uma certa dose da Teoria Pragmática ao dar um relativo papel ativo ao sujeito. Ele defende que há espaço para a inscrição do indivíduo no discurso, onde ele pode deixar a sua marca - mesmo na condição de assujeitado. O indivíduo assume um papel ativo, apesar de estar submetido às questões ideológicas, estruturais e psicológicas da sua formação discursiva, na qual se encontra inserido. Na perspectiva defendida por Possenti, o assujeitamento não se dá de forma plena e o sujeito tem “uma certa competência” na escolha de seu material discursivo. Segundo ele,

“mesmo atravessado pelo inconsciente e/ou pela ideologia, não está impedido de adquirir o domínio de certas regras e de poder controlar, até certo ponto, os efeitos de seu discurso, ou de fazer com que determinados elementos do discurso sofram uma inflexão específica, com efeitos circunstanciais” (POSSENTI, 2002: 88).

De acordo com Pêcheux (1990), no momento em que o discurso ocorre, em seu acontecimento, é que se dá o sentido, que se estabelece na enunciação e não no enunciado. Ou seja, o sujeito fala a partir de uma determinada posição social, de um

lugar que ocupa. Assim, mesmo repetindo o discurso já dito, um novo valor pode ser agregado. É o que ocorre, por exemplo, nos meios de comunicação quando um texto jornalístico é produzido: ele deverá ter a marca do autor, a marca da empresa na qual trabalha o jornalista e poderá defender um discurso já dito, trazendo a ele uma atualização, um revigoramento, a partir da posição ocupada pelo(s) sujeito(s) que fala(m).

Esta concepção de sujeito ativo pressupõe que o indivíduo faz escolhas, embora seja ele mesmo afetado pelo discurso. Para Possenti, “a presença do outro não é suficiente para apagar a do eu, é apenas suficiente para mostrar que o eu não está só” (POSSENTI, 2002: 64/65). O analista de discurso americano Norman Fairclough (2001) considera um equívoco a visão de que o sujeito é apenas efeito do discurso e afirma que a potencialidade do indivíduo em fazer escolhas discursivas e de mudar as condições de assujeitamento são negligenciadas.

Na hora de ler/ouvir um enunciado, porém, o leitor/ouvinte não sabe, em tese, em que formação discursiva se alinha o texto determinado, embora haja indícios, gramaticais, inclusive, que apontam em que direção ideológica o discurso caminha. No momento de redizer, a criação acontece nas escolhas das citações, dos verbos, dos adjetivos, muitas vezes ancorando o novo em algo já conhecido. Como já dissemos, a escolha do que se diz está marcada histórica, ideológica e estruturalmente, não sendo um ato de total liberdade, mas dependente do repertório do autor e de sua inscrição social (ou em que formação discursiva e grupo social se insere).

A palavra ganha sentido quando enunciada pelo sujeito e, neste momento, o sentido que carrega traz a intenção do enunciador, mesmo que seja marcado pelo saber histórico acumulado pelo indivíduo em sua vivência – o que reforça a concepção de sujeito ativo de Possenti. Para ele, o enunciador é “um sujeito que intervém ativamente e produz algo novo – e, ousado dizer, que sabe o que está fazendo. Pelo menos, em boa parte, porque há certamente uma boa quota de trabalho do inconsciente nesses casos” (POSSENTI, 2002: 71). O sujeito, mesmo num contexto de assujeitamento, age, manobra, ainda que o resultado de seu discurso não seja possivelmente o que intencionou, pois está limitado socialmente e condicionado às relações de poder.

3.4 O sujeito passivo, aquele de quem se fala: o silêncio do sujeito

Para ganhar consistência, todo discurso precisa ganhar visibilidade, precisa circular. Na condição de fonte privilegiada pelo poder político ou econômico que exerce, um determinado indivíduo terá mais chances de transformar seu discurso ou o discurso do segmento em que inscreve em notícia, dando visibilidade à fala de seu grupo social. Um dado discurso adquire uma posição na hierarquia social de valores e, quanto mais forte for o peso do sujeito que fala, mais dificilmente terá seu enunciado contestado ou passível de comentários e réplicas.

Foucault (1971) questiona: “quem fala? Quem, no conjunto de todos os indivíduos-que-falam, está autorizado a ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular?” (FOUCAULT, 1971: 65). Estas perguntas indicam claramente que o sujeito fala de um determinado lugar social, de uma posição que assume. Segundo Fairclough, “os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia” (FAIRCLOUGH, 2001: 143). Isso reforça o que já dissemos antes sobre o grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos num evento noticiável e mesmo a confiabilidade reservada às fontes institucionais, em detrimento de outras.

Se há quem tenha “autoridade” para falar, há os que estão desautorizados, porque ocupam uma posição sem significância social ou política. Este espaço é ocupado por integrantes de segmentos menos expressivos social e economicamente. Apesar da idéia inicial de Habermas de que o indivíduo deve se despir de condições sociais privilegiadas para expor seu discurso através dos meios de comunicação, o que se observa é que o sujeito sempre fala de um determinado lugar. Foucault (1996) destaca que o discurso segue uma ordem que expressa exatamente de que posição

fala este sujeito. Estratégias discursivas acabam por silenciar a voz de determinadas fontes ou de marcá-las de modo a enfraquecer o seu discurso.

Normalmente, quando opiniões de um outro são reproduzidas em um texto, faz-se a escolha de palavras para construir o discurso. Embora isso pareça uma atitude ingênua, nunca está livre da carga ideológica de quem faz o texto, uma vez que esta seleção não é aleatória. Segundo Luiz Antônio Marcushi, "apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma certa tomada de posição diante do exposto" (MARCUSHI, 1991: 75). E acrescenta: "é muito difícil informar sem manipular, por melhores que sejam as intenções" (MARCUSHI, 1991: 92). Esta seleção no discurso sempre incorre num não-dizer, pois quando algo é escolhido, algo é preterido e deixado de lado no discurso. Segundo Eni Puccinelli Orlandi (2002a), este silêncio é constitutivo do discurso. Há, porém, o silêncio resultante da censura, aquilo que não se pode dizer dentro de um contexto. De acordo com Orlandi (2002a),

"as relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito etc" (ORLANDI, 2002a: 83).

A relação do sujeito com a sua história particular é silenciosa porque ela "sempre se dá nos limites da significação" (GADINI, 1997: 15). Todo discurso repousa sobre o já-dito, que nem sempre se constitui em algo pronunciado, expresso previamente, mas um discurso outro que pode nunca ter sido manifestado, um silêncio que se encontra abaixo do enunciado, e que o discurso expresso tudo faz para manter calado. Este silêncio que constitui o discurso é também o espaço latente de sujeitos que, ocupando posições sociais que lhe impedem de dar ordem ao discurso, acabam assumindo um papel passivo no enunciado.

Orlandi (2002b) distingue entre a existência do "silêncio fundador", que existe a cada escolha sobre o que falar – significando o espaço do não-dito – e a "política do

silêncio”. É o silêncio fundador que sustenta a tese de que a linguagem é política. A “política do silêncio” é dividida em: a) o silêncio constitutivo (para dizer, é preciso não-dizer, pois “uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras” (ORLANDI, 2002b: 24); b) o silêncio local, promovido pela censura. É este segundo que nos interessa, pois ele representa as interdições, o efetivo silenciamento de vozes no discurso. Orlandi esclarece esta forma de silêncio:

“Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). E tem todo um campo fértil para ser observado: na relação entre índios e brancos, na fala sobre a reforma agrária, nos discursos sobre a mulher, só para citar alguns terrenos já explorados por mim” (ORLANDI, 2002b: 31).[destaque nosso]

Este sujeito silenciado, passivo tem seu discurso rebaixado pelo discurso do outro: alguém se apresenta e fala em seu lugar, diz o que o sujeito deveria falar, poderia falar ou talvez não quisesse falar; enfim, este outro fala o que lhe convém falar. Aqui, o silêncio não é a ausência de palavras, mas a escolha de palavras que produzam o sentido que se quer, apagando outros possíveis sentidos, interditando um dizer. Como afirma Orlandi (2002b), “proíbem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos” (ORLANDI, 2002b: 78). A autora reforça que a imposição do silêncio não é o mesmo que calar o sujeito. Segundo ela, “às relações de poder interessa menos calar o interlocutor do que obrigá-lo a dizer o que se quer ouvir. A isso chamamos a *injunção ao dizer*” (ORLANDI, 1996: 263/264). Esta injunção, porém, não é consciente: o sujeito fala, mas dado o seu assujeitamento, fala segundo a formação ideológica dominante, logo, reproduz o senso comum e fortalece os sentidos do discurso dominante como os sentidos literais.

Mesmo colocado como sujeito passivo, ele não se contrapõe ao sujeito ativo por sua incapacidade pessoal de ter *certas* intenções em seu discurso, mas por sua incapacidade política, social e econômica de ser uma *fonte ativa* para ocupar espaço

no campo midiático e expressar o discurso inerente à sua formação discursiva e ao seu segmento social. À *fonte jornalística ativa* se contrapõe a *fonte passiva*. A primeira tem voz e peso social que lhe conferem condições de falar a partir da posição que ocupa; a segunda é, em grande parte, silenciada e sobre ela outras vozes falam, sua identidade é afetada e o lugar social que ocupa é deslocado (os conceitos de fonte ativa e fonte passiva serão esclarecidos no capítulo 5 desta dissertação).

Este apagamento, porém, não é monolítico. Assim como há intencionalidade no sujeito ativo – mesmo parcial e sob certas condições históricas, sociais e psicológicas – o sujeito que é apassivado também pode, nos lapsos discursivos⁴ do discurso dominante, expressar os conflitos e contradições existentes no processo de dominação em que se encontra inserido. É o que Orlandi (2002b) define como “retórica da resistência”. Como o silêncio em si possui seu significado, o silêncio provocado pela interdição do dizer assume um sentido de resistência. Orlandi (2002a) salienta:

“Uma sociedade como a nossa, pela sua constituição, pela sua organização e funcionamento, pensando-se o conjunto de suas práticas em sua materialidade, tende a produzir a dominância do discurso autoritário, sendo o (discurso) lúdico o que vaza, por assim dizer, nos intervalos, derivas, margens das práticas sociais e institucionais. O discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento” (ORLANDI, 2002a: 87).

As observações indicam, entretanto, que um discurso de resistência normalmente é contido ou cooptado pelo discurso dominante. Mas é esta resistência silenciosa que nos permite observar o que o discurso dominante “não está dizendo quando está dizendo”.

⁴ Encontramos em Orlandi (2002b) uma definição que ajuda a complementar o que chamamos em nosso trabalho de lapso discursivo: “o lapso coloca em relação os dois lados da polissemia: comete um excesso (diz demais) e mostra uma falta (algo que está em silêncio). Há formas organizadas e formas não-organizadas de manifestação do silêncio fundador: o lapso é uma forma não-organizada, a censura é uma forma organizada” (ORLANDI, 2002b: 95).

3.5 Falando em discursos

Eni Orlandi (1996) e Luiz Antônio Marcuschi (1991) apresentam algumas definições de tipologia de discursos. Orlandi ressalva a importância da classificação para o estudo da linguagem, destacando que, apesar de sua “aplicação relativa”, torna-se uma necessidade metodológica da pesquisa. Ela fala dos seguintes tipos de discurso:

Discurso lúdico – nele, é possível a reversibilidade entre interlocutores, ou seja, um sujeito pode ocupar o espaço do outro. É o discurso comum dos momentos de uso da linguagem pelo prazer (poesia, conto, romance e outras formas de discurso onde a polissemia está presente);

Discurso polêmico – a polissemia é controlada, ou seja, os sentidos do discurso são geridos de modo a disputar o sentido que se quer fazer prevalecer. Neste caso, há confronto entre formações discursivas diferentes;

Discurso autoritário – é aquele em que se tenta fazer prevalecer um sentido uno, a verdade é imposta. “O discurso autoritário tende à monossemia, uma vez que esse discurso se caracteriza pela polissemia contida, estancada (...). Não podemos afirmar que o discurso autoritário é um discurso monossêmico mas sim que ele *tende* para a monossemia” (ORLANDI, 1996: 240). Embora todos os sentidos sejam possíveis, no discurso autoritário o sentido dominante é reforçado como sentido literal, institucionalizando a literalidade como produto da história. Entre os exemplos, temos o discurso religioso e o discurso do governo (marcadamente numa ditadura ou em um país cuja democracia ainda não está fortalecida).

Em Marcuschi, encontramos a seguinte distinção:

Discurso do poder - subdividido em discurso oficial, discurso para-oficial e discurso da oposição. O primeiro deles trata do discurso do governo representado pelos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), além das Forças Armadas. O segundo reúne ainda a opinião oficial, mas de origem mais abaixo na hierarquia do governo (universidades, instituições governamentais), além de outras entidades ligadas a ele (como a Igreja). O terceiro é o originário em instituições de oposição ao governo (sindicatos, representantes de entidades que fazem oposição ao governo);

Discurso de populares - é o discurso produzido por pessoas anônimas ou de grupos de pequena representação no poder ou mesmo na oposição ao poder. É precedida ou seguida por um número muito reduzido de verbos introdutórios de opinião, com características estigmatizadas. A maior incidência é do verbo *dizer* e de construções adverbiais que possuem um caráter de confissão e não de afirmação ou exposição de princípios ou propósitos (contrariamente ao que ocorre nos dois outros tipos de discurso). Também é comum as opiniões virem expressas sem o uso de um verbo introdutor para inscrevê-la no contexto (o uso desses verbos servirá de indicador para a análise desta dissertação e será melhor detalhado no capítulo 5).

3.6 O discurso jornalístico

Representar a realidade, usar a linguagem para representar o acontecimento. Este é o papel básico do discurso jornalístico. Fruto do contexto e da história, o texto jornalístico é repleto de significados que o transforma não numa parte da realidade, mas num enunciado que interliga interlocutores, produzindo efeitos de sentido em quem lê ou ouve a notícia. De acordo com Ângela Cristina Trevisan Felippi (1999), “o que está em jogo é a ilusão referencial da linguagem. A linguagem não descreve, ela constitui o que representa, produz significados, é, portanto, processo produtivo” (FELIPPI, 1999: 05).

Como visto no capítulo 2, o campo social midiático, contrariamente aos outros campos sociais, tem sua autonomia marcada pela busca do domínio da experiência dos outros campos sociais, que tenta relatar em seu discurso. Esta tentativa de dar visibilidade aos discursos dos vários segmentos sociais é que confere legitimidade à imprensa. Ela “dessacraliza” o discurso autorizado e especializado dos vários grupos sociais na medida em que os expressa para uma massa de leitores/espectadores. Daí sua função mediadora de discursos. Segundo Adriano Duarte Rodrigues:

“É a instituição midiática que desempenha, nas sociedades modernas, este papel estratégico de composição e de conseqüente

cimento homogeneizador da vida coletiva. Nela vem refletir-se, como num espelho, a diversidade das funções pedagógicas, simbólicas, mobilizadoras e reparadoras das restantes instituições” (RODRIGUES, A., 2002: 224).

É preciso ampliar a noção de que uma reportagem seja apenas uma mensagem transmissora de informações: o jornalismo é uma leitura da realidade e a notícia existe apenas enquanto discurso midiático. Para Sandra Jovchelovitch (2000b), “os jornais perpetuam e ao mesmo tempo constroem representações sociais” (JOVCHELOVITCH, 2000b: 103). Entretanto, esta leitura do real não é subjetiva em sua totalidade, uma vez que tenta se aproximar do referente/objeto (o fato noticiado), mas, quando é feita, produz efeitos de sentido entre os leitores/telespectadores, pois traz em si uma referência extra-textual. Segundo Felippi:

“O discurso jornalístico é discurso polifônico, várias vozes ‘falam’ através dele: as fontes, o emissor, o sujeito enunciado, o interlocutor. Mas busca apagar os muitos enunciadores que possui, congregando o apagamento das posições enunciativas dos ‘sujeitos-jornalistas’ e as posições enunciativas que se mostram (nas vozes dos articulistas, cronistas e chargistas ou no espaço editorial) resultando numa unificação majoritária do conjunto das vozes que interfere no resultado textual final (MARIANI, 1998, apud FELIPPI, 1999: 09). A mídia funciona como elemento fundamental na representação e reprodução dos ‘consensos de significação’ resultantes das hegemonias políticas ou, ao contrário, pode participar de sua dissolução” (FELIPPI, 1999:09).

No discurso jornalístico, o sujeito-autor do texto não é o sujeito que fala no texto. Ele reproduz o discurso do outro e faz escolhas sobre que partes deste discurso irá relatar. Isso o transforma também em sujeito presente e ativo, uma vez que esta

seleção é fundada em sua própria prática discursiva⁵. As condições citadas anteriormente no capítulo 2 como características do processo produtivo da notícia – classificação das interferências de ordem pessoal, social, ideológica, cultural e histórica; fases da formação do *agenda-setting*; critérios de noticiabilidade; e formas de credibilidade – constituem-se em elementos de uma determinada formação discursiva. Essa formação discursiva, que interdita e/ou favorece o que pode ser dito e como deve ser dito, é parte da formação ideológica do jornalista, sujeito-autor do texto jornalístico. Miquel Rodrigo Alsina (1989) afirma serem os jornalistas “construtores da realidade de seu entorno” (ALSINA, 1989: 15) [tradução nossa]. Para Felippi:

“Noticiar é tornar acontecimentos visíveis determinando um sentido e impedindo que sentidos indesejáveis circulem. O discurso jornalístico é uma modalidade de discurso sobre, falar sobre. Discursos sobre atuam na institucionalização de sentidos, causam efeito de linearidade e homogeneidade da memória, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, colocam o mundo como objeto e contribuem para a constituição do imaginário social e cristalização da memória do passado e construção da memória do futuro”. (FELIPPI, 1999: 07).

Todo discurso carrega em si a polissemia como característica, abrigando sentidos múltiplos. Mesmo funcionando como elemento fundamental na representação e reprodução dos “consensos de significação” (FELIPPI, 1999), produto das hegemonias políticas, o discurso jornalístico é polifônico constitutivamente. Isso porque, além da formação discursiva do autor do texto jornalístico, concorre para a polifonia textual uma regra básica do jornalismo: os vários lados da notícia têm que ser ouvidos. Teoricamente, a cada fato narrado, corresponde um conjunto de fontes que irão compor o texto e dar a sua versão. O conjunto de idéias circulantes nos vários

⁵ Para Foucault (1971), prática discursiva é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”. (FOUCAULT, 1971: 147).

discursos acaba por compor os temas que vão formar a pauta de notícias do jornal – ou seja, irá definir o *agenda-setting* do veículo.

Fica claro, deste modo, como a heterogeneidade é evidente no discurso jornalístico: polifônico, híbrido, com a presença das “vozes” da fonte – aquele que fornece a informação e cujo discurso é reproduzido no texto jornalístico, seja de forma marcada ou constitutiva – e do emissor – o jornalista que é autor do texto e camufla sua presença autoral, por trás de uma pretensa objetividade. Mas, apesar da estratégia de se fazer passar por um discurso imparcial, o discurso jornalístico deixa de marcar ou mesmo apaga as “vozes” de alguns enunciadores e do próprio autor do texto, apagamento que resulta numa ilusão de linearidade. Como consequência, parece fazer, muitas vezes, prevalecer a voz do discurso dominante na sociedade como sendo o discurso de consenso. O discurso jornalístico tenta se passar por algo acabado e completo. Para Rodrigues (2002), “o uso predominante da terceira pessoa garante ao discurso midiático, como aliás também aos discursos histórico e científico, uma estratégia de universalidade referencial dos enunciados, uma credibilidade da narração dos fatos independente do lugar de fala do enunciador” (RODRIGUES, A., 2002: 218).

É importante, assim, ter em mente que, para estudar discursos, é preciso conhecer o contexto e a história, verificar o material verbal e como a relação entre os elementos interfere na produção de sentido, uma vez que a relação entre significante e significado não é direta, natural, única ou eterna. Segundo Felippi, “é preciso entender o sentido como um efeito de uma enunciação, um ato de um sujeito histórico submetido às condições de produção, em que os interlocutores estão situados em lugares, ocupando posições”. (FELIPPI, 1999: 05). Estas marcas lingüísticas podem mostrar o posicionamento e a parcialidade, seja do meio, seja do repórter - como sujeito-autor da história que conta - assim como das representações sociais e do senso comum, por exemplo, sobre o indígena na imprensa, como iremos mostrar a seguir.

4. Comunidades indígenas: o índio como sujeito passivo da história

Há pouco mais de 500 anos, a chegada dos portugueses no Brasil foi tratada como a descoberta de um novo mundo. Quando aqui chegaram, porém, não encontraram um enorme “terreno baldio” por ser ocupado: o Brasil era um território habitado por cerca de 6 milhões de habitantes, com culturas diversas e línguas específicas dos mais de 900 povos indígenas (TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2002). O discurso sobre a origem do Brasil tem como base, entretanto, a chegada do branco e o processo de catequização dos índios. O discurso que se projetou na época foi “o discurso das descobertas, discurso das conquistas, discurso da dominação” (ORLANDI, 1990: 19). Foi o primeiro silenciamento dos índios, quando suas línguas e suas práticas culturais foram suplantadas pela língua portuguesa e pela cultura européia, que dominaram o território brasileiro.

Quando começa a nossa história? Orlandi adverte sobre a idéia de “começo do Brasil”:

“Vale perguntar: A Itália faz aniversário? A França faz aniversário? Os limites no tempo e no espaço são fluidos e indeterminados, sujeitos à dúvida. Neste caso, por que não escolher a data da independência para começar o Brasil?” (ORLANDI, 2000: 121).

A busca por terras, bens, a ocupação predatória do espaço, os saques, a extração desmedida de pau-brasil e outros produtos naturais, como o ouro, o extermínio e o subjugamento de vários povos indígenas – tudo feito “em nome de Deus” – faz parte do que Marx concebeu como ação mercantil dos povos desde a Antiguidade, momento em que a ideologia dominante se acondiciona em um discurso dominante tentando encobrir as reais intenções de quem detém o poder. Neste processo, o genocídio e a escravidão dos nativos e mesmo estilos violentos de interação social se fazem sob a justificativa do discurso religioso: coexistindo com a dominação, a religião tenta converter e “salvar” os índios das suas cerimônias de transe, da sua “falta de Deus”. Este contato fez com que os povos indígenas passassem de maioria para minoria étnica no Brasil, correspondendo a 0,2% da população do País (VIEIRA, 2000: 15).

Para Orlandi, “o devotamento do missionário faz parte da derrota do índio. A violência do poder do Estado *precisa* (é sustentada, tem seu contraponto como sustentáculo) da generosidade dos missionários” (ORLANDI, 1990: 127). É a “generosidade” da Igreja em converter os índios que indica o lugar subalterno que lhe é destinado. A posição crítica de Alfredo Bosi (2001) em relação à colonização é bastante marcada:

“A colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório.” (BOSI, 2001: 13).

“As motivações expressas dos colonizadores portugueses nas Américas, na Ásia e na África inspiram-se no projeto de dilatar a Fé ao lado de dilatar o Império, de camoniana memória.” (BOSI, 2001: 15).

À parte toda a violência histórica a que os indígenas foram submetidos, o governo brasileiro promoveu, no ano 2000, a “Festa do Descobrimento”, embarcando no discurso, antes do colonizador, hoje capitalista. A voz dos índios não foi ouvida e, mais uma vez, a história foi determinada pelo discurso dominante. Durante as comemorações, os índios fizeram uma série de manifestações, mas tiveram seus protestos reprimidos pela ação do governo:

“Os povos indígenas foram fortemente reprimidos, violência esta que simbolizou as práticas genocidas e os massacres desses 500 anos. A paz foi interrompida com as bombas do autoritarismo. O mesmo autoritarismo que deixou marcas profundas na história de cinco séculos da América Latina inclusive nas manifestações do dia 22 de abril” (TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2002: 37).

A Igreja Católica, assumindo um discurso conciliatório com os índios, participou das comemorações oficiais do que chamou de “chegada do Evangelho na Terra de Santa

Cruz” (TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2002: 39). Nesta ocasião, fez o pedido de perdão aos índios e negros pela participação na dominação portuguesa e conseqüente subjugação de suas culturas.

O Instituto Socioambiental (ISA) fez um balanço da “Festa do Descobrimento”, a qual chamou de “vexame inacreditável” (ISA, 2000: 70). Segundo o Instituto, “as imagens de índios apanhando correram mundo, transformando o que poderia ter sido uma festa popular num fiasco com poucos precedentes” (ISA, 2000: 70). O saldo de 22 e abril de 2000: 141 prisões de manifestantes realizadas pela tropa de choque e um índio pisoteado, Gildo Terena, em Porto Seguro (BA).

Ao mesmo tempo em que acontecia a festa oficial, os povos indígenas promoveram a Marcha e Conferência Indígena 2000 – Brasil Outros 500. A marcha percorreu por vários dias o caminho dos colonizadores até a aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia (BA), no dia 17 de abril de 2000. No evento, foi produzido o documento “O Brasil que a gente quer são outros 500”. Algumas reivindicações do documento dão conta de situações desconhecidas pela maioria da população, como a punição de responsáveis pela esterilização de mulheres indígenas. Um outro item exige que a história do Brasil seja recontada: “que a verdadeira história deste País seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra” (CIMI, 2001: 21).

4.1 A formação da identidade brasileira

A identidade do brasileiro se formou a partir da perspectiva do branco europeu, colonizador, catequizador, em busca de terras e de riquezas. O discurso dominante – que vangloria a “descoberta” de algo que não estava escondido nem encoberto, apenas estava lá, existindo – enaltece que “somos uma mistura”, no qual o “descobridor”, “povoador”, “os primeiros a chegar” são os responsáveis por trazer à terra um padrão de cultura e tecnologia considerado superior. A valorização desta mistura, na verdade, não se concretiza. O brasileiro não se identifica com o negro, nem com o índio e também não se vê igual ao branco europeu, mas pior: é uma cópia do original, e uma imitação nunca se equipara ao original. Orlandi salienta:

“De um lado, os europeus procuram absorver as diferenças, projetando-nos como cópias em seus imaginários, cópias malfeitas e a serem passadas a limpo; enquanto do outro lado, assumindo a condição de simulacros – imagens rebeldes e avessas a qualquer representação – os brasileiros às vezes aderem, às vezes não, ao discurso das cópias.” (ORLANDI, 1990: 21)

Como brasileiros, sem saber precisar que parte de nós é índia, negra e branca, somos o “outro” do europeu, mas um “outro” que é apagado através do discurso do colonizador, na medida que o europeu é o centro, o início absoluto da construção de nossa história. Crescemos sob a égide de dois discursos: o da colonização – que justifica a chegada dos portugueses, a extração de bens naturais, o extermínio e a dominação dos índios – e o discurso religioso – um discurso de conversão, que segundo Orlandi “encena um diálogo”, mas na verdade impõe subliminarmente ao indígena uma fala que não é sua, mas que o branco quer que ele reproduza, ajudando, assim, que o índio reconheça a superioridade do branco. Um exemplo marcante dessa identidade fugidia é do índio Marcos Terena, uma das lideranças da União das Nações Indígenas, que escondeu “sua condição indígena sob a identidade de japonês durante 14 anos” (PENNA, 1992: 78).

O exemplo de Marcos Terena enfatiza como a manipulação do processo de formulação de identidades se vale de características visíveis para qualificar os indivíduos segundo a classificação dominante. Segundo Maura Penna (1992), o reconhecimento de um grupo passa por esta classificação dominante, oficial, e tudo que isso pode significar num dado momento histórico. Ou seja, uma identidade é definida a partir de sua diferenciação em relação a uma identidade dominante. Penna destaca um estudo de Maria Rosário de Carvalho (1984) sobre grupos indígenas do Nordeste, que já perderam o isolamento, e que tiveram sua identidade étnica instituída e recuperada por uma autoridade, a partir de ações como a delimitação de suas terras. Ela reproduz o seguinte depoimento: “Eu é que não sabia que era índio (...) Essa língua de índio foi de poucos tempo. Era caboclo, não tinha certa compreensão, nem explicação de nada” (PENNA, 1992: 68).

Segundo Rodrigo de Azeredo Grunewald (1999), na verdade, existem índios que têm como língua o português, vestem-se de modo igual às populações regionais do seu entorno e cujos costumes se aproximam aos dos regionais, fenômeno decorrente da etnogênese, processo dinâmico de reelaboração e organização da cultura, que permite a emergência de novas identidades e a reinvenção de etnias já reconhecidas "em um contexto político de luta pela terra e direitos sociais" (SILVA, 2000; 112). Para ser índio, muitas vezes, é preciso uma legitimação oficial e a partir dela é que se recupera uma memória e se reconstrói a simbologia do grupo. Esta "legitimação" é feita por antropólogos da Fundação Nacional do Índio (Funai), que buscam critérios técnicos para "reconhecimento" do indivíduo índio, deixando muitas vezes à margem o significado do sentir-se índio. Os próprios funcionários da Funai reconhecem não acreditar na legitimidade da identidade indígena no Nordeste, pensamento compartilhado e utilizado como instrumento de manipulação dos latifundiários para dificultar a demarcação das terras dos índios (SOUZA, 1998).

O processo de formação das comunidades indígenas no Nordeste passa pela definição do que alguns pesquisadores chamam de "remanescentes de índios", os caboclos, mestiços que reivindicaram a condição de índio e lutaram para garantir seu direito à terra. Para tal, chegaram a "atribuir a si próprios tradições, tais como o órgão tutor exigia para o reconhecimento de reservas indígenas no Nordeste" (GRÜNEWALD, 1999; 138). Isso confirma o pensamento de Gramsci (1978) de que grupos minoritários tendem a tomar emprestado do grupo dominante a sua concepção de mundo, na sua condição de subordinado, para poder se enquadrar na perspectiva dominante. Essa idéia de "remanescente", porém, é até certo ponto pejorativa; passa uma idéia de resto, sobejo, aquilo que restou. O processo de "emergência" dos povos indígenas, diferentemente de uma perspectiva fatalística do futuro dos índios, procura chamar atenção para o processo constante de reelaboração cultural dinâmica, inerente a qualquer sociedade humana. Não há remanescentes, mas ressurgidos (ver item 4.4).

Para ter direito à terra, seu recurso básico de sobrevivência, muitos índios tiveram que reinventar para si uma cultura: o Toré (festa tradicional religiosa indígena) foi incrementado por várias comunidades indígenas, numa atitude política, para se estabelecerem como etnia junto ao antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), hoje

Funai. O SPI considerava que somente os grupos indígenas que soubessem dançar o Toré eram "de fato" índios. Isso garantia o direito dessas comunidades. Na prática, raramente a política indigenista oficial cumpre seu papel, fato que se comprova pela situação em que vivem os índios: desde a Constituição de 1988, todos deveriam estar com as terras demarcadas, mas isso ainda não aconteceu e prosseguem os conflitos pela terra – direito constitucional, por serem os indígenas seus primeiros habitantes, mas que ainda não se concretizou. Esse assunto, porém, nunca é abordado na imprensa, embora seja relevante em termos de cultura, história e denúncia das práticas impositoras dos órgãos tidos como de "proteção ao índio" para garantir o direito dos indígenas. Segundo José Maurício Andion Arruti, o SPI:

"institui a performance do Toré como critério básico do reconhecimento da remanescência indígena, tornado então expressão obrigatória da indianidade no Nordeste" (ARRUTI, 1999; 255) [destaque nosso].

O livro *A Verdade sobre o Índio Brasileiro* apresenta um resumo do pensamento ainda vigente em relação ao indígena, mais próximo à descrição de personagens de uma história em quadrinhos:

"O chefe da tribo se chama cacique; o chefe religioso (sacerdote) é o Pajé; os índios falam a língua Tupi; os índios vivem exclusivamente da caça e da pesca; todos os índios dormem em rede; os índios são indolentes: só as mulheres trabalham" (FARIA (ed.), 1981; 18).

Por outro lado, Darcy Ribeiro assim conceitua o índio:

"Indígena é no Brasil de hoje, essencialmente, aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, em suas diversas variantes, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma

tradição pré-colombiana" (RIBEIRO, 1979: 254, apud VIEIRA, 2000: 16).

Obras recentes também traduzem uma imagem sobre o indígena baseada na cultura ocidental capitalista. Expressões como "a enxada nunca se firmou na mão do índio"; "a mulher índia possuía uma sexualidade bastante exaltada e libidinosa. Entregava-se a qualquer branco"; e "os homens, muitas vezes, eram verdadeiros parasitas" são do texto de Inácio Reinaldo Strieder publicado no ano 2000, onde faz uma releitura da obra de Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala* (STRIEDER, 2000: 79-82 in BRANDÃO, 2000). Em decorrência do desprezo ao processo da dinâmica cultural, muitas obras antropológicas fazem referência às comunidades indígenas do Nordeste pelo que foram do século XVI ao século XIX, e muitas vezes sem qualquer compreensão do que era para os índios a nudez, a expressão da sexualidade ou o conceito de trabalho.

Segundo Oliveira (1999), "tais povos e culturas passam a ser descritos apenas pelo que foram (ou pelo que supõe-se que eles foram) há séculos atrás, mas sabe-se nada (ou muito pouco) sobre o que eles são hoje em dia" (OLIVEIRA, 1999; 13). Mas qual é o senso comum sobre o índio que prevalece hoje? Para melhor focarmos a questão da imagem do indígena para o branco na sociedade moderna, achamos pertinente ao trabalho a discussão deste assunto, desenvolvida no próximo tópico.

4.2 O senso comum e o imaginário sobre o índio

Entre outras formas de expressão cultural, a cinematografia brasileira se baseou na literatura indigenista, trazendo heróis para a tela, e mostrando as curiosidades de um Brasil desconhecido. Segundo Sônia Maria Ramires de Almeida (1985), "há ainda filmes pretensamente educativos, revestidos de um didatismo preconceituoso, herdado de interpretações precárias da história" (ALMEIDA, 1985; 55). A violência atribuída ao índio, pelo cinema, decorre da compreensão de que ele possui o que Sônia Almeida define como "maldade natural". No cinema - mesmo nos documentários - vigora a plasticidade das cores, danças e rituais, com cantos tribais, uma exaltação a uma cultura destinada a desaparecer, registro de debates entre lideranças indígenas que se caracterizam como uma denúncia e reflexões sobre a

exploração do índio, na condição de segmento social marginalizado e objeto de entidades protecionistas. Veja a análise de Almeida sobre o filme "República Guarani", de Sílvio Back:

"As interpretações do passado histórico nos falam de hoje, da função de uma determinada historiografia que pretende guardar em vitrines fragmentos da vida, tombando igualmente monumentos e seres humanos. Cristalizando imagens mudas de seres condenados a serem objetos da história e não seus agentes" (ALMEIDA, 1985; 68) [destaque nosso].

Também uma análise de livros didáticos sobre a História do Brasil permite uma compreensão histórica sobre o senso comum estabelecido sobre o índio na sociedade. Segundo Diana Luz Pessoa de Barros (2000), um dos problemas na análise da imagem do índio nos livros é saber quando começa a nossa história e se eles fazem parte dela. Em sua análise, fica claro que a presença do índio antes de 1500 é tratada como Pré-história do Brasil. O país somente passou a ter história com a chegada dos portugueses: eles são os fundadores de nossa cultura e de nosso conhecimento.

O livro didático de Melhem Adas (1998) alerta para o fato de gerações de brasileiros terem recebido de livros e de relatos a serviço dos colonizadores uma imagem distorcida dos índios como gente "preguiçosa". Essa imagem se firmou porque os índios ofereciam resistência às tentativas dos brancos colonizadores de escravizá-los. "Como a história tem sido geralmente escrita pelo branco e se encontra impregnada da ideologia da classe dominante, compreende-se, então, que essa visão até serviu para justificar o tráfico de escravos africanos e obscurecer a compreensão da cultura indígena" (ADAS, 1998; 37). De acordo com Adas, este tipo de preconceito ainda é aceito pela sociedade brasileira sem qualquer senso crítico.

Como prevalece o senso comum sobre o indígena como selvagem pacificado, não é necessário um olhar mais aguçado para perceber que o índio entra na pauta da imprensa dentro de um temário mais amplo, a *violência*, que há muito é constitutivo do *agenda-setting* dos meios de comunicação brasileiros⁶. O indígena figura na

⁶ A análise detalhada encontra-se no capítulo 5 desta dissertação.

imprensa quando o assunto é violência porque, sendo vítima, não é qualquer um que é agredido, mas aquele que integra um grupo em extinção, ignorante, ingênuo e sob a tutela do poder, quase um “monumento tombado”, logo, sem autonomia; quando é autor da violência, entra na pauta pela qualidade do inesperado, pois mesmo que a “maldade natural” lhe ocorra, a civilização branca o converteu no “bom selvagem”, não se esperando mais dele uma atitude agressiva. Ou, mesmo, para justificar seu extermínio: se a civilização não conseguiu amansá-lo, então exterminá-lo é o meio para se garantir o fim da violência que lhe é peculiar.

Sob a tutela da Funai, os índios foram orientados a abandonar condutas consideradas “desviantes” segundo os códigos dominantes. Levado pelo tutor a ingressar no mundo civilizado, o indígena é considerado como “portador de uma cultura primitiva, incapaz por si só de aprender ou adaptar-se às condições de uma cultura superior” (SOUZA, 1998: 51). Assim, no aspecto exótico, qualquer iniciativa dos indígenas que fuja do esperado para a “civilização” – mesmo que esteja assemelhada ao comportamento dos brancos – pauta a imprensa, mas, pelo que se observa, sem qualquer profundidade de análise sobre o fato em si.

De acordo com Silva (2000), um silêncio oficial aconteceu no País a partir da segunda metade do século XIX com relação aos povos indígenas no Nordeste. “Fundamentou esse silêncio a idéia de assimilação que influenciou as reflexões históricas e os primeiros estudos antropológicos regionais que afirmavam o desaparecimento dos indígenas no processo de miscigenação racial, integração cultural e dispersão no conjunto da população” (SILVA, 2000; 111). Gilda Maria Lins de Araújo e Mary Francisca do Careno (2000) alertam que a luta dos antropólogos e indigenistas sempre foi pela defesa de que o índio seria aquele que se assume como índio, aceitando assim o processo natural da dinâmica cultural que aproxima a etnia indígena da branca. Sobre o senso comum sobre o índio, Silva ressalta:

“Apesar de conhecidos como caboclos no senso comum da sociedade nos lugares onde existiram antigos aldeamentos e terem essa caboclicização justificada em diversos estudos regionais, a permanência indígena pôs em dúvida conceitualizações preconceituosas, implodiu as teorias explicativas do

desaparecimento, comprovando que o caboclo identificado como mestiço de origem indígena, é antes de tudo uma construção ideológica imposta no século XIX pelo branco, mais do que uma categoria social concreta, resultante do complicado jogo de reconhecimento e auto-reconhecimento que caracteriza a elaboração da identidade étnica" (PORTO ALEGRE, 1992/1993, in SILVA, 2000; 111).

Diferente do que o senso comum costuma postular, a identidade social não é inerente e natural ao homem ou ao grupo. Segundo Maura Penna (1992), a identidade é formada por atribuições "interessadas", ou seja, se faz a partir do interesse de se perceber traços que enquadrem o indivíduo nesta ou naquela classificação, numa forma redutora de se definir sua identidade. O processo de "classificação cultural" do indivíduo funciona como forma de inserção em um dado grupo ou classe, com qualidades e valores específicos, que promovem reconhecimento social para este indivíduo. Segundo Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (1998), "a etnicidade é constantemente sujeita à redefinição, podendo mesmo até ser manipulada, pois os indivíduos podem determinar sua conduta em diferentes situações. Porém, é baseado na existência das clivagens entre os grupos que os atores sociais vão determinar suas ações" (SOUZA, 1998: 28).

4.3 O discurso religioso na história do Brasil: a campanha da fraternidade 2002

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, o trabalho da Igreja Católica consistiu na orientação religiosa dos índios. Atualmente, o trabalho da Igreja está orientado sob duas tendências: uma progressista, a qual está ligada o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e outra mais ortodoxa, que se desvincula das questões políticas e estruturais relacionadas à cultura e à sobrevivência indígena. O processo, entretanto, em que se deu a conversão marcou o início da violência contra os índios: eles foram atemorizados contra seus próprios costumes e chegaram a ser proibidos pelos jesuítas de realizar seus ritos religiosos e suas práticas de cura com ervas medicinais. Os religiosos doutrinavam as crianças indígenas contra os ensinamentos de seus pais, diziam que os pajés mentiam e que só o Deus cristão era verdadeiro, atribuindo o

conceito de pecado à nudez e à poligamia. Partindo da caracterização que fizeram dos indígenas, os primeiros missionários atuaram visando conduzi-los ao cristianismo.

Esta “condução” não se deu de forma pacífica e uma convergência natural entre o discurso missionário e o discurso colonizador fez com que o branco dominador e o religioso somassem suas ações no sentido de “domar” o indígena: de um lado, o controle de suas crenças e a luta por sua substituição pelo cristianismo; de outro, a subjugação econômica e cultural. Os religiosos católicos, na catequização, tinham também a missão de pacificá-los, o que auxiliava o colonizador. Diana Luz Pessoa de Barros (2000) considera que os missionários foram “os principais agentes da aculturação do índio e de sua assimilação à cultura européia” (BARROS, 2000: 149). Partilhando a mesma formação ideológica do colonizador, o discurso religioso assujeita o índio, na tentativa de convertê-lo. Segundo Bosi (1992), “quando se lêem as palavras de Marx sobre o papel da religião nas sociedades oprimidas, capta-se melhor o movimento de certos grupos sociais para a expressão imaginária dos seus desejos: ‘alma de um mundo sem alma, espírito das situações sem espírito’” (BOSI, 1992: 30).

O domínio da Igreja Católica sobre o território era desejado pelo rei português, que apoiou os jesuítas na missão de catequização. Destruindo crenças e costumes – sua língua, sua religião e seu modo de viver – não restaria força para lutar contra a dominação portuguesa. A desunião entre os indígenas, decorrente dos conflitos culturais, favorecia ainda mais a dominação. Com a cultura indígena suplantada pelo cristianismo, os religiosos assumiram a luta contra a escravização dos índios e pelo direito à terra – nos dias atuais, especialmente a ala progressista da Igreja Católica. Se, antes, a dominação se dava pela subjugação religiosa, hoje o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) tem como uma de suas linhas de ação o ecumenismo e o diálogo religioso, com respeito à religião e à cultura dos povos indígenas. Aliás, foi na luta pela terra, e não pela conversão religiosa, que integrantes do Cimi conseguiram legitimar sua presença entre os índios.

O lançamento da Campanha da Fraternidade pela Igreja Católica em 2002 - “Fraternidade e Povos Indígenas” - abordando a questão indígena de direito à terra, integra o discurso atual dos religiosos. Após a primeira fase, a conversão ao

cristianismo, os religiosos se associam aos índios nesta luta, com a criação do Cimi em 1972, que teve como missão atualizar a presença missionária junto aos povos indígenas e promover o diálogo entre as práticas religiosas. A consulta aos textos católicos atuais dão conta da perspectiva de luta assumida pela Igreja:

“em todas as épocas, desde o Brasil colônia até os dias de hoje, os povos indígenas, geralmente, têm sido considerados um estorvo para o progresso e o desenvolvimento. Fala-se muito na necessidade de sua ‘integração’ compulsória na sociedade que se autodenomina ‘nacional’, passando por cima da cultura e da identidade desses povos. E qual é a razão e finalidade desta permanente proposta de ‘integrar’: É o acesso livre aos territórios por eles ocupados, a expropriação sem controle, o saque inescrupuloso das riquezas naturais existentes em seu solo e subsolo” (CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL, 2000: 66/67).

No texto-base da campanha da fraternidade de 2002, a Igreja ressalta todo o processo de extermínio a que foram submetidos os povos indígenas nestes 500 anos e as políticas de integração, assimilação, discriminação e exclusão social, que sistematicamente negam ao índio o direito à diferença. É salientada ainda a mudança da postura da Igreja neste processo, com um “pedido de perdão pelos pecados dos filhos da Igreja contra os povos indígenas e os negros trazidos da África como escravos” (TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2002: 39), admitindo-se o apoio dos missionários à colonização e todas as conseqüências que advieram dela.

O discurso religioso transmitido via meios de comunicação mantém o objetivo de conversão. No caso das campanhas da fraternidade, o objetivo é de buscar a solidariedade social em torno de uma situação ou problema, sob o prisma do cristianismo. Tentando colocar na agenda pessoal dos indivíduos a preocupação com o próximo, a Igreja Católica racionaliza e aperfeiçoa seu discurso em direção à sociedade consumidora de jornais. No texto-base da campanha da fraternidade de 2002, afirma-se que seu objetivo é:

“motivar a conversão das pessoas, da sociedade e da própria Igreja para a solidariedade, a justiça, o respeito e a partilha, dando especial destaque, desta vez, aos povos indígenas. (...). Ao refletirmos sobre a causa indígena, vamos assumir um compromisso concreto com suas lutas, em defesa de suas identidades étnicas, ‘suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam’ [CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, art. 231] (TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2002: 06).

Também é claramente exposta a importância de “conquistar espaços na grande mídia” para denunciar a violência contra o índio, a invasão de suas terras e a omissão do Estado. Apesar do contato com o branco, o indígena ainda mantém com a terra e com a natureza uma relação crucial de sobrevivência e uso sustentável. Os espaços são ocupados coletivamente e utilizados não só para o plantio, mas para suas festas e práticas religiosas. É interessante reproduzir este sentimento na voz de um índio, Nailton Muniz Pataxó Hã-Hã-Hãe:

“Dizem que nós não somos civilizados. Os índios são civilizados, mas não com civilização dos brancos. Temos o jeito de ser de cada povo. Hoje nós olhamos, quando chegamos numa cidade, muita gente que se diz civilizada, mas que maltrata seu semelhante, que deixa suas crianças pedindo esmola, passando dificuldades. Você entra nos órgãos públicos, vê tanto luxo, depois, lá fora, vê gente passando fome, gente igual, só que pobre. Então, o medo que nós temos de perder nossas terras é de ver realmente o nosso povo na rua, dormindo de baixo de viaduto, caído em marquises, mendigando. Porque essa não é a nossa maneira de ser civilizado. Nós somos de um pensamento diferenciado, não ensinamos nossos filhos a competir, ensinamos a repartir e a lutar. Nós não deixamos nosso povo sofrer. Como vocês podem ver suas crianças na rua? Como podem ver famílias sem ter o que comer, revirando lixo? Nós não deixamos. Nós temos alegria em repartir. Se uma família tem pra comer e chega outros que não tem ela faz alimento suficiente

para todos. Nós não temos coragem de deixar um parente sair com fome, se temos comida guardada. A gente come junto, depois se apega com Deus e vai, com certeza, adquirir. Por isso também, se temos a nossa terra demarcada e na nossa mão, temos condições de adquirir nosso alimento e de repartir entre nós. Nós não temos cadeia nas nossas aldeias, temos conselhos pra dar ao nosso povo e eles acatam. Nós procuramos educar nossos filhos pra acatar os conselhos dos mais velhos. A sociedade branca tem que entender e respeitar o nosso jeito de viver. Nós não estamos lutando contra eles, somos também parte dessa sociedade, só que com nossas diferenças” (TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2002: 07).

4.4 Quadro histórico-geográfico dos índios: a situação em Pernambuco

Existem pouco mais de 200 etnias conhecidas no Brasil, nove delas em Pernambuco. Atualmente, das 771 terras indígenas brasileiras, 68% ainda não tiveram o processo de demarcação concluído e, em 178 delas, o processo não foi sequer iniciado (TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2002). Do total das terras brasileiras - 851.196.500 hectares - 12,18% são ocupadas por índios. Existem hoje cerca de 350 mil indígenas no Brasil vivendo em comunidades e mais 192 mil nos grandes centros urbanos. Estes números são estimativas – apresentados tanto pelo Instituto Socioambiental (ISA) como pelo Cimi – pois não há um censo indígena no País.

A dominação que começou com a chegada dos portugueses continua na atualidade através das invasões das terras indígenas, perseguições, assassinatos de seus líderes para garantir o domínio sobre seu território; a execução, pelo poder público, de projetos como hidrelétricas e rodovias dentro das áreas indígenas; o roubo de recursos como a biodiversidade e os conhecimentos dos índios; e o turismo ecológico que invade o espaço de vida dos indígenas. Entre os anos de 1995 e 2001, foram mortos em Pernambuco, em virtude da luta pela terra: Hilda Maria de Jesus (Atikum); Adel Rodrigues da Silva (Xukuru); José Erivaldo Frazão (Xukuru); Pedro Gomes da Silva (Fulni-ô); Manoel José Torres (Pankararu); Eronilde Lopes da Silva (Xukuru);

Francisco de Assis Araújo, Xicão (Xukuru); e Francisco de Assis Santana, Chico Quelé (Xucuru).

A resistência das comunidades indígenas ao longo dos anos, porém, tem garantido a sua sobrevivência e até mesmo o reaparecimento de povos que eram considerados extintos. Muitos vivem em centros urbanos – em Pernambuco, em cidades próximas às comunidades indígenas, como Pesqueira e Águas Belas. Há ainda os povos ressurgidos ou emergentes, que se mantiveram no anonimato em decorrência das perseguições e que estão em processo de reorganização e reconstrução de suas culturas, com a conseqüente luta por suas terras. Segundo o documento oficial da campanha da fraternidade 2002:

“Após tantos anos de dispersão, impedidos de vivenciar suas práticas culturais, sem realizar seus rituais, festas, sem falar sua língua, sem ter mais uma organização social própria, as pessoas conseguem reencontrar-se, reorganizar-se enquanto grupo social distinto dentro da sociedade dita nacional e reivindicar o direito de serem reconhecidas e respeitadas como tal. Mais ainda, assumir uma identidade étnica vinculada às populações denominadas autóctones, os índios aqui encontrados pelos portugueses em 1500” (TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2002: 35).

Segundo Rodrigo de Azeredo Grunewald, "quando se fala de índios no Brasil, logo se pensa nos xinguanos ou em tribos que habitam recônditos amazônicos" (GRÜNEWALD, 1999; 137). Os índios são tidos como “selvagens”, “aborígenes”, “autóctones”, que se apresentam a nós, da “civilização” como exóticos por sua língua, trajes, e costumes, o que ajuda a descaracterizar os índios que ainda vivem no Nordeste.

Estes esclarecimentos são importantes porque, no final do século XIX, alardeava-se que já não existiam índios no Nordeste. Deixaram de ser considerados índios e passaram a ser classificados como remanescentes ou descendentes de índios, uma saída antropológica do poder público para se abster da obrigação de demarcar e respeitar as terras indígenas. Entretanto, estes povos se reorganizaram e assumiram

sua condição indígena, passando a exigir a demarcação do seu território. Para conseguir firmar sua identidade étnica, estes povos estão reconstruindo sua cultura e atualizando-as, como ocorre com a história de qualquer sociedade. Aqui em Pernambuco, ressurgem os Pipipã, no município de Ibimirim, após mais de um século de decretação de sua extinção.

Segundo o ISA (2001), o processo de retomada de identidades coletivas não é exclusivo do Brasil, também na Bolívia e na Índia está acontecendo. Embora a questão seja polêmica, um fato é interessante: se de um lado o extermínio levou à redução ou à extinção de povos indígenas, por outro lado a resistência promoveu a formação de novos grupos, situação naturalmente vinculada à questão fundiária do País.

Ao longo do processo de dominação portuguesa até os dias atuais, 30 povos foram considerados extintos em Pernambuco (CIMI, 2001: 223). Entre os nove grupos indígenas do Estado ainda existentes, apenas um – os Fulni-ô – ainda cultiva sua língua nativa, Ya:thê, como forma de comunicação. As outras oito comunidades – Atikum-Umã, Kambiwá, Kapinawá, Pankararu, Tuxá, Truká, Xucuru e Pipipã – falam o português. Esta característica dos Fulni-ô os ajuda a conservar de modo mais eficaz sua identidade cultural, pois preservam, através da língua, um modo de ser. Segundo Rosely de Souza Lacerda (2000), mesmo não possuindo uma língua nativa, os outros grupos desenvolveram mecanismos de resistência para garantir a unidade cultural da comunidade. Se, por um lado, há índios que valorizam suas práticas e culturas, muitos querem se moldar à identidade da cultura dominante, como forma de se sentirem “iguais aos outros”. A ilusão desta naturalização visa a dar reconhecimento e um lugar social mais confortável aos índios, assumindo a posição do “outro”, o branco. Para serem reconhecidos na “sociedade civilizada”.

Não se deve, porém, pensar a cultura de uma etnia como algo único e lógico. Rodrigo de Azeredo Grunewald (1999) salienta que “uma cultura não precisa ser homogênea ou mesmo particularmente coerente” (GRÜNEWALD, 1999: 147). Assim, é importante ver que as comunidades indígenas de Pernambuco não são grupos totalmente diferenciados entre si e em relação à sociedade branca. O processo de acomodação cultural e reconhecimento étnico hoje é definido pelos antropólogos como processo de

etnogênese, e não mais aculturação, quando a cultura indígena era considerada suplantada pela cultura branca. Segundo Grunewald, a etnogênese “é uma tentativa de fazer sua própria história buscando mover-se além das condições impostas sobre eles” (GRÜNEWALD, 1999: 153). Nesta perspectiva, não há perdas para a cultura indígena, mas “a reinvenção histórica do grupo em questão” (GRÜNEWALD, 1999: 154). Veja na figura 1 o número e a localização das comunidades indígenas no Estado.

POVOS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO

NOME	LÍNGUA	MUNICÍPIO	ESTIMATIVA POPULACIONAL/ANO
Atikum	-	Carnaubeira da Penha	2.743 (1999)
Fulni-ô	Ya:thê	Itaíba/Águas Belas	2.930 (1999)
Kambiwá	-	Floresta/Inajá/Ibimirim	1.578 (1999)
Pipipã	-	Ibimirim	?
Kapinawá	-	Ibimirim/Tapanatinga	422(1999)
Pankararu	-	Tacaratu/Petrolândia	4.146 (1999)
Truká	-	Cabrobó	1.333 (1999)
Tuxá	-	Inajá	1.630 (1999)
Xucuru	-	Pesqueira	6.363 (1999)
TOTAL			21.145(1999)

FIGURA 1 – O número de índios em Pernambuco (FONTE: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL)

Ocupando em Pernambuco o quarto lugar em quantidade de índios do Brasil, as comunidades indígenas representam um importante segmento da sociedade no Estado. A seguir, iremos realizar uma análise sobre o discurso e a representação social dos índios na imprensa pernambucana, com o objetivo de verificar como se dá o agendamento da mídia com relação a estes grupos e que tipo de discurso está sendo veiculado com relação aos indígenas nos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. A pesquisa tem como base teórica o que já estudamos até este capítulo, especificamente as Teorias do *Agenda-Setting* e da Análise do Discurso.

5. O índio na mídia em Pernambuco: discurso e representação

Segundo uma agenda midiática cujos temas são previamente definidos de acordo com o que circula em um determinado contexto social, o discurso jornalístico funciona produzindo efeitos de sentido. Assim, qualquer análise que se faça é o que chamamos de uma das leituras possíveis, pois a posição do analista – assim como a do jornalista e de toda a cadeia produtiva dos meios de comunicação – não é neutra. Se o sujeito não é único ao dizer, se os significados não são literais, mas socialmente construídos, o analista sai da posição de leitor e tenta assumir um lugar contemplativo diante do enunciado, embora ele mesmo esteja envolvido no processo interpretativo. Não há, desta forma, como impedir que opere a ideologia.

Partimos da premissa que toda análise ocorre dentro de um universo onde as várias formações discursivas convivem, não podendo abranger todas as significações possíveis. Assim, alertamos que esta análise não é a significação dos discursos estudados, mas aquela que se tornou possível dentro da perspectiva de que o analista é assujeitado ideológica, estrutural e psicologicamente, como qualquer sujeito.

5.1 Processo de Análise

Na análise dos textos jornalísticos cujo tema foi o indígena em Pernambuco é importante definir critérios de análise atendendo às duas perspectivas teóricas alavancadas nesta pesquisa: a Hipótese do *Agenda-Setting* e a Teoria da Análise do Discurso Francesa. Para isso, estabelecemos pontos de conexão entre os conceitos de fonte jornalística e sujeito ativo e passivo, passando a trabalhar com dois conceitos compostos para a análise: *fonte ativa* e *fonte passiva*.

Para processar nossa análise, trabalhamos com a definição de indicadores do discurso, para os quais utilizamos principalmente a definição de Marcuschi (1991) sobre os verbos introdutórios de opinião; o uso de aspas observado por J. Authier-Revuz (1990) e por Dominique Maingueneau (2002); e o conceito de heterogeneidades discursivas de J. Authier-Revuz (1990). Estes indicadores irão apontar os tipos de fonte,

conceituados em nosso trabalho, e os tipos de discurso, segundo a tipologia discursiva de Eni Orlandi (1996) e Marcuschi (1991).

A observação dos textos a partir destes conceitos irá permitir uma análise que irá resultar na figura 2:

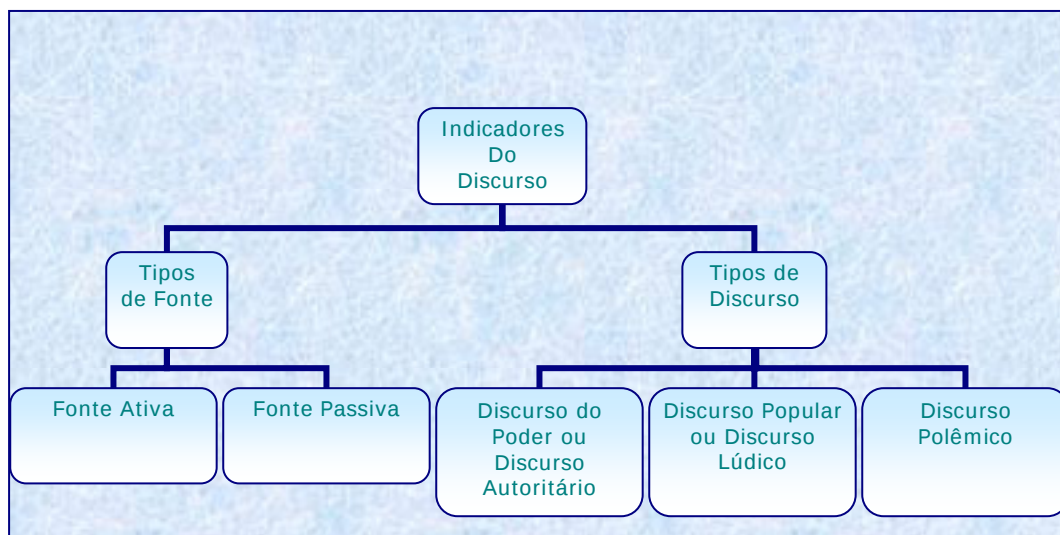


FIGURA 2 – Indicadores de Análise do Discurso

5.1.1 Indicadores do discurso

Os indicadores do discurso são elementos que permitem a interpretação de um determinado discurso, ou seja, que dão realce para um tipo discursivo e que levam ao seu enquadramento em determinada(s) formação (ões) discursiva(s). Estes índices apontam também os tipos de fontes que falam no enunciado. No caso desta dissertação, estes indicadores são observados no discurso jornalístico, permitindo verificar que papéis assumem as fontes (ativo ou passivo) e o(s) tipo(s) de discurso(s) presentes no texto.

5.1.1.1 Verbos Introdutores de Opinião

Os verbos introdutores de opinião indicam que houve um ato de fala e marcam o limite onde se inicia o discurso citado (que vem em seguida ao verbo no texto, normalmente entre aspas, analisadas a seguir). A partir de Marcuschi (1991) e de Maingueneau (2002), apresentamos categorias de uso de verbos introdutores de opinião, que ajudam a compreender os tipos de discurso existentes na imprensa. É importante ressaltar que o uso do discurso direto, que resulta na exposição do

discurso relatado, tem como finalidade criar fidelidade em relação às palavras do outro, mostrar seriedade ao respeitar e destacar o enunciado alheio ou indicar que não se concorda com o discurso do outro, marcando-o conscientemente dentro do seu enunciado.

Marcushi afirma que os verbos introdutores de opinião funcionam como "*parafraseantes sintéticos*, pois resumem em uma só palavra o sentido geral do discurso a relatar" (MARCUSHI, 1991: 77). De acordo com Maingueneau (2002), uma característica importante é que estes verbos não são necessariamente verbos de fala, mas o fato de acompanharem o discurso direto os converte em introdutores de opinião. Há momentos no texto, porém, que os verbos introdutores são suprimidos por razões diversas que, no contexto, podem levar esta omissão a significações diferentes, somente analisáveis na materialidade do discurso:

- Verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas - declarar, afirmar, comunicar, anunciar, informar, confirmar, assegurar.
- Verbos indicadores de força do argumento - frisar, ressaltar, sublinhar, acentuar, enfatizar, destacar, garantir;
- Verbos indicadores de emocionalidade circunstancial - desabafar, gritar, vociferar, esbravejar, apelar, ironizar;
- Verbos indicadores de provisoriedade do argumento - achar, julgar, acreditar, pensar, imaginar;
- Verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso - iniciar, prosseguir, introduzir, concluir, inferir, acrescentar, continuar, finalizar, explicar;
- Verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos - comentar, reiterar, reafirmar, negar, discordar, temer, admitir, apartear, revidar, retrucar, responder, indagar, defender, reconhecer, reconsiderar, reagir;

- Verbos interpretativos do caráter ilocutivo do discurso referido - aconselhar, criticar, advertir, enaltecer, elogiar, prometer, condenar, censurar, desaprovar, incentivar, sugerir, exortar, admoestar;
- Verbos introdutórios de opinião do discurso popular – contar, prosseguir, lembrar, confessar e, com mais frequência, o verbo dizer;

Além dessa classificação, uma opinião pode ser expressa na imprensa através de:

- Nominalizações de verbos (a declaração, o argumento, o elogio, a confirmação, a denúncia), procedimento considerado mais incisivo. A nominalização, segundo Fairclough (2001), é a conversão de uma oração em um nominal ou nome (por exemplo, ao invés de se afirmar que “x criticou y”, coloca-se que “houve crítica contra y”). Para Fairclough, este recurso permite omitir o agente (o sujeito) da oração, tendo um aspecto “ideologicamente significativo”. Ele ressalta que “as nominalizações podem também envolver a omissão de outros participantes além dos agentes (...). A nominalização transforma processos e atividades em estados e objetos e ações concretas em abstratas” (FAIRCLOUGH, 2001: 227), o que confere ao recurso lingüístico importância cultural e ideológica;
- Mediante construções adverbiais que tentam dar neutralidade, mas que na verdade transferem a responsabilidade da opinião a quem a emite, como no caso da nominalização. É diferente quando antecede uma opinião que vem entre aspas. As expressões mais frequentes são “segundo fulano”, “de acordo com...”, “na opinião de...”, “para fulano”, “a seu ver”.

A classificação dos verbos e os recursos de nominalizações e construções adverbiais, porém, não é rígida, uma vez que, de acordo com a forma do discurso, o verbo adquire uma nova feição discursiva. O modo como estes recursos se apresentam no texto, na sua materialização, é que os transformam em indicativos para a análise do discurso e a tematização da mídia. A partir desta definição, poderemos verificar em que tipologia discursiva as comunidades indígenas se enquadram na imprensa.

5.1.1.2 O Discurso Relatado: o Uso de Aspas

Na sintaxe gramatical, a pontuação – especificamente o uso de aspas – está sendo considerada neste estudo em virtude de o jornalismo fazer uso quase sempre do discurso relatado. A finalidade da pontuação é de marcar, no texto escrito, as entonações e pausas da voz, separar palavras e expressões que se deseja destacar e mesmo eliminar o risco de ambigüidade. As aspas são usadas, entre outras situações, antes e depois de uma citação considerada textual, ou seja, quando se espera reproduzir as palavras, expressões, frases ou trechos da fala do outro. É a chamada “função citativa”, segundo Edward Lopes (LOPES, apud FIORIN, 2002: 41). Também se utilizam aspas para evidenciar conceitos ou expressões do discurso do outro ou do seu próprio discurso, dando ao termo aspeado um sentido particularizado. Usam-se ainda para destacar expressões populares, gírias, neologismos, palavras estrangeiras ou termos que consideramos não se adequar totalmente ao caso em que é empregado.

Segundo Maingueneau (2002), as aspas são usadas:

1. Para citar o discurso de outro dentro do discurso que assumimos como nosso, ou seja, para marcar a heterogeneidade no enunciado (discurso relatado);
2. Para indicar que as palavras ditas num dado enunciado não se adequam bem à realidade.

De acordo com Maingueneau (2002), o emprego das aspas, no primeiro caso, tem como objetivo distanciar o autor do fala relatada, pois muitas vezes o enunciador não concorda ou não quer misturar este dito com aquilo que ele assume como sua parte no discurso. Por outro lado, o jornalista muitas vezes marca o discurso do outro com intenção oposta: mostrar respeito à fala alheia, especialmente quando se trata de uma autoridade.

O primeiro caso é típico da imprensa, quando as aspas marcam as citações em discurso direto, precedido ou sucedido de verbos introdutórios de opinião (já vistos anteriormente). É o também chamado discurso relatado, quando o jornalista cita entre aspas a fala da(s) fonte(s) de seu texto, buscando respeitar a forma original do que lhe foi dito. É, enfim, uma forma de dar evidência às palavras de uma fonte.

No segundo, de acordo com Maingueneau, o uso das aspas para destacar uma determinada palavra “delega ao co-enunciador a tarefa de compreender o motivo pelo qual está chamando assim sua atenção e abrindo uma brecha em seu próprio discurso (...). Muitas vezes, colocar uma unidade entre aspas significa transferir a responsabilidade de seu emprego a outra pessoa” (MAINGUENEAU, 2002: 161). Assim, muitas vezes o destaque feito pelas aspas recai sobre palavras restritas a grupos políticos, sociais ou a estereótipos e clichês.

É interessante salientar que, ao destacar com aspas uma expressão no enunciado, o enunciador pressupõe que o leitor fará uma interpretação dentro da mesma formação ideológica para que a leitura seja a que se pretende. Neste caso, é importante observar que o uso de aspas resulta numa transferência de responsabilidade do discurso relatado ao seu titular, ou seja, o jornalista deixa clara a origem da fala marcada no texto. Muitas vezes, a função das aspas é questionar o uso ou o sentido da palavra usada, muitas vezes numa posição de crítica em relação ao seu enunciador.

5.1.1.3 Marcas de Heterogeneidade

A heterogeneidade discursiva foi estudada no capítulo 3 deste trabalho. Normalmente, quando destacamos palavras ou expressões de outro em nosso discurso – especialmente entre aspas e sob a advertência de que se trata de uma fala citada através dos verbos introdutórios de opinião – fazemos isso para dar relevo, destaque. Segundo Bakhtin, estes destaques “se acomodam aos matizes da atitude do autor – ironia, humor etc” (BAKHTIN, 1992: 163).

Como explicamos anteriormente, a heterogeneidade discursiva ocorre de modo marcado ou constitutivo. No primeiro caso, é o discurso direto, relatado, normalmente antecedido de verbos introdutórios de opinião e entre aspas (como vimos no item anterior). A heterogeneidade constitutiva, porém, tem uma peculiaridade: existe no discurso, mas o autor adere ao discurso alheio de tal forma que ele passa a ser integrante de seu enunciado sem que se possa distinguir que parte dele é do enunciador e que parte é alheia a ele. Isso pode ocorrer tanto consciente como

inconscientemente por parte do autor do texto, ou seja, a heterogeneidade está em todo discurso, mesmo que seu autor não se aperceba dela.

Assim, o jornalista ao fazer seu texto, ora marca o discurso da fonte, ora absorve e assume parte do enunciado do outro como sendo seu, relatando-o de modo consciente ou não, uma vez que se encontra assujeitado como qualquer sujeito. As marcas da heterogeneidade podem ser vistas exatamente a partir dos indicadores citados anteriormente: os verbos introdutórios de opinião e o uso de aspas em citações de expressões ou palavras isoladas. A heterogeneidade explica a formação discursiva a que pertence tanto o autor do texto jornalístico como as fontes citadas, uma vez que esta formação é marcada ideológica e historicamente em ambos.

5.1.2 Tipos de Fonte

O conceito de fontes jornalísticas foi visto no capítulo 2 desta dissertação. Como já afirmamos, as fontes são hierarquizadas segundo sua capacidade de dar informações como representantes de um grupo ou de uma instituição, especialmente as fontes consideradas de alto nível, que reforçam o fato narrado. Partindo da conceituação existente, criamos duas categorias de análise para o estudo de textos jornalísticos:

5.1.2.1 Fonte ativa

Para o jornalismo, a fonte é o sujeito responsável pelas informações que servirão para a construção do texto jornalístico. Como o jornalismo pressupõe que *todos os lados da notícia devem ser ouvidos*, em tese, o jornalista ouve pelo menos duas fontes para construir o texto jornalístico, especialmente quando suas opiniões são opostas entre si. A *fonte ativa* a qual conceituamos nesta pesquisa é a fonte jornalística que tem papel fundamental na produção do texto, pois tem sua voz marcada e seu discurso reproduzido com verbos introdutórios de opinião que dão força dominante ao seu significado.

A fonte ativa determina o tom do discurso do jornalista. O próprio autor do texto jornalístico mistura sua voz com a voz da fonte ativa, ambos operando na mesma formação discursiva, o discurso dominante, o que ocorre de modo subliminar e até certo ponto imperceptível pelo jornalista. O grau e o nível hierárquico da fonte e seu

papel na estrutura social e de poder indicam a sua importância. São fontes ativas as fontes institucionais, consideradas mais confiáveis, representantes de segmentos sociais de peso econômico, político, social e religioso. Mesmo não sendo autor consciente de um discurso, mas efeito dos sentidos que reproduz, a fonte ativa, para o jornalismo, constitui-se num sujeito associado a uma formação discursiva, da qual torna-se uma espécie de porta-voz.

A fonte ativa enuncia a partir de uma determinada posição social que ocupa e da qual não pode, não consegue ou mesmo não quer se afastar. Ou seja, embora o sujeito não seja livre ao dizer, tem uma certa intencionalidade ao enunciar dentro de um processo discursivo que provoque os efeitos de sentido esperados. Embora as palavras não pertençam a esta ou aquela formação discursiva – pois não comportam em si mesmas um juízo de valor – ao serem enunciadas dentro de um discurso, adquirem sentidos muitas vezes opostos aos que assumem quando integrantes de uma outra formação discursiva. Assim, o que ajuda a identificar a formação discursiva de uma fonte não é a palavra que utiliza, mas como utiliza a palavra no momento em que enuncia.

5.1.2.2 Fonte passiva

A *fonte jornalística passiva* assume mais o papel de objeto que de sujeito do discurso; ela é falada por outra(s) fonte(s) que assumem a sua representação no texto jornalístico ou tem seu discurso reproduzido antecedido de verbos introdutórios de opinião que fragilizam o seu significado. Neste caso, o jornalista marca a entrada da voz do sujeito passivo no discurso, delimitando, mesmo de modo inconsciente, que não pertence à mesma formação discursiva. A fonte passiva muitas vezes é silenciada, mas quando consegue “furar” o bloqueio do discurso dominante, faz isso em momentos de lapso discursivo dentro do texto jornalístico (na definição de Orlandi apresentada à página 95 desta dissertação), assumindo neste momento um tom polêmico no discurso. São fontes passivas sujeitos de proeminência desconhecida ou considerada irrelevante, cuja representação tem acesso restrito à mídia.

As fontes passivas normalmente são o objeto da ação do texto, assim, são ouvidas de modo precário ou têm seu discurso mal compreendido pelo jornalista, que, no papel

de mediador, não consegue atingir os valores expressos pela fonte em sua fala. Disputando espaço no texto jornalístico com as fontes ativas, as fontes passivas acabam por ter seus discursos silenciados ou assumidos por fontes oficiais ou de governo, que têm autoridade legal para *falar por eles*. Nesta condição, as fontes passivas acabam ocupando a posição de receptores do que lhes é apresentado pela mídia, o que não significa que aceitem esta condição. Há uma luta social pela hegemonia dos sentidos, que pela própria ordem do discurso, favorece à fonte ativa.

Como os sujeitos tendem a ver a si mesmos como a origem de seus próprios discursos e não como efeitos de sentido de uma dada formação discursiva, para os jornalistas é evidentemente difícil acreditar que, na construção do texto jornalístico, exista uma hierarquia no momento em que ele faz falar ou calar determinada fonte. Somente dentro da perspectiva da Teoria do *Agenda-Setting* – que explica claramente como se dá o processo de agendamento da mídia, a partir da escolha e supressão de certos temas – e da Teoria da Análise do Discurso – que parte da premissa de que o sujeito não é dono de seu dizer, mas apenas porta-voz de um discurso pré-existente e que já circula no meio social – o jornalista pode compreender a distinção entre as fontes jornalísticas definidas nesta pesquisa.

5.1.3 Tipos de Discurso

Os tipos de discurso que serão trabalhados nesta dissertação já foram tratados no capítulo 3. Para a análise, faremos uma retomada do assunto para seu aprofundamento.

5.1.3.1 Discurso Lúdico

No discurso lúdico, a polissemia existe de modo aberto, ou seja, é possível perceber a existência de vários sentidos circulando entre os interlocutores. O Discurso Popular definido por Marcuschi (1991) pode se enquadrar nesta definição de Orlandi (2002). Para Orlandi, o discurso lúdico é aquele que “vaza, por assim dizer, nos intervalos, derivas, margens das práticas sociais e institucionais” (ORLANDI, 2002: 87), representando a ruptura no discurso. Tem uma característica de leveza na forma de apresentação do enunciado.

5.1.3.2 Discurso Autoritário ou Discurso do Poder

Neste tipo discursivo, a polissemia é contida, os significados são previamente determinados pelo enunciador, que tenta controlar os sentidos possíveis e apagar o interlocutor, ou seja, o discurso tende para a monossemia. Orlandi (2002) considera que o discurso autoritário é predominante em nossa sociedade, “pela sua constituição, pela sua organização e funcionamento, pensando-se o conjunto de suas práticas em sua materialidade” (ORLANDI, 2002: 87). Este tipo discursivo se caracteriza por expressar a retórica da dominação (opressão).

Nesta categoria, podemos incluir muitas vezes o discurso jornalístico, que, no relato do discurso do outro, tenta se aproximar do discurso da autoridade. Antônio Fausto Neto (2003) percebe esta aproximação entre o discurso jornalístico e o discurso do poder, na medida em que o jornalista revela intimidade com a fonte oficial ou para-oficial. Segundo ele:

“ o lugar do discurso de autoridade é explicitado claramente pela revelação de ‘intimidade’ com o mundo daquele que é citado no corpo da entrevista (...). O ‘personagem’ objeto da citação nao se trata, para ela, apenas de uma fonte. Dele sabe muito mais (conhece o pensamento dele). Uma combinação de virtudes – intimidade e domínio do pensamento do outro – algo que não é pouco para quando a enunciação midiática quer invocar o discurso da autoridade” (FAUSTO NETO, 2003: 142).

5.1.3.3 Discurso Polêmico

Neste caso, a polissemia é controlada e há disputa entre os possíveis significados que circulam no discurso. A relação é tensa e este tipo discursivo é a marca da resistência nas relações de poder. Segundo Orlandi (2002), “o discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento” (ORLANDI, 2002: 87), ou seja, que se institui a partir da crítica. Também aqui pode se encaixar o Discurso Popular definido por Marcuschi (1991). Este tipo discursivo se caracteriza por expressar a retórica do oprimido (resistência).

Destacamos, porém, que não há um discurso que se enquadre puramente nesta ou naquela categoria. Os enunciados se misturam e passam a ter um funcionamento de predominância autoritária ou polêmica, por exemplo. Orlandi (2002) ressalta a importância de se evitar as “etiquetas definidoras”, embora salientemos que os indícios que apontam para um determinado tipo discursivo ajudam a compreender a materialidade do enunciado no momento em que ele se dá, mostrando como funciona produzindo efeitos de sentido.

5.2 Quando e como o índio é notícia: uma análise do discurso e do agendamento midiático

O período de análise desta dissertação foi de 1º de julho de 2001 a 21 de abril de 2002 – ou seja, dois dias após o Dia do Índio, o que permitiu observar como ocorreu o agendamento da mídia no período, considerando-se inclusive a influência do lançamento da Campanha da Fraternidade 2002. Em nove meses de pesquisa, foram analisadas preliminarmente 127 notícias publicadas nos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, que de alguma forma tratavam do índio nos diversos gêneros jornalísticos: reportagem, nota, nota comentada, artigo, editorial, foto-legenda e carta à redação. Das 127 notícias veiculadas nos dois jornais (ver anexo 1), definimos o *corpus* específico da pesquisa buscando atender aos vários gêneros jornalísticos existentes, numa média de dois textos de cada gênero (quando houver), trabalhando com um maior número de reportagens por ser o gênero mais recorrente no período pesquisado, conforme veremos a seguir. Isso representa o estudo aprofundado de 23 diferentes notícias sobre o índio no período da pesquisa (ver anexo 2).

Mensalmente, observemos, na figura 3, como evoluiu em termos quantitativos o tema indígena na imprensa pernambucana:

MÊS	QUANTIDADE
JULHO/2001	02
AGOSTO/2001	14
SETEMBRO/2001	17
OUTUBRO/2001	02
NOVEMBRO/2001	20

DEZEMBRO/2001	03
JANEIRO/2002	12
FEVEREIRO/2002	19
MARÇO/2002	11
ABRIL/2002	27

FIGURA 3 – Quantidade de matérias publicadas mensalmente

O gráfico 1 ajuda a visualizar a variação mês a mês:

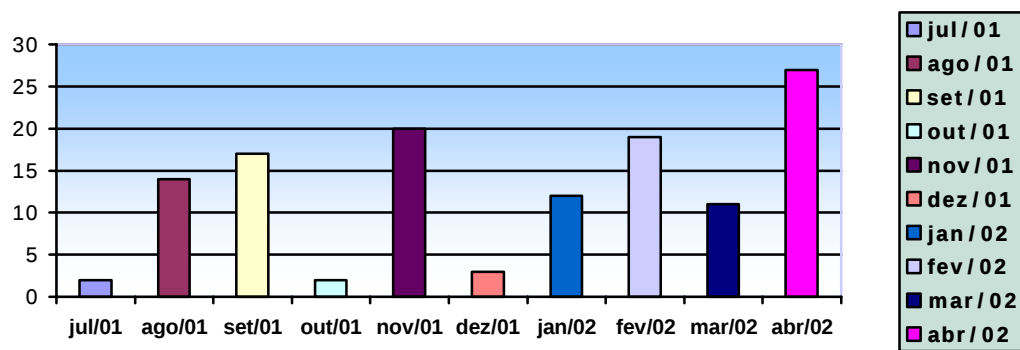


GRÁFICO 1 –

Visualização da quantidade de matérias publicadas mensalmente

A variação quantitativa mês a mês é aleatória - ou seja, sem uma linearidade que aponte para a presença do tema índio de modo regular – o que indica que o tema não é prevalente na mídia, ou seja, surge de modo ocasional e provocado por uma temática maior.

5.3 Análise dos quadros estatísticos

A análise quantitativa ajuda a observar como se dá a ocupação do segmento indígena na imprensa em Pernambuco. Verificamos que a editoria em que o tema indígena ocupa mais espaço no Jornal do Commercio (JC) é a Editoria de Brasil, ou seja, a questão é tratada mais em termos de agendamento nacional do que de agendamento local da mídia, apesar do segmento indígena em Pernambuco ser o quarto maior do País. Observamos que no Diário de Pernambuco (DP) a situação é inversa: a Editoria de Vida Urbana apresenta três vezes mais informações relacionadas ao índio do que a Editoria de Brasil.

O Jornal do Comercio nos ajuda a constatar que o índio aparece como notícia dentro de uma temática maior: a violência. Do total de 127 notícias diferentes apuradas no período estudado nos dois jornais, 22 se relacionam com violência contra o índio e 12

com violência provocada pelo índio, totalizando 34 notícias em que violência e índio são relacionados e entram na agenda do Jornal do Commercio (excluindo-se aqui questões menos específicas, mas também relativas à violência, que estão indicadas no quadro sob o nome de protestos, conflitos e garimpo ilegal em terras indígenas). Observamos que a agenda dos dois jornais é semelhante: no Diário de Pernambuco, a violência contra o índio foi noticiada 18 vezes e a violência provocada por ele, 9, o que soma 27 notícias relacionadas ao tema violência. Também no Diário, garimpo ilegal, protestos e conflitos foram divulgados. A análise nos permite constatar que o gênero reportagem é o mais comum usado em ambos os jornais para divulgar qualquer assunto relacionado ao índio. No JC, foram 43 reportagens no período estudado; no DP, foram 39.

Em toda a pesquisa, apenas um editorial do Jornal do Commercio e dois artigos do Diário de Pernambuco falaram da questão indígena. O editorial do JC e um dos artigos do DP trataram de uma outra temática, o racismo, em virtude da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, encontro realizado em Durban, na África do Sul. Em grande parte das reportagens sobre o evento, apenas o nome "índio" é referido, sem qualquer aprofundamento ou aproximação da reportagem à realidade indígena brasileira ou regional. O segundo artigo falou da Campanha da Fraternidade 2002, *Fraternidade e Povos Indígenas*, lançada na fase final da coleta de dados da pesquisa. Também no período do estudo, houve o assassinato do líder indígena Chico Quelé (xucuru) uma tentativa de dissidência entre membros da mesma comunidade – fato que virou notícia em virtude da violência praticada entre os índios –, da prisão do assassino do cacique Chicão (também xucuru), além do processo judicial do cacique Paulinho Paiakan (acusado de torturar uma professora, juntamente com a esposa, no Pará) e do julgamento dos acusados do assassinato do índio Galdino (índio queimado em Brasília por adolescentes enquanto dormia na rua).

O lançamento da Campanha da Fraternidade 2002 elevou o número de reportagens sobre a questão indígena: enquanto no mês de março foram 11 notícias sobre o índio, nos 21 dias de abril analisados o número subiu para 27. A campanha, porém, não foi marcante o suficiente para modificar a perspectiva do *agenda-setting* da imprensa: nos textos de jornal analisados no período, por 18 vezes a campanha foi notícia, mas,

na comemoração da Páscoa – quando oficialmente a campanha é lançada pela Igreja Católica – três reportagens foram feitas sobre a data religiosa e, em duas delas, sequer o tema da Campanha da Fraternidade – que focava a questão indígena – foi citado. Numa terceira reportagem, foi feita uma alusão à presença de atores que figuravam como índios numa comemoração religiosa no Recife, sem qualquer ressalva ou crítica à ausência de verdadeiros líderes ou representantes de comunidades indígenas de Pernambuco na celebração que fez referência direta à luta indígena pela terra.

A violência associada ao indígena, porém, é o tema que mais agenda a imprensa. Nesta análise quantitativa, percebemos que o discurso sobre o índio na mídia é enquadrado no tema maior *violência*, no qual o índio é incluído. O estudo feito sobre as 127 notícias veiculadas nos jornais citados mostra que, ora como vítima, ora como autor da violência, o indígena apareceu 61 vezes nos dois jornais. Isso aponta para o quadro grave da violência no País, que atinge também os indígenas, assunto esse que entrou na agenda da imprensa há alguns anos por força da crise na segurança pública, o aumento de seqüestros e assaltos a banco, atingindo fortemente a classe dominante.

5.4 O índio como fonte jornalística: discurso e agendamento na imprensa em Pernambuco

Seguindo para uma análise do discurso do índio na mídia, definimos o corpus da pesquisa de modo a demonstrar como o discurso jornalístico opera produzindo efeitos de sentido, ou seja, é determinado por uma agenda e é a partir dela que iremos aprofundar o estudo. O *corpus* está definido em 23 textos jornalísticos do período total pesquisado, numa análise que segue os indicadores do discurso já detalhados anteriormente.

1. Índios Terena libertam reféns (JC, 30.07.2001) – nota

Ao afirmar que os índios libertam reféns, transparece a posição de que os índios assumiram o lugar de seqüestradores, logo, uma ação de violência, sem associar o fato a uma reivindicação. Somente ao fim da nota é feita referência, indireta, a uma promessa do Incra de assentar os indígenas em uma fazenda: "A negociação foi feita

pelo ouvidor-geral do Incra, Gercino da Silva Filho, que *prometeu* às 300 famílias dos índios assentá-las na Fazenda Mirandópolis, em 10 dias". Ou seja, não fica claro o motivo dos índios terem feito reféns, mas se enaltece a *promessa* da fonte ativa do discurso para-oficial (do poder dominante). A referência indireta pode levar o leitor a não associar a tomada dos funcionários do Incra pelos índios à luta pela terra, que para a cultura indígena têm um valor diferenciado, sendo a base da sobrevivência e da existência como povo. Além disso, a defesa da terra para os índios, hoje, depende de toda uma burocracia dos brancos, que foge ao controle dos índios. O verbo *prometer* dá força ao discurso da fonte ativa, que representa o poder para-oficial, no caso, o Incra, enquanto a ação dos índios, ao falar apenas da libertação de reféns, assume a idéia de baderna, perdendo a vinculação política com a reivindicação pela terra. Nenhum índio Terena tem sua opinião expressa na nota, ou seja, seu discurso é mantido no silêncio, com a colocação do índio na posição de fonte passiva, que produz o discurso popular. O texto não marca a heterogeneidade discursiva, que ocorre de modo constitutivo neste caso, fazendo prevalecer o discurso para-oficial – do poder – do Incra.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 1)

TEMA	→ VIOLÊNCIA DO ÍNDIO
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DO GOVERNO/AUTORIDADE DISCURSO DO PODER PARA-OFICIAL (INCRA)	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: PROMETER	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: LIBERTAR
NOMINALIZAÇÕES: A NEGOCIAÇÃO FOI FEITA...	NÃO HÁ VERBALIZAÇÃO DIRETA DO DISCURSO INDÍGENA (SILENCIAMENTO DO SUJEITO)
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

2. Ambientalistas querem de volta terras doadas para os índios (JC, 04.08.2001) – reportagem

Ambientalistas querem o retorno de terras consideradas de preservação ambiental que foram transferidas para os índios na Ilha do Bananal. Eles argumentam que os índios têm reivindicado "com uma frequência alarmante" o direito às terras definidas como unidades de conservação. A heterogeneidade discursiva é marcada pela presença de aspas, que remetem trechos do discurso relatado ao seu autor, e pelo uso de verbos introdutórios de opinião. Um trecho mostra claramente qual a posição discursiva dos ambientalistas: "há um conflito constitucional em questão", *pondera...*"a Constituição diz que as unidades de conservação só podem ser alteradas por lei e esta transferência foi feita por uma portaria do ministro José Gregori...mas a Constituição também diz que os territórios tradicionais indígenas pertencem aos índios, o que é muito vago. Por este artigo, todo o Brasil é terra indígena e em breve poderemos ficar sem unidades de conservação". O verbo *ponderar* organiza o argumento dos ambientalistas por um caminho que permite que eles façam sua chamada contra a presença dos índios nestas unidades de terra, sem, contudo, afirmar se a permanência de índios pode ou não causar danos à natureza, questão crucial a ser analisada, uma vez que, em geral, a forma de sobrevivência dos indígenas é de subsistência, ou seja, não prejudica o meio ambiente e foi, inclusive, um argumento de indigenistas em favor da presença de índios nestas áreas como forma de garantir a preservação do meio ambiente no País. Além disso, há um não-dito carregado de ironia apresentado no texto: "...por este artigo, todo o Brasil é terra indígena e em breve poderemos ficar sem unidades de conservação". De fato, todo o País foi mesmo terra indígena, mas a forma irônica como isso é tratado não é analisada na matéria. Em outro trecho, é ressaltada a *onda de* ocupação de unidades de conservação por índios, mas não se fala no atraso histórico da demarcação das terras destinadas aos povos indígenas no Brasil. A opinião dos índios que receberam terras na Ilha do Bananal não é expressa na reportagem, enquanto o discurso dos ambientalistas, único expresso na reportagem, ganha peso de fonte ativa e reforça a ideologia da classe dominante, ou seja, reforça o discurso do poder (discurso para-oficial), de alguma forma trazendo para julgamento os direitos especiais das comunidades indígenas e ganhando peso sob a retórica da opressão. Os índios são silenciados na reportagem, uma vez que seu discurso não é veiculado, assumindo a posição de fonte passiva.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 2)

TEMA	TERRA INDÍGENA
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA AUTORIDADE PARA-OFICIAL (AMBIENTALISTAS) DISCURSO DO PODER (RETÓRICA DA OPRESSÃO)	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: QUERER, PONDERAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: NÃO HÁ VERBALIZAÇÃO DO DISCURSO (SILENCIAMENTO DO SUJEITO)
NOMINALIZAÇÕES: A REVOGAÇÃO DA PORTARIA...	
ADJETIVOS: OS ÍNDIOS TÊM REIVINDICADO COM FREQUÊNCIA ALARMANTE...	
IRONIA: <i>POR ESTE ARTIGO, TODO O BRASIL É TERRA INDÍGENA E EM BREVE PODEREMOS FICAR SEM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</i>	
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

3. Índio Xucuru assassinado em Pesqueira (DP, 24.08.2001) – reportagem

Aqui, surge a questão que mais representatividade tem nesta análise: a violência contra os índios. A violência, que é um tema constitutivo do *agenda-setting* da mídia, surge com o assassinato do líder indígena Chico Quelé, tratando do conflito entre fazendeiros e índios no município de Pesqueira. Mesmo sendo um crime contra uma liderança de um segmento social, ocupa o espaço de uma coluna de jornal. Ao relatar as condições do assassinato, o jornalista coloca a responsabilidade da narração para o Conselho Indigenista Missionário, dando inclusive margem à dúvida sobre o fato: "*segundo a versão divulgada pelo conselho Indigenista Missionário (Cimi), Chico Quelé, que não possuía registro de nascimento e tem a idade estimada em 50 anos, seguia para uma reunião do Conselho de Lideranças... foi assassinado*". Mesmo tentando passar neutralidade, este recurso permite pensar que, se é uma versão, há espaço para outras, o que enfraquece a tese do assassinato. O repórter sabe que é

preciso uma investigação para a conclusão de que foi um assassinato, mas é praticamente impossível que alguém morra em decorrência de um tiro de espingarda de calibre 12 que não seja assassinado. A construção adverbial (“segundo a versão...”) foi um recurso usado para transferir para o Cimi a responsabilidade da afirmação de que foi um homicídio. No decorrer do texto, há a expressão da opinião do índio Marcos Luidson, filho do cacique Xicão (morto em 1998 em decorrência dos conflitos em virtude da demarcação das terras). As opiniões relatadas são seguidas dos verbos *denunciar*, *afirmar*, *dizer*. O primeiro aponta o discurso de oposição, do Cimi, e polêmico, do índio, mas a declaração do indígena é enfraquecida mais adiante, quando diz: “muitos deles (fazendeiros) não querem sair (das terras demarcadas) e prometem matar a mim e outras lideranças”, *afirmou* Marcos Luidson”. Isso é uma ameaça de morte, que tem um peso muito maior, mas o verbo introdutor de opinião não dá a isso o valor devido, ou seja, a posição da fonte Marcos Luidson é fragilizada. A palavra “trégua” entre aspas remete o leitor a que possível sentido ela assume no texto, que irá depender da sua interpretação, mas retoma o senso comum sobre o índio como selvagem e guerreiro. A preocupação com a falta de registro de nascimento, colocada no texto sem qualquer análise mais detalhada, enfraquece a identidade indígena do líder assassinado. O índio assume o papel de fonte passiva e seu discurso é enquadrado como discurso polêmico, porque há marcas de resistência, mas a apresentação no texto jornalístico o reveste também como discurso popular. O Cimi aparece com um discurso de oposição.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 3)

TEMA	→ VIOLÊNCIA CONTRA O ÍNDIO
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA AUTORIDADE – DISCURSO DE OPOSIÇÃO/POLÊMICO (CIMI)	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POLÊMICO/POPULAR (RETÓRICA DO OPRIMIDO)
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: QUERER, PONDERAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: DENUNCIAR, AFIRMAR, DIZER
USO DE ASPAS: APESAR DA “TRÉGUA”...	USO DE ASPAS E METÁFORA: “ISSO AQUI É UM BARRIL DE PÓLVORA”
CONSTRUÇÃO ADVERBIAL: SEGUNDO A VERSÃO DIVULGADA PELO CONSELHO INDIGENISTA	

MISSIONÁRIO (CIMI), CHICO QUELÉ.... FOI ASSASSINADO	
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

4. Assassinado líder da tribo Xucuru (JC, 24.08.2001) – reportagem

Novamente o tema da violência é apresentado, mas, diferentemente do Diário de Pernambuco, o Jornal do Commercio afirmou que o líder Xucuru Chico Quelé foi assassinado, sem neutralizar a informação da morte através de um recurso lingüístico, e associa o crime aos conflitos pela disputa pela terra. A reportagem é manchete de página e rememora os crimes anteriores relacionados aos conflitos e ainda ressalta que todos “têm a marca da impunidade, uma vez que nenhum acusado foi a julgamento”. Entretanto, ao dar voz ao advogado do Cimi, ele faz uma série de denúncias que são seguidas pelo verbo *explicar*, que assume um papel de indicador de provisoriedade do argumento, quando na verdade a afirmação traz uma acusação aos fazendeiros da região e poderia ser seguida de um verbo indicador de força do argumento ou de afirmação positiva. A voz do índio não é ouvida, ou seja, o Cimi fala por ele. Assim, os índios assumem a posição de fonte passiva, embora o discurso do texto jornalístico seja polêmico, ou seja, há as marcas da resistência nas relações de poder.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 4)

TEMA	→ VIOLÊNCIA CONTRA O ÍNDIO
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA AUTORIDADE – DISCURSO DE OPOSIÇÃO/POLÊMICO (CIMI)	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POLÊMICO (RETÓRICA DO OPRIMIDO)
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: EXPLICAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: OBTER
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

5. Chacina (DP, 28.08.2001) – nota

O texto afirma que “o deputado Paulo Rubem Santiago *adverte* que novas mortes de índios xucurus, em Pesqueira, podem acontecer a qualquer momento”. O verbo traz o peso da interpretação da afirmação do deputado, mas ao final coloca a narração seguida da construção adverbial “segundo ele”, transferindo para o político o peso da declaração, que é muito mais uma denúncia do que uma advertência, já que afirma existir uma lista de “marcados para morrer”. As aspas são usadas para marcar as expressões *lista negra* e *marcados para morrer*, indicando a heterogeneidade discursiva, o discurso relatado pelo deputado ao jornalista. Além disso, o texto, ao afirmar que “nenhum dos crimes...foi elucidado”, constitui-se numa análise crítica moderada da impunidade dos crimes já ocorridos na região. Novamente o índio figura como fonte passiva, pois o deputado fala por ele.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 5)

TEMA	→ VIOLÊNCIA CONTRA O ÍNDIO
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA AUTORIDADE OFICIAL (DEPUTADO) DISCURSO DE OPOSIÇÃO/POLÊMICO	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: ADVERTIR, COMENTAR (NESTE CASO, OMITINDO-SE O AGENTE DA INFORMAÇÃO NO COMENTÁRIO)	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: NÃO HÁ VERBALIZAÇÃO DO DISCURSO
CONSTRUÇÃO ADVERBIAL: NA REGIÃO COMENTA-SE QUE HAVERIA UMA “LISTA NEGRA” COM NOMES DE “MARCADOS PARA MORRER”, <i>SEGUNDO ELE...</i>	
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

6. Contra a intolerância (JC, 31.08.2001) – editorial

O editorial enfatiza a realização da conferência de Durban e corrobora a participação brasileira no encontro, defendendo o discurso do governo. “O Brasil, País que *padece* de graves distorções de fundo social e étnico, *participa* do evento com delegação de 50 representantes e um programa que *inclui* propostas de políticas públicas para *garantir*...a aprovação do Estatuto do Índio que tramita no Congresso Nacional...reconhecimento oficial, pelo Estado brasileiro, de que a escravidão de negros e índios e a marginalização de seus descendentes são violações aos direitos humanos...”. Mesmo admitindo a fraqueza nacional diante das distorções sociais, o texto jornalístico mostra que o governo *participa* do encontro para *garantir* a aprovação do Estatuto do Índio, dando força à posição do governo diante do problema. Mais adiante, novamente se posiciona: “um programa bonito, que *merece* apoio, embora longe da realidade brasileira...”; mas mais adiante, volta a reforçar o discurso oficial expresso no programa: “pelo menos, o nosso País se *mostra* aberto aos problemas e interessado em resolvê-los, enquanto os EUA estão praticamente boicotando a conferência...”. E, defendendo previamente o governo de possíveis ataques por atrasos na efetivação de ações concretas, afirma: “a conferência é importante, embora seus resultados demorem a aparecer”. No fim, mostra o posicionamento da índia Azelene Kaingang, representante das Organizações Indígenas do Brasil, que “*considera* preconceituosa a legislação indigenista brasileira, que ainda vê o índio como incapaz, 501 anos depois do Descobrimento”. Na forma de apresentação do discurso da índia, ao afirmar que ela *considera* preconceituosa a legislação, dá um caráter de provisoriedade ao seu argumento, não dando o devido valor e ênfase à sua declaração. Aqui, novamente a posição do índio no discurso é de fonte passiva, dentro do discurso prevalente, que é o do governo, dominante.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 6)

TEMA	→ RACISMO/MINORIA
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA AUTORIDADE OFICIAL (GOVERNO) DISCURSO DO PODER	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: PARTICIPAR, GARANTIR, MERECER, MOSTRAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: CONSIDERAR

NOMINALIZAÇÕES: O RECONHECIMENTO DE QUE A ESCRAVIDÃO DE NEGROS E ÍNDIOS E A MARGINALIZAÇÃO...	
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

7. Índios disputam santuário de Cimbres (DP, 18.09.2001) – reportagem

O texto, capa do caderno Vida Urbana, reproduz na primeira linha o senso comum sobre o índio verbalizado pelo jornal: "muito mais que *simplesmente uma briga de índios...*", ou seja, fala de uma disputa entre membros da comunidade Xucuru como uma *briga de índios*, algo que seria de menor valia, reforçando o senso comum de que os índios são selvagens, guerreiros, em virtude de sua "maldade natural". Mais adiante, afirma: "a disputa...*envolve interesses pela exploração de um santuário religioso. Em bom português*, significa uma *espécie de turismo* que movimenta milhões de reais todos os anos no maior País católico do mundo...". Ao se referir aos *interesses pela exploração do santuário*, é como se definisse algo que não seria lícito por partir de índios, de quem não se espera um sentido capitalista de administração de recursos. Quando prossegue afirmando *em bom português*, utiliza a ironia ao definir *uma espécie de turismo que movimenta milhões de reais...* Para o autor do texto, o índio, mesmo depois do processo de etnogênese, deve ficar sempre pobre e protegido pelo poder estatal. Ao índio, riqueza e poder seriam privilégios ilegítimos, pelo conceito dominante. Ou seja, se é indígena, não pode ingressar no mercado capitalista e se ingressa é porque deixou de ser índio, não sendo questionado o fato da Igreja poder exercer o papel de exploração turística da área. A disputa econômica é apontada na reportagem como a razão da divisão entre os Xucurus de Ororubá e os Xucurus de Cimbres e a invasão pelos primeiros da região de Cimbres: "acontece que os 300 hectares da Aldeia Guarda foram comprados por uma instituição religiosa...." Mais adiante, o cacique Marcos Luidson se pronuncia: "como a Igreja pode comprar um terreno que fica dentro da reserva indígena?", *questiona* o cacique.... *Ele mesmo responde*: "é ilegal". Aqui, os verbos *questionar* e *responder* indicam o caráter conflituoso do discurso, além de remeter a responsabilidade do discurso sobre a ilegalidade ao líder indígena, ao citar sua opinião entre aspas. Quando o frei responsável pela compra das terras fala, seu discurso, entre aspas, é seguido dos

verbos *garantir* e *defender*, dando a ele um caráter de força argumentativa, ou seja, característico do discurso dominante. Já o cacique tem seu discurso introduzido pelo verbo *dizer*, *adiantar*, *reclamar*, o que retira a força de seus argumentos, caracterizando-o como um discurso submisso, popular. Numa retransmissão adiante, é relatada a fé dos índios em Nossa Senhora das Montanhas, mas ressalta-se o a afirmação deles em respeitar Nossa Senhora das Graças, cujo santuário fica nas terras dos Xucurus e é administrado pela Igreja Católica (aqui, mais uma vez, o reforço ao discurso de poder, no caso, o da Igreja: "o cacique...faz questão de dizer que não pretende fechar o santuário de Nossa Senhora das Graças à visitação pública..."). Para solucionar o conflito, representantes do Ministério da Justiça e da Comissão de Direitos Humanos são esperados na comunidade. Novamente entre aspas, o líder indígena afirma que a violência na região é gerada pela presença dos brancos posseiros, mas os verbos retiram a força de sua argumentação: *acreditar*, *dizer*. Aqui, a marca da heterogeneidade discursiva é de fácil percepção e o discurso ao qual o sujeito-autor do texto se filia, o de poder, também está marcado no início da reportagem e pelo uso da ironia.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 7)

TEMA	VIOLÊNCIA DO ÍNDIO	
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DO JORNAL DISCURSO DOMINANTE (AUTOR)	A VOZ DA AUTORIDADE RELIGIOSA DISCURSO DOMINANTE (RETÓRICA DA OPRESSÃO)	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POLÊMICO/POPULAR (DISSIDENTE E NÃO DISSIDENTE)
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: ENVOLVER (INTERESSE), ACONTECER, SIGNIFICAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: GARANTIR, DEFENDER, CONFIRMAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: QUESTIONAR, RESPONDER, PEDIR, RECLAMAR, ACREDITAR, DIZER, ADIANTAR, INFORMAR
USO DE METÁFORA/IRONIA: MUITO MAIS QUE SIMPLESMENTE UMA BRIGA DE ÍNDIOS... EM BOM PORTUGUÊS, SIGNIFICA UMA		

ESPÉCIE DE TURISMO QUE MOVIMENTA MILHÕES DE REAIS...		
	USO DE ASPAS: “ESTOU TRABALHANDO A SERVIÇO DE UM PLANO DE DEUS...”, GARANTE “O PROJETO ERA CRIAR UMA INFRA-ESTRUTURA MÍNIMA...OS PRÓPRIOS ÍNDIOS SERIAM BENEFICIADOS...”, DEFENDE	CONSTRUÇÃO ADVERBIAL: PARA O VICE-CACIQUE DA NAÇÃO XUCURU, ZÉ DE SANTA, A VERDADEIRA PROTETORA DAQUELAS TERRAS...
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

8. A questão indígena em Pesqueira (JC, 18.09.2001) – nota comentada

A nota mostra claramente o discurso do jornalista diante da questão do projeto turístico em Pesqueira, mesmo corroborando sua posição com a opinião balizada de um pesquisador indigenista. O colunista do jornal afirma, sem creditar a narração a uma fonte – ou seja, assumindo o discurso como seu – que há “muitos interesses” por trás da falta de delimitação das terras dos xucurus e da construção do santuário no território indígena. É interessante que, pela primeira vez, um estudioso é ouvido sobre a questão dos índios em Pesqueira. O pesquisador da história xucuru Edson Silva fala da impunidade dos crimes e afirma que, somente agora que o projeto turístico da região parece estar ameaçado, é que órgãos públicos aparecem dizendo defender os índios. É um discurso de poder oposicionista, polêmico. Entretanto, aparece numa nota, num perfil discursivo que não se repete em outros textos analisados.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 8)

TEMA	→ VIOLÊNCIA DO ÍNDIO	
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DO JORNAL DISCURSO DE OPOSIÇÃO/ POLÊMICO (AUTOR)	A VOZ DA AUTORIDADE DE OPOSIÇÃO DISCURSO POLÊMICO	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR

A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: ESTAR, COMEÇAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: PERGUNTAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: NÃO HÁ VERBALIZAÇÃO DO DISCURSO
	USO DE ASPAS: “AGORA, VÁRIOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E PERSONALIDADES APARECEM DIZENDO DEFENDER OS ÍNDIOS...”, PERGUNTA	
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

9. Entidades manifestam apoio aos Xucuru (DP, 19.09.2001) – reportagem

Mostra o apoio recebido pelos índios contra a iniciativa de construção de santuário na área indígena. Foi preciso um reforço do discurso do poder – Ministério Público Federal, OAB etc - mesmo que de oposição ao da Igreja, para que o discurso submisso dos índios ganhasse força. Há, aliás, um discurso de confronto dentro da própria Igreja, entre Cimi e Diocese de Pesqueira, que é mostrado na matéria. Um delegado é designado pela PF para investigar os crimes na região. Entretanto, numa retransmissão, o título "Funai *nega* formação de nova tribo" mostra claramente a falta de autonomia dos índios em realizar movimentações naturais, que devem ser melhor analisadas e respeitadas pelo poder público. No texto, vê-se a submissão expressa da seguinte forma: "*a declaração é um duro golpe nas intenções de membros das aldeias de Cimbres, Cajueiro e Guarda, que haviam decretado a autonomia...*" Quem tem poder para fazer a *declaração* é a Funai, reforçando o discurso oficial e retirando dos índios o direito de se agrupar e reagrupar, afirmando que é preciso um *laudo antropológico* para se reconhecer uma comunidade indígena. A negativa ao direito de movimentação da comunidade é um cerceamento que não é analisado na matéria, mais uma vez silenciando o discurso indígena (especificamente, dos Xucurus).

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 9)

TEMA		→	VIOLÊNCIA DO ÍNDIO
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO

A VOZ DA AUTORIDADE PARA-OFICIAL (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, DEPUTADOS, OAB, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA...) DISCURSO DO PODER	A VOZ DA AUTORIDADE PARA-OFICIAL (FUNAI) DISCURSO DO PODER (RETÓRICA DA OPRESSÃO)	A VOZ DA AUTORIDADE PARA-OFICIAL (IGREJA E CIMI) DISCURSO DO PODER/POLÊMICO	A VOZ DO ÍNDIO (DISSIDENTE E NÃO DISSIDENTE) DISCURSO POLÊMICO/ POPULAR (RETÓRICA DO OPRIMIDO)
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: MANIFESTAR, EMBARGAR, DIZER	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: NEGAR, EXPLICAR, DIZER. ALGUMAS AUSÊNCIAS DE VERBOS INTRODUTORES DE OPINIÃO	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: PATROCINAR, CONDENAR, DIZER. ALGUMAS AUSÊNCIAS DE VERBOS INTRODUTORES DE OPINIÃO	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: ACUSAR, DIZER, ALFINETAR. ALGUMAS AUSÊNCIAS DE VERBOS INTRODUTORES DE OPINIÃO
USO DE ASPAS: “DISCUTIMOS O SANTUÁRIO E DA SAÍDA DOS POSSEIROS...”, DISSE	NOMINALIZAÇÕES "A DECLARAÇÃO É UM DURO GOLPE NAS INTENÇÕES DE MEMBROS DAS ALDEIAS DE CIMBRES, CAJUEIRO E GUARDA, QUE HAVIAM DECRETADO A AUTONOMIA..."	NOMINALIZAÇÕES “A AÇÃO SE CONTRAPÕE À INTENÇÃO DA DIOCESE DE PESQUEIRA...”	
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE ATIVA	FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

10. Bispo é jurado de morte no Agreste (DP, 27.09.2001) – reportagem

O bispo de Pesqueira afirma estar sendo ameaçado de morte e os índios Xucurus são citados pelo delegado do município como possíveis culpados. Novamente, a temática da violência e o envolvimento dos índios, sem que a eles seja dado voz. Ao contrário, o discurso oficial da Igreja é reforçado na reportagem: "dom Bernardino *esclareceu* que não há qualquer intenção da Diocese em construir megassantuário no Sítio Guarda e que todas as terras localizadas na área estão à disposição das lideranças

indígenas". Novamente, o senso comum sobre o índio é marcado, com a violência que é atribuída a eles sem qualquer questionamento ou espaço para seu discurso. Assim, novamente ocupa espaço de fonte passiva, em contraponto ao bispo, que têm papel de fonte ativa no discurso jornalístico.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 10)

TEMA	→ VIOLÊNCIA DO ÍNDIO
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA AUTORIDADE PARA-OFICIAL (IJGREJA) DISCURSO DO PODER (RETÓRICA DA OPRESSÃO)	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR (RETÓRICA DO OPRIMIDO)
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: ESCLARECER, SOLICITAR, DIZER	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: NÃO HÁ VERBALIZAÇÃO DO DISCURSO (SLENCIAMENTO DO SUJEITO)
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

11. PF designa delegado para investigar ameaças a bispo (JC, 29.09.2001) – reportagem

A matéria mostra a ação rápida da Polícia Federal em designar um delegado para investigar as ameaças contra o religioso, o que não ocorreu com relação aos crimes contra os indígenas. E que não é destacado na reportagem: "a Polícia Federal *designou* o delegado Marcos Coimbra para acompanhar as investigações das ameaças de morte ao bispo...A *informação* foi dada ontem pelo secretário de Defesa Social, Gustavo Lima, durante reunião com o religioso...". Como membro do clero, ou seja, integrante do poder, o bispo teve resposta imediata às suas denúncias de estar sendo ameaçado. O mesmo não houve com os índios, inclusive com o líder Marcos Luidson (que em outras reportagens também afirmou ser vítima de ameaças), mas isso não é abordado no texto jornalístico, mais uma vez reforçando a condição de submissão do discurso das comunidades indígenas. O próprio secretário assume esta postura, na medida que se reúne com o bispo para tratar da questão e a força da argumentação do discurso oficial aparece na nominalização presente na matéria (...a *informação* foi dada ontem

pelo secretário...). O secretário deixou as Polícias Civil, Militar e Federal à *disposição* do bispo para *garantir* segurança. Novamente, uma postura vinculada à condição de poder do religioso, pois não houve iniciativa semelhante quando a ameaça foi feita ao índio, o que não é observado pelo jornalista. Mesmo falando do projeto do megassantuário e apresentando a posição contrária do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) porque atingiria a cultura dos índios, somente o bispo tem direito a voz: "eu, pessoalmente, não acho isso". A condição de líder religioso dá a ele o aval de afirmar que o projeto não agride a cultura indígena. Não há verbalização do discurso dos índios.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 11)

TEMA	VIOLÊNCIA DO ÍNDIO	
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DO GOVERNO/AUTORIDADE OFICIAL (GOVERNO, POLÍCIA FEDERAL) DISCURSO DO PODER	A VOZ DA AUTORIDADE PARA-OFICIAL (IGREJA) DISCURSO DO PODER (RETÓRICA DA OPRESSÃO)	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR (RETÓRICA DO OPRIMIDO)
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: DESIGNAR, GARANTIR, DIZER	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: COMENTAR, DIZER, INFORMAR, ACRESCENTAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: NÃO HÁ VERBALIZAÇÃO DO DISCURSO (SILENCIAMENTO DO SUJEITO)
NOMINALIZAÇÕES: A INFORMAÇÃO FOI DADA ONTEM PELO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL...	USO DE ASPAS: "O CIMI VÊ O SANTUÁRIO COMO UMA AGRESSÃO À CULTURA INDÍGENA. EU, PESSOALMENTE, NÃO ACHO ISSO", DISSE	
USO DE ADVÉRBIOS: O SECRETÁRIO DEIXOU AS POLÍCIAS CIVIL, MILITAR E FEDERAL À <i>DISPOSIÇÃO</i> DO BISPO...		
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

12. Trukás derrubam torre de alta tensão (JC, 21.11.2001) – reportagem

Aqui, o tema referido é sobre os conflitos gerados entre índios e brancos. É dada voz aos indígenas, que derrubaram uma torre de alta tensão em Cabrobó, mas eles não justificam a ação e a matéria não consegue mostrar isso. Fica claro que a atitude foi em protesto à prisão do índio Adenilson dos Santos Vieira, mas fica uma lacuna na informação: pela reportagem, o indígena cometeu um crime e não vem pagando pensão alimentícia. No discurso dos índios, porém, eles falam em “discriminação” e em “conceitos” como se estivesse havendo algum desrespeito à cultura indígena, não mostrando ligação clara entre a prisão e o protesto e se a prisão foi legal ou não, já que eles se dizem discriminados. Houve discriminação quando foi decretada a prisão? Essa dúvida não é respondida pelo texto. Novamente, a dificuldade do jornalista de apurar melhor e tecer mais detalhes sobre o fato envolvendo os indígenas. Mesmo dando voz aos índios, marcando a heterogeneidade discursiva, o jornalista, ao deixar o texto com esta lacuna – de modo intencional ou não – leva o leitor a discordar do protesto dos índios e a considerar a atitude vandalista, uma vez que não fica clara a razão da manifestação e se a prisão é fundamentada ou não. O verbo introdutor de opinião usado no discurso indígena, *argumentar*, é indicador de um momento argumentativo dentro do discurso, o que em tese daria força à voz da comunidade, mas este valor se perde pela falta de fundamento aprofundado entre as idéias expressas (“discriminação”) e o episódio prisão. Assim, mesmo revestido inicialmente de características de discurso polêmico, a forma de apresentação da reportagem retira a força do discurso, colocando-o na condição de discurso submisso, popular.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 12)

TEMA			PROTESTO/CONFLITO
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA AUTORIDADE OFICIAL (MINISTÉRIO PÚBLICO) DISCURSO DO PODER	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POLÊMICO/POPULAR	A VOZ DO BRANCO (AGRICULTORES) DISCURSO POLÊMICO	
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: ALERTAR, AUTORIZAR,	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: DERRUBAR,	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: COMPROMETER	

PRENDER	PROTESTAR, ARGUMENTAR	
DISCURSO INDIRETO: O PROMOTOR DE CABROBÓ, EPAMINONDAS TAVARES, <i>ALERTOU</i> QUE... VAI <i>AUTORIZAR</i> A ENTRADA DA POLÍCIA... PARA <i>PRENDER</i> OS RESPONSÁVEIS...	USO DE ASPAS: “A GENTE TEM QUE COMEÇAR A SE IMPOR SENÃO A <i>DISCRIMINAÇÃO</i> CONTRA NOSSA GENTE VAI CONTINUAR EXISTINDO. PEDIMOS ÀS AUTORIDADES QUE ANALISEM NOSSOS <i>CONCEITOS</i> , ATÉ PORQUE NÃO SOMOS BANDIDOS”, <i>ARGUMENTOU</i>	CONSTRUÇÃO ADVERBIAL: <i>SEGUNDO</i> ELES, A FALTA DE ENERGIA E ÁGUA JÁ COMPROMETE AS CULTURAS DE FRUTAS E LEGUMES...
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA	FONTE PASSIVA

13. Metáfora do massacre dos índios brasileiros (DP, 14.12.2001) – reportagem

O caderno cultural do Diário de Pernambuco abre espaço para divulgar uma peça teatral que vai além da idéia folclórica sobre o índio, mostrando o massacre indígena ocorrido no Brasil com a chegada dos portugueses. Com um discurso que demonstra conhecer um pouco da história do Brasil sem a máscara dos livros didáticos, o jornalista inicia o texto afirmando que “as imagens do índio brasileiro idealizado pelo Romantismo cederam lugar às notícias de genocídios de tribos, da dizimação dos primeiros habitantes deste País”. O interessante é que, mesmo entrando na agenda de arte do jornal – o que caracteriza o texto dentro de uma perspectiva lúdica – a notícia trata especificamente da questão da violência, ao falar do extermínio dos indígenas com a chegada dos colonizadores. A reportagem também traz uma questão incomum nos textos jornalísticos, que não foi tratada em nenhuma outra notícia analisada: a questão da identidade indígena e da identidade brasileira no contexto de mistura racial pela qual passou o Brasil. No texto, fala ainda o diretor da peça, o que marca a heterogeneidade do discurso, mas há uma convergência entre o discurso do jornalista e do diretor teatral. Apenas o índio – que é o personagem focado na peça – não fala na matéria. Os verbos trabalhados adquirem o peso do discurso do seu autor, fortalecendo a intenção do jornalista de tratar de aspectos conflituosos relacionados à

questão indígena, no caso do jornalista, e de um momento argumentativo no conjunto do discurso expresso, no caso do diretor teatral.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 13)

TEMA		ARTE
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DO JORNAL DISCURSO DE OPOSIÇÃO/POLÊMICO (AUTOR)	A VOZ DO BRANCO DISCURSO LÚDICO/POLÊMICO (DIRETOR TEATRAL)	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: CEDER, INVESTIGAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: EXPLICAR, REFORÇAR, REFLETIR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: NÃO HÁ VERBALIZAÇÃO DO DISCURSO (SILENCIAMENTO DO SUJEITO)
DISCURSO INDIRETO: “A COMPANHIA DE TEATRO SERAPHIM UTILIZA A METÁFORA DO MASSACRE PARA INVESTIGAR SOBRE A QUESTÃO DAS IDENTIDADES COLETIVAS E INDIVIDUAIS, NESSES TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO”.	USO DE ASPAS: “A PEÇA BUSCA DIALOGAR SOBRE SITUAÇÃO DO INDIVÍDUO NO MUNDO, O QUE ISSO SIGNIFICA. É UMA METÁFORA DE UM ÍNDIO QUE NASCE E NÃO CONHECE A SUA ORIGEM... É SAUDADE DE UMA INSTÂNCIA QUE NÃO SABEMOS DE FATO SE TIVEMOS UM DIA”, <i>EXPLICA</i> “... CHURCHI É EMBLEMÁTICO DO DRAMA DE CADA CIDADÃO DESTE PAÍS COLOCADO ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE ENCONTRAR SUAS IDENTIDADES ENQUANTO BRASILEIRO”, <i>REFLETE</i>	
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE

FONTE ATIVA	FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA
-------------	-------------	---------------

14. Índios não têm ensino médio em Pernambuco (JC, 20.12.2001) – reportagem

Contrariamente a uma outra notícia veiculada na mesma semana, esta matéria do Jornal do Commercio traz números que comprovam a falta de escolas para os índios. O jornalista, entretanto, não aprofunda a questão da educação indígena, apenas analisa os números do Ministério da Educação em comparação com os da Secretaria de Educação do Estado e não questiona o discurso da Secretaria, acabando por assumir a mesma posição discursiva. A representante da Secretaria se justifica pela ausência de ensino médio para os índios e não há qualquer crítica a este fato. Até mesmo para confirmar que as escolas indígenas de Pernambuco estão em estado precário, o jornalista cita o discurso da representante da Secretaria. A única questão que é levantada com um certo tom polêmico é com relação ao número as comunidades existentes atualmente: enquanto para o MEC, só existem seis etnias em Pernambuco, para a Secretaria de Educação do Estado são nove, todas elas inclusive catalogadas nesta dissertação. O número é citado, mas nada mais é acrescentado sobre esta controvérsia, que rebate sobre a questão da identidade e reconhecimento dos grupos indígenas ressurgidos. Embora o título da reportagem trate de uma problemática dos índios, o texto fortalece o discurso oficial.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 14)

TEMA	→ EDUCAÇÃO INDÍGENA	
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DO JORNAL (AUTOR) DISCURSO DO PODER	A VOZ DO PODER OFICIAL DISCURSO DO PODER (MINISTÉRIO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: TER, DISPOR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: EXPLICAR, ACREDITAR, INVESTIR, EXPANDIR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: NÃO HÁ VERBALIZAÇÃO DO DISCURSO (SILENCIAMENTO DO

		SUJEITO)
	CONSTRUÇÃO ADVERBIAL: “CONFORME A DIRETORA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO...LAIR BUARQUE, AS ESCOLAS INDÍGENAS SÃO DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO	
USO DE ASPAS: “ LAIR BUARQUE ACREDITA QUE SERÁ POSSÍVEL MELHORAR A INFRA-ESTRUTURA DAS ESCOLAS EXISTENTES NO ESTADO, ‘QUE ESTÃO MUITO PRECÁRIAS’, INVESTIR...	USO DE ASPAS: “CABE AOS MUNICÍPIOS OFERECER EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. SÃO AS CIDADES TAMBÉM, DE ACORDO COM O CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, QUE RESPONDEM PELA EDUCAÇÃO INDÍGENA”, EXPLICA	
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

15. CNBB prega respeito aos índios (DP, 09.01.2002) – reportagem

A campanha da fraternidade é o temário da reportagem. Embora tente explorar o tema da campanha, Fraternidade e Povos Indígenas, o jornalista não acrescenta fatos novos, reproduzindo informações já amplamente divulgadas na mídia com relação aos índios pernambucanos: diz existirem sete etnias (novamente, a questão da quantidade de comunidades gera dúvidas sobre a questão da identidade dos povos indígenas de Pernambuco) e fala da campanha como uma forma de mostrar a “importância do respeito à cultura desses povos”. O interessante, porém, é que, ao citar o discurso do vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa, alerta que este é o primeiro compromisso da Igreja Católica com as comunidades indígenas que não passa pela catequese, assunto que também não é explorado na reportagem, pois foi exatamente pela tentativa de conversão que os povos indígenas sofreram a escravidão e o extermínio desde a chegada dos colonizadores portugueses. Este assunto poderia ter

sido explorado pelo repórter em virtude da mudança de posicionamento da Igreja em relação aos índios. Assim, o discurso predominante é o do poder (Igreja), que fala pelo índio, novamente apagando o discurso indígena, silenciado no texto jornalístico.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 15)

TEMA	→ CAMPANHA DA FRATERNIDADE
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA AUTORIDADE OFICIAL (IGREJA) DISCURSO DO PODER	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: EXPLICAR, EXPOR, ACREDITAR, ADIANTAR, RESSALTAR, ENFATIZAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: NÃO HÁ VERBALIZAÇÃO DO DISCURSO (SILENCIAMENTO DO SUJEITO)
USO DE ASPAS: “NAS CIDADES ONDE HÁ A PRESENÇA DE POPULAÇÃO INDÍGENA SERÁ FEITO UM TRABALHO DIFERENCIADO, PARA OBJETIVAR NÃO SÓ A REFLEXÃO DA SOCIEDADE SOBRE A REALIDADE INDÍGENA, MAS TAMBÉM A CONSCIENTIZAÇÃO DOS ÍNDIOS SOBRE OS PRÓPRIOS DIREITOS”, <i>EXPÕE</i>	
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

16. sem título (JC, 16.01.2002) – foto-legenda

A foto-legenda tem como tema arte, falando do carnaval no Brasil e da vinda da modelo Naomi Campbell para desfilar na escola de samba Portela. É interessante o fato da notícia tratar da participação da americana como índia no carnaval. Ela é negra de olhos claros, fugindo do perfil dos indígenas brasileiros. O discurso, aqui, reproduz apenas a divulgação que está sendo feita pela escola de samba, ou seja, a imprensa homogeneiza seu discurso com o discurso da fonte, não havendo marcas de

heterogeneidade, mas por se tratar de um tema considerado leve para a imprensa, circula entre o discurso lúdico e o de poder.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 16)

TEMA	ARTE
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA INSTITUIÇÃO PARA-OFICIAL DISCURSO LÚDICO/ DO PODER (ESCOLA DE SAMBA)	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: SAIR, EXIGIR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: NÃO HÁ VERBALIZAÇÃO DO DISCURSO (SILENCIAMENTO DO SUJEITO)
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

17. Pajés se armam para proteger sua ciência (JC, 20.01.2002) – reportagem

A temática desta notícia é a ciência indígena, explorada uma única vez em todo o período pesquisado, apesar do conhecimento científico dos índios vir sendo vítima da biopirataria realizada pelos países estrangeiros que tentam copiar as práticas indígenas para as grandes indústrias farmacêuticas. O assunto é bem analisado no texto, mas não recebe continuidade nas edições seguintes do jornal. Além disso, mesmo assumindo um discurso polêmico sobre a questão, ao relatar o discurso indígena, os verbos introdutórios de opinião são os característicos do discurso popular: *dizer, afirmar, contar*. Em alguns trechos, o discurso indígena não vem acompanhado de verbo introdutor de opinião. Outros verbos parecem fortalecer o discurso dos índios, como *frisar*, mas ele é justamente usado para relatar o discurso do índio Marcos Terena, que já ocupou um cargo eletivo na Câmara dos Deputados, ou seja, conta em seu favor o poder da posição social que ocupa como político. É interessante ainda que, na segunda retransmissão da matéria, é relatado o caso de um cacique e um pajé pankararus que foram homenageados pela Universidade Federal de Pernambuco. Ao falar de ambos, o jornalista fala em “tempo médio de *carreira*”, ou seja, deixa ao

leitor a interpretação do fato de, sendo índios, não poderem possuir uma carreira. No caso deles, o conhecimento da sua própria ciência em relação à manipulação da natureza não é uma carreira no sentido que o jornalista pré-determina. A reportagem, porém, assume um tom polêmico quando questiona a formação do conselho responsável pela gestão do patrimônio genético do País, que não inclui a participação dos índios, apesar dos seus conhecimentos tradicionais.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 17)

TEMA →	CIÊNCIA INDÍGENA
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA INSTITUIÇÃO PARA-OFICIAL (PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS/PESQUISADORES) DISCURSO POLÊMICO	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR/POLÊMICO
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: DIZER, RECONHECER, AFIRMAR, DESTACAR, ESTUDAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: DIZER, CONTAR, AFIRMAR
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

18. sem título (DP, 15.02.2002) – carta à redação

A carta à redação fala do lançamento da campanha da fraternidade. Na verdade, foi pinçada uma frase do leitor, que foi reproduzida juntamente com o desenho do rosto de um índio. A frase destaca que a campanha foi “muito oportuna”, não ressaltando qualquer outra análise possivelmente feita pelo leitor sobre o fato. Por ser caracteristicamente um texto de cunho não jornalístico, não tem como princípio apresentar as fontes do texto relatado, não podendo, neste caso, falar-se em silenciamento do sujeito.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 18)

TEMA →	CAMPANHA DA FRATERNIDADE
---------------	--------------------------

TIPO DE DISCURSO	
A VOZ DO BRANCO (LEITOR) DISCURSO DO PODER	
TIPO DE FONTE	
FONTE ATIVA	

19. Por uma terra sem males (DP, 03.03.2002) - artigo

O artigo, escrito pelo economista e pesquisador social da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Clóvis Cavalcanti, traz algumas questões polêmicas sobre a relação do indígena com a natureza. Alguns cientistas começam a colocar dúvidas sobre esta convivência, defendendo que os índios não vivem uma relação sustentável com o meio ambiente. Discordando desta tese recente, o pesquisador entra no tema da campanha da fraternidade, que considera uma “atitude que já vem um pouco tarde, haja vista que a própria instituição eclesial agiu muitas vezes como se os índios fossem seres inferiores e chegou mesmo a considerar que eles não tinham alma”. É o único texto durante o período de divulgação da campanha – abarcado em nossa pesquisa – em que é salientado o papel dominante da Igreja Católica como catequizador e atemorizador dos índios contra seus próprios costumes e práticas religiosas e de cura ao longo da história do Brasil. Curiosamente, não foi escrito por um jornalista. Para referendar o conhecimento e a capacidade indígena de conviver com a natureza, o autor do artigo cita vários etnólogos que evidenciam a sabedoria dos índios. Cavalcanti acusa os brancos de usurpação do território indígena, especialmente pela Igreja Católica. Tratando o tema da campanha da fraternidade com um discurso polêmico, o economista coloca a Igreja numa outra posição social, que não é assumida por ela: a da busca da redenção a partir do movimento que instituiu para defender e cooperar com as comunidades indígenas. É um discurso de autoridade para-oficial, polêmico, no qual a heterogeneidade é marcada para reforçar o próprio discurso do pesquisador social. Os verbos usados são indicadores de uma posição oficial, afirmativa, de seu discurso (*querer falar, declarar, expressar*). O silenciamento dos índios, neste caso, é natural, por se tratar de um artigo, que tem como característica ser um texto tipicamente autoral.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 19)

TEMA	→ CAMPANHA DA FRATERNIDADE
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA INSTITUIÇÃO PARA-OFICIAL (PESQUISADOR SÓCIA DA FUNDAJ) DISCURSO DO PODER/POLÊMICO	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: FALAR, DECLARAR, QUERER FALAR, RELER, EXPRESSAR, SER, MERECER	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: NÃO HÁ VERBALIZAÇÃO DO DISCURSO (SILENCIAMENTO DO SUJEITO)
NOMINALIZAÇÕES: “A ESCOLHA, NESTE MOMENTO, DOS NATIVOS BRASILEIROS – OS VERDADEIROS DONOS DE NOSSA TERRA, DE NOSSOS RECURSOS NATURAIS, QUE A ELES USURPAMOS PERFIDAMENTE – COMO FOCO DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE SERVE DE MOMENTO DE REFLEXÃO...”	
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

20. Cacique terá cela exclusiva (DP, 07.03.2002) – reportagem

Aqui, temos um caso conhecido nacionalmente de violência praticada por um índio. Mesmo condenado a seis de prisão por estupro (crime praticado em junho de 1992 contra a estudante Sílvia Letícia), o cacique Paulinho Paiakan ainda não cumpre pena. O texto jornalístico, porém, não traz informações que implicam no caso: como uma das partes envolvidas no caso, a vítima, tem lugar de privilégio por ser não-índia, o que acionou desde as primeiras reportagens sobre o caso representações sobre os indígenas ligadas ao senso comum - primitivismo, canibalismo – e colocou a conquista de riqueza e poder pelos índios como algo ilegítimo, na perspectiva do conceito dominante. Nesta matéria, especificamente, embora não haja relato explícito de discursos que remontem a estas significações, é mostrado todo o aparato e cuidado do poder constituído para recebê-lo como preso. Entretanto, salienta que

“Paiakan já avisou: não se entrega”. Também o líder indígena ouvido na reportagem afirma que não irá permitir a retirada do cacique da aldeia Aukre, somente se ocorrer pela força. Fica, assim, sustentado o senso comum do primitivismo que não conhece leis, do índio guerreiro que luta pela conquista do poder. O jornalista não investiga o porque da transgressão da lei: eles não a entendem dentro de seu universo cultural? Ou, mesmo entendendo a extensão do ato praticado por Paulinho Paiakan, ainda assim não querem a sua prisão? É dada voz ao cacique da aldeia onde Paiakan está vivendo, mas não foram usados verbos introdutórios de opinião, uma característica do relato do discurso popular. Já o discurso do poder dominante, exercido pela Superintendência do Sistema Penal do Pará, pela Justiça Federal e pela Polícia Federal, alinha-se no sentido de estarem dando condições favoráveis para que Paiakan se entregue.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 20)

TEMA	→ VIOLÊNCIA DO ÍNDIO
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA INSTITUIÇÃO PARA-OFICIAL (SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENAL, JUSTIÇA FEDERAL, POLÍCIA FEDERAL) DISCURSO DO PODER	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR/POLÊMICO
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: PREPARAR, RECEBER, CHEGAR, TER, ORDENAR, DEPENDER	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: AVISAR, SE ENTREGAR, SER
	USO DE ASPAS: “EU JÁ DISSE, VOU REPETIR E VOCÊ PODE ESCREVER AÍ... PAIAKAN NÃO SERÁ PRESO POR NINGUÉM DA POLÍCIA. E QUEM TENTAR ENTRAR ARMADO...TERÁ DE ENFRENTAR NOSSO POVO NUMA GUERRA”
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

21. Índio fulni-ô fere servidor da Funai (DP, 06.04.2002) – reportagem

O tema violência do índio é retomado, mas esta reportagem traz claramente a linearidade com o discurso dominante. É relatada uma situação em que um índio agrediu um funcionário da Funai e depois fugiu. Um outro índio afirma que o agressor “perdeu a paciência porque estava desde segunda-feira no Recife para tentar conversar com o superintendente...”. A alegação da Polícia Federal para manter as investigações e levar o índio a julgamento pela legislação dos brancos é de que ele já está “integrado à *civilização* há muito tempo e sofrido um processo de aculturação, o acusado deverá responder ao crime como um civil comum”. Mais adiante, o jornalista assume o discurso dominante como seu, reproduzindo a expressão *remanescentes* para se referir ao índios. O discurso do indígena ouvido nesta matéria é enfraquecido pelo verbo introdutor de opinião *contar, acreditar*. Já no caso do superintendente da Polícia Federal, o verbo introdutor de opinião é *comentar*, que assume o papel de reforçar o argumento discursivo. O índio não é silenciado, mas seu discurso fica fragilizado pelos verbos usados e pela forma de apresentação do fato.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 21)

TEMA	→ VIOLÊNCIA DO ÍNDIO
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA INSTITUIÇÃO PARA-OFICIAL (FUNAI, POLÍCIA FEDERAL) DISCURSO DO PODER	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR/POLÊMICO
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: COMENTAR, CONVOCAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: CONTAR, ACREDITAR
USO DE ASPAS: “POR JÁ ESTAR INTEGRADO À CIVILIZAÇÃO HÁ MUITO TEMPO...O ACUSADO DEVERÁ RESONDER AO CRIME COMO UM CIVIL COMUM...”, COMENTOU	USO DE ASPAS: “ELE PERDEU A PACIÊNCIA PORQUE ESTAVA DESDE SEGUNDA-FEIRA NO RECIFE, PARA TENTAR CONVERSAR COM O SUPERINTENDENTE DA FUNAI...”, CONTA
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

22. Mandante do assassinato de Chicão tem a prisão adiada (DP, 09.04.2002) – reportagem

A reportagem – que trata do tema sobre a violência contra o índio - diz literalmente que o adiamento da prisão do mandante do assassinato do cacique xucuru ocorreu por se tratar de “um fazendeiro rico e influente”. O interessante é que esta informação, que deveria abrir a matéria que noticia o adiamento, uma vez que o fato da Polícia Federal admitir que precisa de provas contundentes em virtude do perfil do acusado, mostra claramente sua forma sectária de atuar. Este dado, porém, só aparece no quinto parágrafo da matéria. Em nenhum momento, o discurso jornalístico ganha um tom de crítica em relação a esta decisão da PF, ou seja, de certa forma se alia ao discurso de poder da instituição para-oficial. Ao falar do adiamento, o jornalista afirma que a revelação do nome do mandante feita pelo executor do crime não é suficiente para a determinação da prisão. Mesmo relatando os casos de assassinato contra índios, o jornalista não ouviu nenhuma liderança indígena para comentar a decisão da polícia. Os verbos usados para relatar o discurso da Polícia Federal são *reavaliar, querer, revelar, determinar*. O discurso indígena é silenciado e, embora haja uma retrospectiva dos casos de homicídio de índios, a matéria foca de modo superficial o fato de nenhum deles ter sido elucidado pela PF, afirmando que “acredita-se que tenham sido encomendadas por posseiros inconformados...”. A colocação do verbo na condicional é um recurso que permite omitir o agente da oração, tendo, segundo Fairclough, um aspecto “ideologicamente significativo” (FAIRCLOUGH, 2001: 227), na medida em que, neste caso, enfraquece a fonte da informação.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 22)

TEMA	→ VIOLÊNCIA CONTRA O ÍNDIO
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA INSTITUIÇÃO PARA-OFICIAL (POLÍCIA FEDERAL) DISCURSO DO PODER	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: REAVALIAR, QUERER, REVELAR, DETERMINAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: NÃO HÁ VERBALIZAÇÃO DO DISCURSO (SILENCIAMENTO DO SUJEITO)
USO DE ASPAS: “CONTUDO, ISSO NÃO É SUFICIENTE PARA PEDIRMOS A UM	

JUIZ A EXPEDIÇÃO DE UM MANDADO DE PRISÃO. PRECISAMOS DE MAIS PROVAS”, REVELOU	
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

23. Índios não têm vez em Pernambuco (JC, 14.04.2003) – reportagem

Esta reportagem de uma edição de domingo ocupa três páginas do Caderno de Cidades e, fechando o período escolhido para a pesquisa, faz um levantamento da situação do indígena em Pernambuco, tendo como tema a Semana do Índio. Como matéria especial (que tem mais espaço na edição em virtude do trabalho de pesquisa da equipe jornalística), a reportagem fala da falta de apoio à educação indígena, da mistura étnica, da demora na demarcação de terras e da motivação da Igreja Católica através da Campanha da Fraternidade. Na questão educacional, o jornal afirma que o Governo Federal delegou ao Estado, desde 1999, a responsabilidade pela educação dos índios. Entretanto, o Governo Estadual não assumiu o trabalho, mas na reportagem afirma que o secretário de educação *garante* que em 60 dias o Estado irá assumir as escolas indígenas. Sobre a questão das terras, o jornal associa os conflitos à lentidão na demarcação e, mesmo criticando a demora do trabalho da Funai, a matéria não aprofunda o problema histórico do atraso, aceitando a explicação da instituição para o fato de, desde a sua fundação, não ter conseguido cumprir esta tarefa. Um quadro apresenta a relação de nove etnias em Pernambuco – novamente, o conflito de números de comunidades indígenas existentes no Estado. O jornal aportuguesou os nomes dos grupos Atikum, Kambiwá, Kapinawá, Fulni-ô e Truká, um erro que enfraquece a força dessas comunidades, que lutam pela manutenção da grafia de seus nomes conforme a sua origem lingüística. Uma retransmissão da matéria fala da Campanha da Fraternidade, fazendo um histórico do trabalho da Igreja neste sentido, mas sem falar do papel da instituição no domínio e escravidão dos índios. Uma última retransmissão fala das atividades culturais da Semana do Índio.

Na primeira retransmissão, sobre educação indígena, são ouvidos um representante do Cimi e professoras índias. No discurso relatado do representante do Cimi, o verbo introdutor de opinião usado é *argumentar*. Nos discursos relatados das professoras, os verbos são *afirmar*, *dizer* e *desabafar*. Além de indicadores do discurso popular, o

terceiro verbo mostra a emocionalidade circunstancial, mas não dá força à fonte jornalística, tratando-a como fonte passiva. Na segunda retranscrição, quando o secretário de Educação se posiciona para informar sobre o atraso do Governo do Estado para assumir a educação indígena, os verbos usados para introduzir a opinião oficial são *informar* e *observar*. Além disso, a retranscrição é aberta com uma informação do secretário de que em 60 dias as escolas seriam assumidas pelo Estado, seguida da declaração do jornal: “*quem garante é o secretário de Educação de Pernambuco, Francisco de Assis*”. Esta forma de apresentação dá força argumentativa ao agente da informação, ou seja, reforça o discurso da fonte jornalística ativa. Na terceira retranscrição, a Funai se justifica pelo atraso na demarcação de terras e o verbo usado para introduzir a opinião da representante da Funai é *explicar*. Na apresentação do discurso dos índios, os verbos são *contar* e *lamentar*, mais uma vez retirando a força argumentativa do discurso indígena e fortalecendo o discurso para-oficial da Funai, mesmo dentro de uma matéria onde há crítica ao atraso das demarcações das terras. Na quarta retranscrição, o discurso religioso sobre a Campanha da Fraternidade é reproduzido pelo jornal sem referências ao papel da Igreja na chegada dos colonizadores e o discurso é relatado através dos verbos *explicar*, *afirmar* e *ressaltar*, indicadores de posição oficial e positiva da fonte jornalística, no caso, a Igreja. A última retranscrição da reportagem enumera as atividades culturais com relação à Semana do Índio.

QUADRO ANALÍTICO DE INDICADORES DO DISCURSO (MATÉRIA 23)

TEMA			SEMANA DO ÍNDIO
TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO	TIPO DE DISCURSO
A VOZ DA AUTORIDADE OFICIAL (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO) DISCURSO DO PODER	A VOZ DA AUTORIDADE PARA-OFICIAL (FUNAI) DISCURSO DO PODER	A VOZ DA AUTORIDADE PARA-OFICIAL (IGREJA E CIMI) DISCURSO DO PODER	A VOZ DO ÍNDIO DISCURSO POPULAR
A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: INFORMAR, OBSERVAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: EXPLICAR	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: ARGUMENTAR, EXPLICAR,	A AÇÃO DO TEXTO – VERBOS EMPREGADOS: AFIRMAR, DIZER, DESABAFAR,

		RESSALTAR, AFIRMAR	CONTAR, LAMENTAR HÁ AUSÊNCIAS DE VERBOS INTRODUTORES DE OPINIÃO
USO DE ASPAS: “A COMISSÃO SERÁ FORMADA POR REPRESENTANTES DE VÁRIAS DIRETORIAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. VAMOS CHAMAR TAMBÉM TRÊS REPRESENTANTES DOS PROFESSORES PARA NOS AJUDAR...”, <i>INFORMA</i> CONSTRUÇÃO ADVERBIAL: “SEGUNDO LEVANTAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO...”	USO DE ASPAS: “A DEMANDA É MUITO GRANDE PARA A QUANTIDADE DE TÉCNICOS QUE DISPOMOS...”, <i>EXPLICA</i>	USO DE ASPAS: “NOSSO OBJETIVO É TRAZER O DEBATE À PROBLEMÁTICA INDÍGENA. DESMISTIFICAR OS CONCEITOS QUE AINDA EXISTEM EM RELAÇÃO AOS ÍNDIOS...”, <i>EXPLICA</i> “A CAMPANHA É FUNDAMENTAL TAMBÉM PARA QUE SE FAÇA UMA AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO INDIGENISTA NO BRASIL”, <i>RESSALTA</i>	USO DE ASPAS: “O GOVERNO FEDERAL NÃO INVESTE EM TERRA INDÍGENA. A SOLUÇÃO É TRABALHAR COM ORGANIZAÇÕES NÃO- GOVERNAMEN- TAIS...”, <i>AFIRMA</i> “FALTA SEMENTE PARA A GENTE PLANTAR. OS ÍNDIOS CAÍRAM NO ESQUECIMENTO. NA SAÚDE...”, <i>LAMENTA</i>
TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE	TIPO DE FONTE
FONTE ATIVA	FONTE ATIVA	FONTE ATIVA	FONTE PASSIVA

Conclusão

A expectativa é de que a leitura deste trabalho venha a trazer um novo referencial na análise do discurso midiático. Esta pesquisa partiu do entrecruzamento de conceitos fundadores da Análise do Discurso Francesa e dos Estudos do Jornalismo – conexão antes não vista – e que explica o lugar que o sujeito ocupa na condição de fonte jornalística. A análise dos textos jornalísticos permitiu visualizar elementos indicadores do discurso que nos leva a afirmar que os grupos excluídos – no caso específico desta dissertação, os indígenas – ocupam a posição de fonte passiva do discurso jornalístico. Toda fonte jornalística ocupa uma posição na ordem da fala: falando deste lugar, não consegue se afastar do segmento ou campo social no qual está inserido ou circula. O sujeito tem seu discurso impregnado pela ideologia, seja ele integrante de um grupo social dominante ou excluído.

A visão de mundo do sujeito é revelada a partir de seu discurso e é a partir de sua verbalização que seu enunciado ganha visibilidade. Em tese, qualquer discurso cria efeitos de sentido no imaginário social, causa reações e interesses e agenda o cotidiano. Os vários segmentos sociais usam a linguagem para transmitir suas representações ideológicas, representações que não são aleatórias nem feitas sobre qualquer assunto, mas sobre temas que estão na agenda pública. Nesta pesquisa, observamos que a definição desta agenda é feita pelos segmentos sociais que têm maior poder social e econômico num dado momento histórico. Ao contrário do que imaginou inicialmente Harbermas (1998), o sujeito não se despe de sua condição social para ingressar na esfera pública. Ele fala a partir deste lugar – com todo ônus ou vantagem que possa acarretar ao seu discurso. No caso do índio, seu lugar de fala é subalterno e, nesta condição, seu discurso é popular.

Recontextualizando e descontextualizando a fala de suas fontes, o jornalista tenta dar linearidade e síntese ao seu texto, cumprindo sua “função citativa”. Mesmo heterogêneo, o discurso jornalístico delinea o discurso de suas fontes de modo constitutivo, subjacente, ou de modo marcado, indicando claramente quando a fala é do outro. Nosso estudo mostra que esta marca pode se dar através de verbos introdutórios de opinião, do discurso indireto, do uso de aspas e mesmo do silenciamento da fonte jornalística. Para se distanciar de suas fontes, o jornalista usa

predominantemente a terceira pessoa verbal, numa estratégia para garantir credibilidade aos fatos narrados, e também procura se distanciar de suas fontes ao citá-las, muitas vezes, de modo marcado dentro da enunciação, mas a escolha de um trecho e não de outro do discurso relatado, em si, já se constitui numa tomada de posição e acaba por aproximar o jornalista de fontes de autoridade. Nestas escolhas, também há uma seleção a partir da fonte que fala: ativa ou passiva.

No caso do indígena, verificamos a freqüente ausência da verbalização do discurso, quando outros segmentos mais fortes política e economicamente falam *por* e *sobre* ele, promovendo o seu silenciamento. Igreja, Governo, Funai, Ministério Público Federal e Polícia Federal ocupam o lugar de fonte ativa, assumem o discurso de autoridade e favorecem este silêncio, numa forma de se exercer controle e poder. Quando relata o discurso indígena, a mídia muitas vezes suprime os verbos introdutórios de opinião ou usa verbos e elabora nominalizações e construções adverbiais que levam o discurso do índio à condição subalterna, como discurso popular. Na citação do discurso indígena, verificamos a predominância dos seguintes verbos:

- Dizer, contar, desabafar, lamentar, afirmar, acreditar, avisar, pedir, informar, reclamar, falar.

Estes verbos são característicos do discurso popular, não possuem força argumentativa no discurso, o que confere ao índio como fonte jornalística – assim como a outros segmentos sociais excluídos – a posição passiva no discurso midiático, reproduzindo, assim, a retórica do oprimido. Já o discurso de autoridade, ao ser relatado na mídia, é introduzido por outro grupo de verbos:

- Advertir, designar, autorizar, garantir, esclarecer, solicitar, enfatizar, declarar, alertar, designar.

Estes verbos conferem ao discurso de autoridade força argumentativa e reforçam sua posição oficial, representando a retórica da opressão. O discurso de poder é citado de modo diverso do discurso indígena, fortalecido não só pelos verbos introdutórios de opinião como também pelas nominalizações e ironias presentes apenas quando quem

fala são as fontes oficiais ou para-oficiais, que assumem claramente a condição de fonte ativa do discurso jornalístico.

No agendamento da mídia, porém, assuntos excluídos podem entrar na pauta em momentos em que a supressão da voz de uma fonte “diz” alguma coisa, mesmo que a intenção seja exatamente o contrário: é a “significação do silêncio”, como define Eni Orlandi (2002b). Daí constataremos que o discurso indígena consegue, raras vezes, constituir-se em discurso polêmico, ou mesmo obter junto aos segmentos que falam por ele uma atitude polêmica diante do discurso dominante. Nestes momentos, o sujeito assume um papel ativo e, aproveitando-se dos lapsos discursivos, em lugares de escape, consegue se infiltrar no discurso jornalístico e apresentar, de modo sutil, o seu próprio discurso ou a parte do discurso que quer assumir como seu. O suficiente para dizer que os grupos que são a força material e intelectual de uma sociedade não estão sós, embora possam regular e distribuir as idéias dominantes.

A imprensa é um dos grandes impulsionadores do conhecimento, mas a compreensão tematizada do cotidiano promovido pela mídia também é atravessada pela força do discurso dominante: a seleção do que é do que não é notícia passa por uma classificação que é influenciada pelos grupos dominantes. O tema *índio* entra no *agenda-setting* dos meios de comunicação dentro de uma temática maior, a *violência*, que hoje domina a imprensa. Estabelecendo a conexão entre *índio* e *violência*, a imprensa reproduz, em seu discurso, o senso comum reconhecido socialmente sobre o indígena. Como o tema não é o índio, mas a violência, o indígena aparece como elemento pitoresco da notícia. Ao recontextualizar o discurso indígena dentro da cultura dominante, o jornalista faz a fala do índio perder o sentido esperado, levando o leitor a perceber uma representação social do índio próxima do perfil que se estabeleceu desde a chegada dos portugueses ao Brasil: aquele “outro” que forma o ser brasileiro, mas que rejeitamos como ser inferior e de quem não reconhecemos a identidade.

A partir deste estudo, ficou claro que o índio só entra predominantemente na pauta midiática em dois instantes: quando é vítima ou autor de violência. Mesmo deixando de ser o “ator exótico”, definido por Maria Helena Ortolan Matos (2001), e passando a ocupar um papel mais político, a posição social do indígena na esfera pública é de

submisso, subalterno, silenciado. Um líder indígena, um cacique – mesmo ocupando uma função de poder dentro da estrutura de sua comunidade – tem papel periférico em suas relações com a sociedade branca. Ele não é ouvido adequadamente e o jornalista constrói seus textos a partir do discurso de fontes oficiais e para-oficiais.

Questões como saúde, educação, ciência e cultura indígenas entram esporadicamente na pauta midiática. Não há espaço para as diferenças culturais entre os vários grupos, as dificuldades de sobrevivência econômica, as questões internas de cada comunidade, as relações com o branco, os direitos e a ligação cultural à terra. Ou o índio ingressa na pauta jornalística dentro do tema *violência* ou fica no silêncio. A imprensa está deixando de contar muitas histórias que permeiam nosso dia-a-dia e que envolvem estes segmentos sociais com menor autonomia. Segmentos como o indígena – assim como o do movimento dos sem-terra, dos negros, dos homossexuais – aparecem na mídia a partir de um senso comum que os mantém à margem do discurso dominante ou reforça a condição de subalternidade destes setores:

“Da mesma forma que outros setores da população, os povos indígenas estão ameaçados e são vítimas de baixos níveis de vida, de pobreza extrema, de doenças, de altos índices de analfabetismo, de desnutrição e alcoolismo, de deslocamentos compulsórios, de atos de violência. Estão submetidos a diversas práticas de discriminação e segregação social, cultural e étnica”
(TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2002: 38).

Como a ideologia interpela o sujeito, interpela obviamente o jornalista autor de um enunciado. Por isso, não se pode desideologizar o discurso jornalístico: seria como retirar dele a sua alma, instituída e alimentada ao longo da formação discursiva do seu autor. Assim, reproduzindo o senso comum, a imprensa está na verdade veiculando o sentido hegemônico esperado pela ideologia dominante. Ou seja, é o discurso dominante – fruto da ideologia da classe dominante – que prevalece na mídia. Com isso, apesar da atividade jornalística ser exercida por delegação conferida pela sociedade, o poder econômico e político promovido por certos grupos sociais sobre os veículos de comunicação dificulta a verbalização ou reduz a força argumentativa do discurso de vários segmentos minoritários na imprensa.

Há uma coincidência entre o discurso jornalístico com o discurso do poder, pela proximidade entre o jornalista e as fontes oficiais. Não podemos afirmar que o discurso jornalístico esteja a serviço dos segmentos sociais dominantes, no entanto, os índices analisados neste trabalho demonstram que o jornalista e os meios de comunicação social reproduzem – por sua condição de assujeitamento – as relações de poder. O silêncio ao qual o índio é levado é da ordem da ideologia, ocorrendo de modo a não se perceber claramente como tal. Exterminar o discurso de um grupo é o primeiro passo para favorecer a descaracterização de sua identidade. Por isso, o desafio das comunidades indígenas não é apenas conseguir restabelecer o direito aos seus territórios, mas marcar seu discurso na imprensa de modo a garantir o seu direito à palavra na condição de fonte ativa do discurso jornalístico, deixando de ocupar o lugar de sujeitos sem voz.

Bibliografia

ADAS, Melhem & ADAS, Sérgio (colab.) (1998). *Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais*. São Paulo, Moderna.

ALMEIDA, Sônia Maria Ramires (1985). *A imagem do índio no cinema brasileiro* in FILHO, Ciro Marcondes (org.). *Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil*. São Paulo, Summus. pp. 51-70.

ALSINA, Miquel Rodrigo (1989). *La construcción de la noticia*. Barcelona, Paidós Comunicación.

ALTHUSSER, Louis (1970). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação)* in ZIZEK, Slavoj (1996). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto.

ARAÚJO, Gilda Maria Lins de & CARENO, Mary Francisca do (2000). *A questão indígena e africana no texto didático* in BRANDÃO, Sylvana (org.). *Brasil 500 anos: reflexões*. Recife, Editora Universitária. pp. 167-185.

ARRUTI, José Maurício Andion (1999). *A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco* in OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem da volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro, Contracapa. pp. 229-277.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline (1990). *Heterogeneidades enunciativas*. Caderno de Estudos Lingüísticos, nº 19, Campinas. pp. 25-42.

BAKHTIN, Mikhail (1992a). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec.

BAKHTIN, Mikhail (1992b). *Estética da Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes.

BARRETT, Michèle (1996) *Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe* in ZIZEK, Slavoj (1996). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto.

BECHARA, Evanildo (1980). *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo, Nacional.

BORDIEU, Pierre & EAGLETON, Terry (1991). *A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista* in ZIZEK, Slavoj (1996). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto.

BORDIEU, Pierre (1999). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.

BOSI, Alfredo (1992). *Dialética da Colonização*. São Paul, Companhia das Letras.

BRAIT, Beth (1997) (org.). *Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido*. Campinas, Unicamp.

CHAUÍ, Marilena (1980). *O que é Ideologia*. São Paulo, Brasiliense.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (2001). *Outros 500: construindo uma nova história*. São Paulo, Salesiana.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL (2000). *Dignidade humana e paz: Novo milênio sem exclusões*. São Paulo, Salesiana Dom Bosco.

CORREIA, João Carlos (2002). *O Poder do Jornalismo e a Mediação do Espaço Público*. Universidade da Beira Interior, Lisboa. Mimeo.

DIJK, Teun A. van (1990). *La noticia como discurso*. Barcelona, Paidós Comunicació.

FAIRCLOUGH, Norman (2001). *Discurso e Mudança Social*. Brasília, Editora UnB.

FARIA, Gustavo de (ed.)(1981). A verdade sobre o índio brasileiro. Funai, Rio de Janeiro, Guavira Editores.

FAUSTO NETO, Antônio (2003). *Fragmentos de uma enunciação desmesurada* (“Eu quero resposta a minha pergunta”) in FAUSTO NETO, Antônio, VERÓN, Eliseo (orgs) & RUBIM, Antonio Albino Canelas. Lula Presidente: Televisão e Política na Campanha Eleitoral. São Paulo, Hacker; São Leopoldo, Unisinos.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan (1999). *Vozes e sentidos no discurso jornalístico. Os processos de construção discursiva do telejornal “Notícias”, do Canal Rural* in Vozes e sentidos no discurso jornalístico. Os processos de construção discursiva do telejornal “Notícias”, do Canal Rural. Recorte da dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. Mimeo.

FIORIN, José Luiz (1994). *Polifonia textual e discursiva* in BARROS, Diana Pessoa de & FIORIN, José Luiz (orgs). Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade. Em torno de Mikhail Bakhtin. São Paulo, Edusp. pp. 29-36.

FIORIN, José Luiz (2002). Linguagem e Ideologia. São Paulo, Ática.

FONTCUBERTA, Mar de (1993). La noticia: pistas para percibir el mundo. Barcelona, Paidós Papeles de Comunicación 1.

FREIRE, Maria José Alfaro (2000). A representação do índio na imprensa brasileira – o caso Payakã. In: XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO. Mimeo.

FOUCAULT, Michel (1996). A ordem do discurso. São Paulo, Loyola.

GADINI, Sérgio Luiz (1999). A produção da cultura no jornalismo contemporâneo: considerações sobre o discurso da informação na construção da identidade. In: XXII CONGRESSO BRASILEIRO E CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO. Mimeo.

GOMES, Wilson (1998). *Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas* in RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria Ghislene & PINTO, Milton José (orgs.). *Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos*. Petrópolis, Vozes.

GOMES, Isaltina Mello; MELO, Cristina Teixeira & MORAIS, Wilma (1999). O movimento de sentidos na mídia televisiva. *Revista Lumina*, vol. 2, nº 3, UFJF, Juiz de Fora, Editora Universitária. pp. 17-28.

GOMES, Isaltina Mello; MELO, Cristina Teixeira & MORAIS, Wilma (2000). O real e o ficcional no telejornalismo - estudo de caso. Mimeo.

GOMIS, Lorenzo (1991). *Teoría del Periodismo, cómo se forma el presente*. Barcelona, Paidós Comunicación.

GRAMSCI, Antonio (1978). *Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico*. Obras Escolhidas. Martins Fontes. pp. 21-66.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (1999). *Etnogênese e "regime de índio" na Serra do Umã* in OLIVEIRA, João Pacheco de (org). *A viagem da volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro, Contracapa. pp. 137-172.

JODELET, Denise (s/d). La representación social: fenómenos, concepto y teoría. *Pensamento e Vida Social*. pp. 469-493.

JOVCHELOVITCH, Sandra (2000a). *Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais* in *Textos em representações sociais*. Petrópolis, Vozes, 6ª edição. pp. 63-85.

JOVCHELOVITCH, Sandra (2000b). *A cobertura da vida pública: representações sociais da esfera pública na imprensa* in *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, Vozes. pp. 89-110.

JUNQUEIRA, Lília (1999). *Identidade, representações e mudança social* in CUNHA, Paulo (org.). *Identidade(s)*. Recife, Editora Universitária.

KOSÍK, Karel (1963). *O mundo da pseudoconcreticidade e sua destruição; Reprodução espiritual da realidade; A totalidade concreta; A praxis*. Dialética do Concreto. São Paulo, Paz e Terra.

KUNCZIK, Michael (1997). *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul*. São Paulo, Edusp.

LACERDA, Rosely de Souza (2000). *Índios de Pernambuco...por eles mesmos* in BRANDÃO, Sylvana (org.). *Brasil 500 anos: reflexões*. Recife, Editora Universitária. pp. 131-165.

MAINGUENEAU, Dominique (2002). *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo, Cortez.

MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO (2001). São Paulo, Publifolha.

MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DE O GLOBO (1998). São Paulo, Globo.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1991). *A ação dos verbos introdutórios de opinião* in INTERCOM (Revista Brasileira de Comunicação), nº 64. São Paulo, ano XIV, pp. 74-92.

MATOS, Maria Helena Ortolan (2001). *O índio na imprensa: de outro exótico a outro ator político* in BARROS, Antonio Teixeira, DUARTE, Jorge Antonio, MARTINEZ, Regina Esteves (orgs). *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. Brasília, UnICEUB.

MEDINA, Cremilda (1978). *Notícia: um produto à venda*. Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. São Paulo, Summus Editorial.

MELO, Cristina Teixeira de. *Atos Ilocucionários nas Cartas à Redação*. Universidade Federal de Pernambuco, mimeo.

MELO, José Marques de (1994). *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes.

MICELI, Sérgio (1999). *Introdução: A Força do Sentido* in BORDIEU, Pierre (1999). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.

MORAIS, Wilma (1997). *El periodismo y el arte de contar historias: um estudio acerca de la construcción de la noticia científica*. Tesis Doctoral, UAB, Barcelona. Mimeo.

MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.) (2002). *Jornal, da forma ao sentido*. Brasília, Editora UnB.

MUSSALIM, Fernanda (2001). *Análise de Discurso* in MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.) (2001). *Introdução à Lingüística: Domínios e Fronteiras*. São Paulo, Cortez.

NÓBREGA, Sheva Maia da (1990). *O que é representação social*. UFPE, Recife. Mimeo.

OLIVEIRA, João Pacheco de (1999). *Uma etnologia dos "índios misturados"? situação colonial, territorialização e fluxos culturais* in OLIVEIRA, João Pacheco de (org). *A viagem da volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro, Contracapa. pp. 11-39.

ORLANDI, Eni P. (1990). *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo, Cortez.

ORLANDI, Eni P. (1996). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, Pontes.

ORLANDI, Eni P. (2002a). *Análise de Discurso*. Campinas, Pontes.

ORLANDI, Eni P. (2002b). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Unicamp.

PARRATT, Sonia Fernández (s/d). *El debate en torno a los géneros*. Mimeo.

PÊCHEUX, Michel (1990). O discurso: estrutura ou acontecimento. São Paulo, Pontes.

PENNA, Maura (1992). O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo, Cortez.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (1995). *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário* in Revista Brasileira de História, nº29, vol. 15, São Paulo, Contexto. pp. 09-27.

PORTELLI, Hughes (1977). Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

POSSENTI, Sírio (1993). *Concepções de sujeito na linguagem* in Boletim ABRALIN, nº 13, USP, São Paulo. pp. 13-30.

POSSENTI, Sírio (2002). Os Limites do Discurso. Curitiba, Criar Edições.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Disponível em [http:// www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org). Acesso em: 23 jul 2003.

RICARDO, Carlos Alberto (ed.)(1996/2000). Povos Indígenas no Brasil. São Paulo, Instituto Socioambiental.

RODRIGUES, Adriano Duarte (1990). *Campo dos Media e Instituições Sociais* in Estratégias da Comunicação. Lisboa, Presença. pp. 141-196.

RODRIGUES, Adriano Duarte (2002). *Delimitação, natureza e funções do discurso midiático* in MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (orgs). O jornal: da forma ao sentido. Brasília, Editora UnB.

RODRIGUES, Malena Rehbein (1997). *Do agenda-setting ao Congresso Nacional: um processo de muitas vias* in Imprensa, Congresso e Democracia. Tese de Mestrado, UnB, Brasília. Mimeo.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO (1998). Povos Indígenas de Pernambuco. Recife, Diretoria de Educação Escolar.

SAWAIA, Bader Burihan (1993). *Representação e ideologia – o encontro desfetichizador* in SPINK, Mary Jane Paris (org). O Conhecimento no Cotidiano – As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo, Brasiliense.

SILVA, Edson (2000). *Resistência indígena nos 500 anos de colonização* in BRANDÃO, Sylvana (org.). Brasil 500 anos: reflexões. Recife, Editora Universitária. pp. 99-129.

SOUSA, Jorge Pedro de (1999). As notícias e seus efeitos. Universidade Fernando Pessoa, Lisboa. Mimeo.

SOUZA, Vânia R. F. de P. e (1998). As Fronteiras do Ser Xukuru. Recife, Massangana.

SPINK, Mary Jane Paris (2000). *Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais* in Textos em representações sociais. Petrópolis, Vozes. pp. 117-145.

STRIEDER, Inácio Reinaldo (2000). *O mundo cultural de "Casa Grande & Senzala"* in BRANDÃO, Sylvana (org.). Brasil 500 anos: reflexões. Recife, Editora Universitária. pp. 69-86.

TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2002. Disponível em <http://www.cnbb.org.br>. Acesso em: 20 jul. 2003.

TRAQUINA, Nelson (1999). A redescoberta do Poder do Jornalismo: Um Estudo da Evolução Histórica do Paradigma do Agenda-Setting. CAMBIASSU (Estudos em Comunicação), nº 1, vol VIII, São Luís. pp. 14-37.

VIEIRA, Regina da L. (2000). O jornal *Porantim* e o indígena. São Paulo, Annablume.

VIVALDI, G. Martín (1993). Géneros Periodísticos. Madrid, Paraninfo.

WOLF, Mauro (2001). Teorias da Comunicação. Lisboa, Presença.

ZIZEK, Slavoj (1996). *O espectro da ideologia* in ZIZEK, Slavoj. Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro, Contraponto.

ANEXO I

ÍNDICE TEMATIZADO DE NOTÍCIAS:

DIARIO DE PERNAMBUCO E JORNAL DO COMMERCIO DE JULHO DE 2001 A ABRIL DE 2002

Julho / 2001

1. DP - 25.07.01 – *Ana Veloso expõe cabaças indígenas*

Caderno Viver – reportagem

Arte - artista branca faz pintura indígena. Cita Fulni-ôs (Pesqueira/PE) e Guaranis (Paraíba)

2. JC - 30.07.01 – *Índios terena libertam reféns*

Caderno Brasil - nota

Violência indígena/terra/assentamento - índios Terena libertam reféns no Mato Grosso

Agosto / 2001

1. DP - 04.08.01 – *Espetáculo destaca influência indígena nos folguedos*

Caderno Viver - reportagem

Arte - influência da dança indígena nos folguedos

2. JC - 04.08.01 – *Ambientalistas querem de volta terras doadas para os índios*

Caderno Brasil - reportagem

Terra indígena - conflito com ambientalistas - índios Javaés e Carajás, no Tocantins

3. DP - 17.08.01 – *Índios querem respeito*

Coluna Diário Urbano - nota comentada

Educação indígena - conflito com modelo formal de educação - índios Truká (PE) e Atikum (PE)

4. DP - 24.08.01 – *Índio xucuru assassinado em Pesqueira*

Caderno Vida Urbana - reportagem

Violência contra o índio/demarcação de terras - assassinato do índio Xucuru Chicão
Quelé - luta por demarcação de terras região (Pesqueira/PE)

5. JC - 24.08.01 – *Assassinado líder da tribo Xucuru*

Caderno Cidades - reportagem

Violência contra o índio - idem DP

6. JC - 25.08.01 – *Ato público em aldeia xucuru marca enterro de líder indígena*

Caderno Cidades - reportagem

Violência contra o índio - enterro de Chico Quelé (Xucuru - Pesqueira/PE)

7. DP - 28.08.01 – *Chacina*

Caderno Política - nota

Violência contra o índio - crimes contra os Xucurus (Pesqueira/PE)

8. JC - 28.08.01 – *Brasil tem pronto o documento que levará a Durban*

Caderno Brasil - reportagem

Eliminação do racismo - cita índios de modo geral

9. DP - 28.08.01 – *Violência leva índios a apelar para ministro*

Caderno Vida Urbana - reportagem

Violência contra o índio - caso dos Xucurus (Pesqueira/PE)

10. DP - 29.08.01 – *Medo ronda aldeia xucuru*

Caderno Vida Urbana - reportagem

Violência contra o índio - medo sob o qual vivem os Xucurus (Pesqueira/PE)

11. JC - 31.08.01 – *Encontro sobre racismo é alvo de controvérsia*

Caderno Internacional - reportagem

Racismo - cita minorias étnicas

12. DP - 31.08.01 – *Um olhar sobre as diferenças*

Página de Opinião - artigo

Racismo/preconceito/tolerância

13. DP - 31.08.01 – *Conferência discute racismo*

Caderno Mundo - reportagem

Racismo - minorias étnicas. Cita índios de modo geral

14. JC - 31.08.01 – *Contra a intolerância*

Página de Opinião - editorial

Racismo - cita violação dos direitos humanos contra índios e outras minorias

Setembro / 2001

1. DP - 02.09.01 – *Brasil defende direitos das minorias*

Caderno Mundo - reportagem

Racismo - minorias étnicas. Cita índios de modo geral

2. JC - 04.09.01 – *EUA e Israel abandonam conferência*

Caderno Internacional - reportagem

Racismo - cita minorias

3. DP - 05.09.01 – *Clima tenso em Pesqueira*

Caderno Vida Urbana - reportagem

Violência contra o índio - Xucurus (Pesqueira/PE)

4. JC - 05.09.01 – *Deputado cobra agilidade da PF*

Caderno Cidades - nota

Violência contra o índio - caso Chico Quelé - Xucurus (Pesqueira/PE)

5. JC - 09.09.01 – *Europeus reconhecem que escravidão é crime*

Página Segunda Edição - reportagem

Racismo - cita minorias

6/7. JC - 14.09.01 – *Impunidade 1/Impunidade2*

Coluna JC nas Ruas - notas (2)

Violência contra o índio - caso Chicão e Chico Quelé - Xucurus (Pesqueira/PE)

8. JC - 17.09.01 – *Clima fica tenso entre índios após invasão de santuário*

Página Segunda Capa - nota

Violência entre índios - Xucurus de Cimbres e de Ororubá

9. DP - 17.09.01 – *Cacique manda invadir aldeia dissidente*

Caderno Vida Urbana - reportagem

Violência entre índios - Xucurus (Pesqueira/PE)

10. DP - 18.09.01 – *Índios disputam santuário de Cimbres*

Caderno Vida Urbana - reportagem

Violência entre índios - Xucurus (Pesqueira/PE)

11. JC - 18.09.01 – *Violência em aldeia de xucurus é tema de debate*

Caderno Cidades - reportagem

Violência entre índios - Xucurus (Pesqueira/PE)

12. JC - 18.09.01 – *A questão indígena em Pesqueira*

Página de Opinião – Coluna Repórter JC – nota comentada

Violência contra o índio - Xucurus (Pesqueira/PE)

13. JC - 18.09.01 – *Pesquisa*

Caderno C - Alex – foto-legenda

Arte - Fulni-ôs (Águas Belas/PE)

14. DP - 19.09.01 – *Entidades manifestam apoio ao Xucuru*

Caderno Vida Urbana - reportagem

Violência/conflito contra religiosos - Xucurus (Pesqueira/PE)

15. JC - 23.09.01 – *Índios têm hospital só para eles*

Caderno Brasil - reportagem

Saúde indígena - índios de São Paulo

16. DP - 27.09.01 – *Bispo é jurado de morte no Agreste*

Página Últimas - reportagem

Violência dos índios contra religiosos - Xucurus (Pesqueira/PE)

17. JC - 29.09.01 – *PF designa delegado para investigar ameaças a bispo*

Caderno Cidades - reportagem

Violência dos índios - Xucurus (Pesqueira/PE)

Outubro / 2001

1. DP - 06.10.01 – *Índios aprisionam policiais na PB*

Página Últimas - nota

Violência dos índios - índios Potiguara (PB)

2. DP - 06.10.01 – *Justiça decide por liberdade de índios*

Caderno Vida Urbana - reportagem

Violência dos índios - índios Pankararu (Tacaratu/PE)

Novembro / 2001

1. JC - 01.11.01 – *Promotora deixa caso do Pataxó*

Caderno Brasil - nota

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

2. JC - 02.11.01 – *Caso Pataxó vai a segundo júri na segunda*

Caderno Brasil - nota

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

3. JC - 06.11.01 – *MP recusa juíza suspeita de favorecer acusados*

Editoria Brasil - reportagem

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

4. DP - 06.11.01 – *Promotor quer afastar juíza*

Editoria Brasil - reportagem

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

5. DP - 07.11.01 – *Julgamento dos matadores de Galdino dura três dias*

Editoria Brasil - reportagem

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

6. JC - 07.11.01 – *Acusados confessam o crime*

Editoria Brasil - reportagem

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

7. JC - 08.11.01 – *Defesa de acusados está pessimista*

Editoria Brasil - reportagem

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

8. DP - 08.11.01 – *Acusação: fogo foi intencional*

Editoria Brasil - reportagem

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

9. DP - 09.11.01 – *Médica afirma que índio foi assassinado*

Página Últimas - nota

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

10. DP – 09.11.01 – *Julgamento do caso Galdino será retomado*

página Últimas – nota

violência contra o índio – caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

11. JC - 09.11.01 – *Testemunha muda rumo no julgamento do caso Pataxó*

Editoria Brasil - reportagem

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

12. JC - 10.11.01 – *Prova some e o júri é interrompido*

Editoria Brasil - reportagem

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

13. DP - 11.11.01 – *Matadores de índio pegam 14 anos*

Página Últimas - reportagem

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

14. JC - 11.11.01 – *Assassinos condenados a 14 anos*

Segunda Edição - reportagem

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

15. JC - 12.11.01 – *Índios pataxó cobram, agora, solução para briga por terras*

Editoria Brasil - reportagem

Violência contra o índio/briga por terras - Caso Pataxó e lutas por terras

16. DP - 13.11.01 – *Novo júri para caso pataxó*

Página Últimas - reportagem

Violência contra o índio - caso Pataxó (ocorrido em Brasília/DF)

17. JC - 14.11.01 – *Ibama e Funai em garimpo ilegal*

Editoria Brasil - nota

Garimpo ilegal em área indígena - reserva indígena em Rondônia (Roosevelt)

18. JC - 18.11.01 – *Aqui, índio não casa com negro*

Caderno Família - reportagem

Racismo - índios Atikum (Sítio Rodeador, PE) não casam com negros de comunidade próxima

19. JC - 21.11.01 – *Trukás derrubam torre de alta tensão*

Editoria Cidades - reportagem

Violência dos índios/protesto - índios Truká (Cabrobó/PE)

20. DP - 28.11.01 - *Graduação para estudante pobre*

Página Últimas - nota

Educação para excluídos - cita índios de modo geral

Dezembro / 2001

1. DP – 14.12.01 – *Metáfora do massacre dos índios brasileiros*

Caderno Viver – reportagem

Violência contra o índio – peça de teatro trata do massacre de índios brasileiros

2. JC – 19.12.01 – *Mais de 90 mil índios estão na escola*

Caderno Brasil – reportagem

Educação indígena – censo sobre índios na escola, citando a existência de 169 etnias.

Avaliação positiva sobre o tema

3. JC – 20.12.01 – *Índios não têm ensino médio em Pernambuco*

Segunda Capa – reportagem

Educação indígena – índios não têm ensino médio em Pernambuco. Avaliação negativa sobre o tema, contradição com reportagem anterior

Janeiro / 2002

1. JC – 04.01.02 – *Crime abala tribo Pataxó*

Caderno Brasil – nota

Violência contra o índio – Pataxós/briga por terras – Bahia

2. DP – 09.01.02 – *CNBB prega respeito aos índios*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Religião – campanha da fraternidade/CNBB

3. JC – 11.01.02 – *Pataxós fazem funcionário da Funai refém na Bahia*

Caderno Brasil – reportagem

Violência contra o índio – Pataxós/briga por terras. Funai – Bahia

4. JC – 12.01.02 – *Pataxós libertam agentes da Funai*

Caderno Brasil – nota

Violência contra o índio – Pataxós/briga por terras. Funai – Bahia

5. JC – 16.01.02 – *Sem título*

Caderno C – foto-legenda

Arte – modelo americana desfila caracterizada de índia

6. DP – 17.01.02 – *Brasil é denunciado por quebra de acordo*

Últimas – nota

Demarcação de terras – denúncia contra atitude brasileira de desrespeito à demarcação das terras dos índios Avá – Maranhão

7. JC – 17.01.02 – *OEA culpa Brasil pela morte de líder sem-terra*

Caderno Brasil – reportagem

Demarcação de terras – denúncia contra atitude brasileira de desrespeito à demarcação das terras dos índios Avá – Maranhão

8. DP – 20.01.02 – *Programa vai beneficiar negros e índios*

Últimas – nota

Educação para excluídos – cita índios de modo geral

9. JC – 20.01.02 – *Pajés se armam para proteger sua ciência*

Caderno Brasil – reportagem especial

Ciência indígena – biopirataria – geral

10. JC – 24.01.02 – *Índios são presos dentro da Funai*

Segunda Capa – nota

Violência do índio – prisão pela Polícia Federal de índios por porte de arma/Funai Brasília – índios Xavante (Nova Xavantina/MT)

11. JC – 25.01.02 – *Índios acusados de desacato*

Caderno Brasil – nota

Violência do índio – índios presos pela Polícia Federal por porte de arma vão responder a processo – índios Xavante (Nova Xavantina/MT)

12. JC – 29.01.02 – *Cia. Teatro de Seraphim de malas prontas para Curitiba*

Caderno C - reportagem
Arte – fala do índio no Brasil

Fevereiro / 2002

1. DP – 03.02.02 – *Tribos usam 164 plantas medicinais*

Caderno Brasil – nota

Ciência indígena – uso de plantas medicinais por índios – índios Krahô – Tocantins

2. JC – 13.02.02 – *CNBB lança Campanha da Fraternidade hoje*

Caderno Cidades – reportagem com retransmissão

Campanha da fraternidade – lançamento e justificativa da campanha, com nota de 1ª página.

3. DP – 13.02.02 – *Igreja abre Campanha da Fraternidade*

Últimas – nota

Campanha da fraternidade – lançamento e justificativa da campanha

4. JC – 14.02.02 – *Missa de Cinzas abre a quaresma*

Caderno Cidades – reportagem com retransmissão

Campanha da fraternidade

5. JC – 14.02.02 – *Igreja reforça defesa dos indígenas*

Caderno Brasil – reportagem

Campanha da fraternidade – remete à matéria do Caderno de Cidades

6. DP – 14.02.02 – *Arquidiocese abre campanha*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Campanha da fraternidade

7. DP – 14.02.02 – *Uma razão além da ocidental*

Caderno Viver – reportagem de capa

Arte – exposição em Paris e Londres sobre índios brasileiros, mostrando objetos arqueológicos indígenas, mostrando o “universo colorido dos índios”, o exótico

8. DP – 15.02.02 – *Católicos lançam campanha 2002*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Campanha da fraternidade – índios Xucurus/situação em Pesqueira (PE)

9. JC – 15.02.02 – *Igreja quer aprovar Estatuto do Índio*

Segunda Capa – reportagem

Campanha da fraternidade/estatuto do índio – enumera todas as tribos

10. DP – 15.02.02 – *Sem título*

Seção de Cartas à Redação – frase

Campanha da fraternidade

11. JC – 17.02.02 – *Dia de Índio*

Coluna JC nas Ruas – nota

Saúde indígena – fala sobre conferência sobre o tema

12. JC – 20.02.02 – *Índios invadem sede da Funai no Recife*

Últimas – nota

Protesto de índios – protesto contra a Funai

13. DP – 21.02.02 – *Índios acampam na Funai e exigem indenizações*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Protesto de índios – protesto contra a Funai

14. JC – 23.02.02 – *Padre índio*

JC nas Ruas – nota

Campanha da fraternidade – Padre índio (inusitado)

15. JC – 24.02.02 – *Polícia e Funai negociam apresentação do cacique*

Segunda Edição – reportagem

Violência do índio – caso Paulinho Paiakan

16. JC – 25.02.02 – *Missa é acompanhada por indígenas*

Caderno Brasil – nota

Campanha da fraternidade

17. JC – 27.02.02 – *Mais oito serão canonizados, entre eles um índio mexicano*

Caderno Brasil – reportagem

Religião – canonização de índio mexicano (exótico)

18. DP – 27.02.02 – *Outros dois latinos serão santificados*

Caderno Brasil – reportagem

Religião – canonização de índio mexicano (exótico)

19. JC – 27.02.02 – *Paiakan deve se entregar à Justiça na próxima sexta*

Caderno Brasil – reportagem

Violência do índio – caso Paulinho Paiakan

Março / 2002

1. JC – 01.03.02 – *Paiakan deve ficar em regime fechado*

Caderno Brasil – nota

Violência do índio – caso Paulinho Paiakan

2. DP – 03.03.02 – *Por uma terra sem males*

Opinião – artigo

Campanha da fraternidade

3. DP – 05.03.02 – *Juiz mantém condenação*

Últimas – nota

Violência do índio – caso Paulinho Paiakan

4. DP – 07.03.02 – *Cacique terá cela exclusiva*

Caderno Brasil – reportagem

Violência do índio – caso Paulinho Paiakan

5. JC – 13.03.02 – *Índios caiapós pedem ao Ibama que libere mogno extraído no Pará*
Caderno Brasil – reportagem

Meio ambiente – extração de madeira – índios Caiapós (sul do Pará)

6. DP – 23.03.02 – *Ação contra roubo de diamante*

Caderno Brasil – reportagem

Meio ambiente – garimpo clandestino em terra indígena – índios Cinta Larga (Cacoal, Suruí, Zorós e Gaviões) – Rondônia

7. JC – 23.03.02 – *Tensão em área indígena de Rondônia*

Caderno Brasil – reportagem

Meio ambiente – garimpo clandestino em terra indígena – índios Cinta Larga (Cacoal, Suruí, Zorós e Gaviões) – Rondônia

8. JC – 27.03.02 – *Índios fazem refém na Funasa*

Caderno de Brasil – nota

Violência do índio – Xavantes (Goiás)

9. DP – 31.03.02 – *Doações ajudam a diminuir a fome*

Caderno Vida Urbana – reportagem com retranca

Páscoa – não cita a campanha da fraternidade e nem os índios, tema da campanha

10. JC – 31.03.02 – *Ressurreição de Cristo lembrada nas 97 paróquias da Arquidiocese*

Caderno Cidades – reportagem

Páscoa – não cita a campanha da fraternidade e nem os índios, tema da campanha

11. JC – 31.03.02 – *Construção de cemitério ameaça sítio arqueológico*

Caderno Cidades/Ciência e Meio Ambiente - reportagem

Ciência – cita a localização de vestígios de uma aldeia indígena por pesquisadores da UFPE

Abril / 2002

1. JC – 01.04.02 – *Celebrações marcam o Domingo de Páscoa*

Caderno Brasil – reportagem

Páscoa – atores vestidos de índios participam de celebração religiosa (índios verdadeiros não foram convidados)

2. JC – 06.04.02 – *Polícia Federal prende acusado de assassinar o cacique Chicão*

Caderno Cidades – reportagem

Violência contra o índio – caso Chicão – Xucurus (Pesqueira/PE)

3. JC – 06.04.02 – *Índio fulni-ô fere servidor da Funai*

Caderno Cidades – reportagem

Violência do índio – agressão contra funcionários da Funai

4. DP – 06.04.02 – *Confusão e correria na Funai*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Violência do índio – agressão contra funcionários da Funai

5. DP – 06.04.02 – *Projeto apóia índios e pescadores*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Outros - Projeto Rondon – apoio a comunidades indígenas, citando Fulni-ôs (Águas Belas), Kapiwá (Ibimirim), Kapinawá (Buíque) e Pipipã (Floresta)

6. DP – 06.04.02 – *PF prende acusado de assassinar cacique Xicão*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Violência contra o índio – caso Chicão – Xucurus (Pesqueira/PE)

7. DP – 08.04.02 – *Polícia Federal fala sobre prisão de acusado*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Violência contra o índio – caso Chicão – Xucurus (Pesqueira/PE)

8. DP – 09.04.02 – *Mandante do assassinato de Chicão tem prisão adiada*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Violência contra o índio – caso Chicão – Xucurus (Pesqueira/PE)

9. JC – 09.04.02 – *Índios xucurus estão em estado de alerta*

Caderno Cidades – reportagem

Violência contra o índio – caso Chicão – Xucurus (Pesqueira/PE)

10. JC – 10.04.02 – *Índio xavante tem corpo queimado*

Caderno Brasil – nota

Violência contra o índio – índio queimado – Xavante (Paraná)

11. DP – 11.04.02 – *CNBB abre encontro anual em São Paulo*

Caderno Brasil – reportagem

Campanha da Fraternidade

12. DP – 12.04.02 – *Sem título*

Caderno Vida Urbana – nota

Seminário sobre índio

13. JC – 14.04.02 – *Concurso premia docente que promova igualdade racial*

Caderno Cidades – nota

Discriminação – discriminação racial/busca de igualdade – cita índios em geral

14. DP – 14.04.02 – *Vereador presta homenagem a Chicão*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Violência contra o índio – caso Chicão – Xucurus (Pesqueira/PE)

15. JC – 14.04.02 – *Índios não têm vez em Pernambuco*

Caderno Cidades – reportagem especial

Semana do índio – fala da situação do índio em Pernambuco. Afirma que tem pouco a comemorar: fala de educação, demarcação de terras, campanha da fraternidade. Fala especialmente em três povos (Fulni-ôs – Águas Belas, Kambiwás – Ibimirim, Xucurus – Pesqueira). Cita as nove etnias de Pernambuco

16. DP – 16.04.02 – *Eventos marcam Semana do Índio*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Semana do índio – não faz análise crítica. Cita as nove etnias de Pernambuco

17. DP – 16.04.02 – *Conflitos indígenas são tema para Idalina*

Caderno Viver – nota

Violência/conflitos – livro sobre conflitos indígenas – Tapuia (sertão do nordeste, não cita o Estado)

18. DP – 16.04.02 – *Índios*

Caderno Vida Urbana – nota

Cultura indígena – fala da dança dos índios fulni-ôs (Águas Belas/PE)

19. DP – 17.04.02 – *Homenagem*

Caderno Vida Urbana – nota

Violência contra o índio – caso Chicão – Xucurus (Pesqueira/PE)

20. JC – 17.04.02 – *Programa de índio*

Caderno C – nota

Semana do índio – título pejorativo: “programa de índio”. Cita caso Chicão

21. JC – 17.04.02 – *Dia do Índio*

Coluna Repórter JC – nota

Dia do índio

22. DP – 18.04.02 – *Programa treinará professor indígena*

Últimas – nota

Educação indígena

23. DP – 18.04.02 – *Caso Chicão pode sofrer reviravolta*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Violência contra o índio – caso Chicão – Xucurus (Pesqueira/PE)

24. JC – 19.04.02 – *Índios cobram ações para educação*

Caderno Cidades – reportagem

Educação indígena - protesto indígena por direito à educação. Morre um índio do coração. Fala das nove etnias de Pernambuco

25. DP – 19.04.02 – *Índio Atikum morre na calçada do palácio*

Caderno Vida Urbana – reportagem

Educação indígena – protesto indígena por direito à educação. Morre um índio do coração. Enfoque maior é sobre a morte do índio durante o protesto

26. JC – 20.04.02 – *Índios recebem homenagens*

Caderno Cidades – reportagem

Dia do índio – homenagem. Cita campanha da fraternidade. Fala dos Fulni-ôs e Pankararus

27. JC – 21.04.02 – *Ato lembra morte do pataxó*

Segunda Edição – nota

Violência contra o índio – caso Galdino (índio queimado em Brasília/DF)

ANEXO II

CORPUS ESPECÍFICO DA PESQUISA

- 1. Índios Terena libertam reféns** (JC, 30.07.2001) – nota
- 2. Ambientalistas querem de volta terras doadas para os índios** (JC, 04.08.2001) – reportagem
- 3. Índio Xucuru assassinado em Pesqueira** (DP, 24.08.2001) – reportagem
- 4. Assassinado líder da tribo Xucuru** (JC, 24.08.2001) – reportagem
- 5. Chacina** (DP, 28.08.2001) – nota
- 6. Contra a intolerância** (JC, 31.08.2001) – editorial
- 7. Índios disputam santuário de Cimbres** (DP, 18.09.2001) – reportagem
- 8. A questão indígena em Pesqueira** (JC, 18.09.2001) – nota comentada
- 9. Entidades manifestam apoio aos Xucuru** (DP, 19.09.2001) – reportagem
- 10. Bispo é jurado de morte no Agreste** (DP, 27.09.2001) – reportagem
- 11. PF designa delegado para investigar ameaças a bispo** (JC, 29.09.2001) – reportagem
- 12. Trukás derrubam torre de alta tensão** (JC, 21.11.2001) – reportagem
- 13. Metáfora do massacre dos índios brasileiros** (DP, 14.12.2001) – reportagem
- 14. Índios não têm ensino médio em Pernambuco** (JC, 20.12.2001) – reportagem
- 15. CNBB prega respeito aos índios** (DP, 09.01.2002) – reportagem

16. sem título (JC, 16.01.2002) – foto-legenda

17. Pajés se armam para proteger sua ciência (JC, 20.01.2002) – reportagem

18. sem título (DP, 15.02.2002) – carta à redação

19. Por uma terra sem males (DP, 03.03.2002) - artigo

20. Cacique terá cela exclusiva (DP, 07.03.2002) – reportagem

21. Índio fulni-ô fere servidor da Funai (DP, 06.04.2002) – reportagem

22. Mandante do assassinato de Chicão tem a prisão adiada (DP, 09.04.2002) – reportagem

23. Índios não têm vez em Pernambuco (JC, 14.04.2003) – reportagem